



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE
A UNIVERSIDADE**

LORENA PENNA SILVA

**ESTUDO SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO CULTURA E
NEGRITUDE**

**Suas implicações no âmbito da cultura e da formação com ênfase
nas religiões de matriz africana**

Salvador-BA
2019

LORENA PENNA SILVA

**ESTUDO SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO CULTURA E
NEGRITUDE**

**Suas implicações no âmbito da cultura e da formação com ênfase nas
religiões de matriz africana**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade,
Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestra em Estudos
Interdisciplinares sobre a Universidade.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares sobre a
Universidade.

Orientador: Claudio Orlando Costa do Nascimento
Coorientadora: Rita de Cássia Dias Pereira Alves

Salvador-BA
2013

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Penna Silva, Lorena
ESTUDO SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO CULTURA E
NEGRITUDE: suas implicações no âmbito da cultura e da
formação com ênfase nas religiões de matriz africana /
Lorena Penna Silva. -- Salvador, 2019.
121 f. : il

Orientador: Cláudio Orlando Costa do Nascimento.
Coorientadora: Rita de Cássia Dias Pereira Alves.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-graduação em
Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade
(EISU)) -- Universidade Federal da Bahia, INSTITUTO
DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS, 2019.

1. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. 2. CULTURA E NEGRITUDE.
3. EDUCAÇÃO. I. Orlando Costa do Nascimento, Cláudio.
II. Dias Pereira Alves, Rita de Cássia . III. Título.

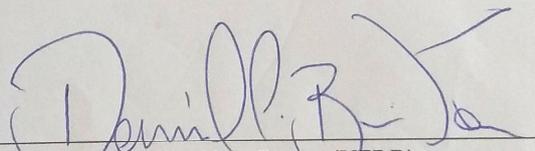
LORENA PENNA SILVA

**ESTUDOS SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO, CULTURA E
NEGRITUDE: suas implicações no âmbito da cultura e da formação com
ênfase nas religiões de matriz africana**

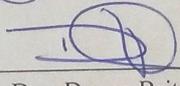
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovado em 25 de fevereiro de 2019.

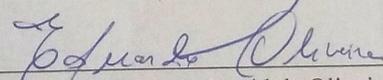
Banca examinadora



Prof. Dr. Danillo Silva Barata (UFRB)



Dra. Dyane Brito Reis (UFRB)



Prof. Dr. Eduardo David de Oliveira (UFBA)

DEDICATÓRIA

Este trabalho dedico à ancestralidade que me permitiu chegar até aqui pelas pessoas que lutaram por este espaço; em ser a primeira da família a aceitar os desígnios dos orixás da minha vida e a me entregar a religião de matriz africana há 16 anos; a adentrar na universidade pública quando todos os olhares diziam que eu não conseguiria ou não poderia estar lá; a ter direcionado minha vida as pessoas que de uma forma ou de outra tiveram vínculos espirituais comigo; a ter me colocado no CECULT; por ter feito Prof^o. Claudio Orlando enxergar capacidade intelectual em mim, com minhas dificuldades, que eu mesma duvidava; e por fim por me colocar como instrumento para as novas gerações na família de santo e consaguínea e para aqueles me cercam;

Oyá, minha mãe, amiga, sempre comigo nos momentos em que tudo parece desabar. Senhora da espada que fere, mas que salva. Enquanto sopro de vida eu tiver, clamo a Olorum que não me abandone. Motumbá minha rainha;

Nkossi, homem da minha vida, meu caminho, meu destino. Presente sempre! N'zambi uá Kuatesa;

Xangô, KaôKabecilê, meu protetor, companheiro da rainha das nuvens de chumbo, juntos são fogueira no orum;

Ao Ilé Logum Edé Ala Key Koysan, Mãe Xaluga, dona da minha navalha, que me deu vida no asé;

Ao meu avô materno, Connegundes Moreira Cesar Penna, por ser minha inspiração de vida;

À minha mãe, Luzana Maria Cesar Penna, meu amor, pela sua força e dedicação aos filhos e netos e por ter me incentivado sempre nas empreitadas da vida. Nanã é viva! Saluba!

Ao meu filho, Ravi, que está sendo gestado com a dissertação. Que no futuro, ele seja um homem digno, à frente do tempo, e que possa dar voo às ideias de igualdade, coletividade, empatia e amor ao próximo;

À Santo Amaro e todo o recôncavo da Bahia meu reconhecimento e gratidão por permitir falar desse rico território repleto de aprendizagens;

Ao povo do Pelourinho, das periferias, a todos que estão ou estiveram na mesma condição social que eu passei, filha de um homem marginalizado, de pais pobres que moravam no local considerado antro de Salvador. É difícil: sofrimento, humilhação, nem sempre as melhores recompensas, mas o estudo, o conhecimento salva, inclusive a alma.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Olorum e a todos os orixás que se fazem presentes na minha vida, em sentido, gestos, ações, palavras e sentimentos;

Ao Professor Claudio Orlando, homem de uma sensibilidade e humanidade ímpar, verdadeiro cumpridor do seu ofício como mestre, educador, professor. Sua benção, sempre!

À Professora Rita Dias, exemplo de mulher de força, inteligente, impetuosa. Que tem o dom da oratória e de ensinar com doses de firmeza e amor;

Ao Professor Danillo Barata que me acolheu na minha caminhada profissional e acadêmica com leveza e sutileza típicas de Oxaguiã;

À UFRB por ter proporcionado minha participação no mestrado e por acreditar no potencial dos servidores;

À UFBA e ao EISU/IHAC por ter permitido um mestrado que trate da educação superior com temáticas antes nunca referenciadas;

Ao amigo Natanael que me mostrou que a escrita de dissertação não precisa ser solitária e que os laços de amizade são importantes para o nosso crescimento;

Ao advogado fiel Lucas Correia e os colegas de estrada Abigael e Itamires que possamos estar juntos em outras vertentes;

Ao meu companheiro amoroso, Anderson Correia, pelo carinho, compreensão e cuidados comigo e Ravi nessa caminhada;

A minha família e amigos por estarem presentes sempre;

Aos colegas de trabalho que me incentivaram, em especial, Layno Pedra, Eduardo Borges, Naiana Oliveira e Patrícia Sales por terem ajudado nas leituras, nas trocas de ideias, entrevistas e transcrições.

Aos professores do CECULT/UFRB, atenciosos, que têm me estimulado e ajudado nesse percurso.

RESUMO

O presente trabalho tem como escopo o estudo sobre o Projeto de Extensão Cultura e Negritude: suas implicações no âmbito da cultura e da formação com ênfase nas religiões de matriz africana. O projeto supracitado é de iniciativa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB, do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), situado em Santo Amaro (BA). O objetivo da pesquisa é compreender as práticas formativas descolonizadas, multiculturais e em dialogicidade com o território de inserção, além das suas contribuições para as políticas afirmativas no Recôncavo e as discussões da lei 11.645, de 10 de março de 2008, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- brasileira e Indígena”. A pesquisa é na área de educação superior, cuja linha de pesquisa é gestão, formação e universidade. A abordagem metodológica adotada foi a etnopesquisa crítica aplicada à educação que se baseia na multirreferencialidade, complexidade e subjetividade, trazendo à voz do sujeito implicado que não se separa do objeto estudado e dos participantes da pesquisa. Como dispositivos de pesquisa foram utilizados a revisão de literatura, a observação participante, as entrevistas abertas e as pesquisas documentais que trouxeram uma profusão rica de elementos formativos consubstanciados na multiculturalidade, diversidade, afirmação da identidade e da cultura afro-brasileira em conexão de saberes com a comunidade, reafirmando a necessidade de incitar e institucionalizar projetos de extensão atrelados à ecologia de saberes e às ações afirmativas como práticas de combate ao racismo e inclusão social.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Cultura e Negritude. Educação

ABSTRACT

The present work has as scope the study on the Project of Extension Culture and Negritude: its implications in the scope of culture and of the formation with emphasis in the religions of African matrix. The above-mentioned project is an initiative of the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB), located in Santo Amaro (BA), at the Center for Culture, Languages and Applied Technologies (CECULT). in dialogue with the territory of insertion, in addition to its contributions to the affirmative policies in the Recôncavo and the discussions of law 11.645, of March 10, 2008, which includes in the official curriculum of the Teaching Network the obligatoriness of the theme "Afro History and Culture "The research is in the area of higher education, whose line of research is management, training and university. The methodological approach adopted was the critical ethnographic research applied to education that is based on multireferentiality, complexity and subjectivity, bringing to the voice of the implied subject that does not separate from the object studied and from the research participants. research were used to review literature, participant observation, open interviews and documentary research that brought a rich profusion of formative elements embodied in multiculturalism, diversity, affirmation of Afro - Brazilian identity and culture in connection with knowledge with the community, reaffirming the need to encourage and institutionalize extension projects linked to the ecology of knowledge and affirmative actions as practices to combat racism and social inclusion.

Keywords: University Extension. Culture and Negritude. Education

LISTA DE ABREVIATURAS

BICULT – Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
CAHL- Centro de Artes Humanidades e Letras
CECULT – Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
CONAC – Conselho Acadêmico
FORPROEX – Fórum dos Pró-Reitores de Extensão
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Educação Superior
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PET – Programa de Educação Tutorial
PNE- Plano Nacional de Educação
PROEXT- Pró-Reitoria de Extensão
PROGRAD- Pró-Reitoria de Graduação
PROPAAE - Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis
REUNI- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RSF – Roda de Saberes e Formação
UFBA- Universidade Federal da Bahia
UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
2. O CAMINHO ESCOLHIDO: Etnopesquisa crítica aplicada à educação e seus dispositivos de pesquisa	15
2.1 Autobiografia como elemento formativo	18
2.2 Dispositivos de pesquisa	28
3. NOVOS SENTIDOS À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA IMPLICADA NAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS E NA ECOLOGIA DE SABERES	31
3.1 A cidade de Santo Amaro (BA)	31
3.1.1 A cidade de Santo Amaro vista pelo povo.....	34
3.1.2 A cidade de Santo Amaro contada nos documentos.....	38
3.2 Contextualizando a UFRB e o CECULT	42
3.2.1 Atividades de extensão do CECULT.....	45
3.3 Um breve histórico da extensão universitária	46
3.3.1 A extensão universitária e sua importância para a universidade inclusiva.....	48
3.4 Breve passagem sobre as teorias curriculares	50
3.4.1. A curricularização da extensão e a promoção das políticas afirmativas.....	52
3.5 Políticas afirmativas no contexto das universidades	57
3.5.1 As religiões de matriz africana e o Bembé do Mercado.....	64
4. A PESQUISA DE CAMPO - PROJETO DE EXTENSÃO CULTURA E NEGRITUDE: UM GRITO DE RESISTÊNCIA	77
4.1. O Projeto Cultura e Negritude	77
4.2. Histórico das I a IV edições do Projeto Cultura e Negritude	79
4.3. V Cultura e Negritude – Observação Participante	85
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	113
ANEXO E APÊNDICE	117

1. INTRODUÇÃO

No final do século XX e início do XXI, após reiteradas tentativas dos Movimentos Negros e de intelectuais preocupados em desmascarar o racismo estruturado nesse país, que como consequência reproduziu as desigualdades sociais, culturais e raciais, mantendo como lastro a inferioridade do negro, simplesmente pela cor de pele e fenótipo, o Estado Brasileiro desenvolveu políticas afirmativas, tendo como uma das suas vertentes a tentativa de promover o acesso da população composta de pretas (os), pardas (os) e pobres deste país nas universidades.

As universidades públicas, após um processo de sucateamento e de crise na década de 1990, engendraram um conflito existencial que questionava seus valores e sua missão institucional, sendo convidada para uma universidade nova, baseada nos princípios democráticos e na sua função social, desembocando nas crises de hegemonia, legitimidade e institucional (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

Essas “novas universidades”, no exercício imperativo de sua autonomia e no auge de seus embates internos e externos, sofreram, em graus diferenciados, alterações no seu tripé acadêmico: pesquisa, ensino e extensão, e de forma vigorosa, após a adoção do REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior, em 2004, atrelado a isso o forte apelo para a adoção de políticas afirmativas nas instituições de ensino superior.

Paulatinamente as universidades aderiram a essas importantes políticas para a elevação do ingresso de jovens no ensino superior, na perspectiva de inclusão de negros, pobres, estudantes de colégios públicos e membros de família de camadas populares. Em paralelo, exigia-se novos currículos e formação que abrissem fendas na hegemonia e homogenia dos conhecimentos eleitos como válidos que estabeleciam uma hierarquia cultural e de saberes.

Romper com 500 anos de colonialidade que impregnou as instituições e as pessoas, utilizando-se de todas as formas de repressão social e psicológica, para a manutenção de espaços cristalizados de poder que mantiveram as classes sociais estáticas, perpetrando seu mando pelo acesso privilegiado, é complexo, exige-se transformação de consciência e envolve lutas constantes infiltrando-se nas estruturas de poder e na certeza de duros contra-ataques do movimento de retração.

A extensão universitária, nesse ínterim, constitui-se o caminho de diálogo com a comunidade, na promoção da interface entre conhecimento científico e popular,

ressignificando as práticas universitárias aliadas às pautas afirmativas de combate ao racismo e as desigualdades sociais e cognitivas.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) funde-se no seu nascedouro com as políticas afirmativas, numa perspectiva de avanços sociais no território de atuação, Recôncavo da Bahia, em conjunto com a interiorização das universidades, contribuindo com inclusão de jovens no ensino superior.

Na conjectura para inserção de *campi* universitários que cobrissem toda a área do recôncavo, com cursos superiores que aproveitassem também o potencial territorial e não despercebida a vetusta reivindicação de uma universidade, *in loco*, instalou-se um campus em Santo Amaro (BA).

Precedeu a instalação de um centro de ensino em Santo Amaro, pesquisas com a comunidade para identificar quais cursos poderiam ser ofertados na região, levando-se em conta as peculiaridades do local e a proposição de agendas de pregnância de políticas afirmativas como parte de ações do Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social no Recôncavo, criado pela Reitoria da UFRB, por meio da portaria 181/2016 (NASCIMENTO E ALVES, 2016) e contribuindo com a implementação da Lei 10.639/2003, que incluía no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Em 2013, instalou-se o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), em Santo Amaro, concomitante a seu primeiro Projeto de Extensão intitulado: *Cultura e Negritude na perspectiva de uma Formação Intercultural* que atravessasse os projetos pedagógicos dos cursos de graduação ofertados e, fundamentalmente, propiciasse integração entre extensão, ensino, pesquisa e ações afirmativas, sendo essa uma política institucional construída e conquistada nos âmbitos das experiências e que consta nos documentos que instituem o Projeto UFRB.

Nesse sentido, a Extensão como propulsora de Formação Intercultural, de descolonização do conhecimento, na perspectiva do Projeto Cultura e Negritude, busca dar continuidade às ações que instituem a identidade emancipadora, sócio-etnicamente referenciada da UFRB.

O Projeto Cultura e Negritude faz parte de uma gama de ações de extensão do CECULT/UFRB – Campus de Santo Amaro, contribuindo para a “promoção de um espaço acadêmico onde seja acolhido todo o fazer e saber cultural por parte das sociedades”(UFRB, 2013, p.13).

É nesse contexto que trago também reflexões sobre a situação dos afro-brasileiros, relacionando-as com a universidade elitista no Brasil, que se manteve distanciada da maioria da população, dificultando o seu acesso e contribuindo para a manutenção do *status quo* de uma parte da sociedade. Em paralelo, demonstro o esforço impetrado por uma parcela de intelectuais que lutam pela equidade racial, social e cognitiva no País que se encontra no processo de refração perpetrado por camadas sociais inconformadas com os avanços das classes aliadas historicamente, no movimento fascista de conservação dos espaços de poder.

O estudo debruça-se sobre as novas concepções da extensão universitária aliada aos projetos inovadores, em tela o Cultura e Negritude, de iniciativa da UFRB/CECULT, que tratam, em especial, de temas voltados ao reconhecimento da cultura afro-brasileira e etno-saberes, saberes/fazeres dos sujeitos culturais do território de atuação, conectando saberes populares e científicos.

A escolha do tema: **ESTUDO SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO CULTURA E NEGRITUDE**: suas implicações no âmbito da cultura e da formação com ênfase nas religiões de matriz africana, deve-se ao fato do projeto contribuir epistemo-metodológico com a formação antirracista, multicultural e descolonizada, pautada nas políticas afirmativas, que coadunam com as transformações na educação universitária.

Locupletando com o exposto, tornou-se relevante a necessidade de compreender as contribuições do Projeto de Extensão Cultura e Negritude, da UFRB/CECULT, em conexões multiculturais e interformativas com a Cidade de Santo Amaro e as religiões de matriz africana e a comunidade acadêmica.

Foram traçados objetivos que contribuíssem com a elucidação da temática, a saber:

- descrever sobre o Projeto de Extensão Cultura e Negritude, no âmbito do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;
- compreender as conexões de saberes e as implicações formativas do projeto para o CECULT e a comunidade local;
- elencar as temáticas abordadas no decorrer do Projeto Cultura e Negritude, dando densidade a essas noções;
- abordar a cultura das religiões de matriz africana como elemento formativo no âmbito do CECULT.

A dissertação está dividida em três capítulos com o intuito de facilitar a compreensão da temática. O primeiro capítulo traça a metodologia escolhida pela autora e os dispositivos de pesquisa aplicados na pesquisa de campo, intitulado **Caminho escolhido: etnopesquisa**

crítica aplicada à educação e seus dispositivos de pesquisa e a autobiografia como elemento formativo. O segundo capítulo nomeado **novos sentidos à extensão universitária implicada nas políticas afirmativas e na ecologia de saberes** está subdividido em seções e subseções: a cidade de Santo Amaro (BA): a cidade de Santo Amaro vista pelo povo e a cidade de Santo Amaro contada nos documentos; contextualizando a UFRB e o CECULT: atividades de extensão do CECULT; um breve histórico da extensão universitária: a extensão universitária e sua importância para a universidade inclusiva; breve passagem sobre as teorias curriculares: a curricularização da extensão e a promoção das políticas afirmativas; políticas afirmativas no contexto das universidades: as religiões de matriz africana e o Bembé do Mercado. Este capítulo discorre sobre a extensão universitária afiliada à ecologia de saberes, reforçando essas teorias, a partir da visibilidade do território. Na perspectiva de uma formação intercultural/multicultural, recorre-se à revisão de literatura que trata de currículo e das políticas afirmativas e, por fim, das religiões de matriz africana, cuja ênfase é dada no texto.

O terceiro e último capítulo: **a pesquisa de campo - projeto de extensão cultura e negritude: um grito de resistência**, com as seções: o Projeto Cultura e Negritude: histórico das I a IV edições do Projeto Cultura e Negritude e a V edição do Cultura e Negritude composto de uma relatoria do Projeto em todas as suas edições, com densidade na última, por meio dos dados observados que subsidiarão os resultados conclusivos da pesquisa.

Ademais, afilio-me a etnopesquisa aplicada à educação, ancorada pela multirreferencialidade, complexidade e subjetividade, que segundo Macedo (2010, p.10) é “em suma, um modo intercrítico de se fazer pesquisa antropológica e educacional”, oportunizando nas pesquisas a voz do pesquisador implicado, as vozes dos participantes da pesquisa e o que o autor se refere como “construção de um saber indexado às pautas sociais concretas [...]”.

Nesse contexto, senti-me autorizada a vincular-me como autora e atriz da minha própria história, cuja autobiografia trago à tona no capítulo, que trata da metodologia da pesquisa, por considerá-la valiosa para o entendimento do objeto de pesquisa e fortalecimento de ações afirmativas que contribuam com o desenvolvimento de pessoas em vulnerabilidade, já que enredasse nas minhas vivências como uma mulher negra, oriunda de camadas populares e de bairros marginalizados, de religião de matriz africana e agora, servidora pública da UFRB, lotada em Santo Amaro e futura mestra.

2. O CAMINHO ESCOLHIDO: ETNOPESQUISA CRÍTICA APLICADA À EDUCAÇÃO E SEUS DISPOSITIVOS DE PESQUISA

A etnopesquisa crítica aplicada à educação (MACEDO, 2010), ancorada pela multirreferencialidade, complexidade e subjetividade, teorias desafiadoras e diferenciadas, repercutidas na Universidade de Paris VIII, pelos ilustres professores René Barbier e Jacques Ardoino, cujas concepções subsidiam esse trabalho, é considerada uma teoria social lastreada pela fenomenologia e pela etnomedotologia que busca descrever fenômenos do cotidiano sob o ponto de vista do outro, interpretando-o, sem buscar aqui limitar o vasto entendimento dessa teoria.

Planta-se aqui uma outra possibilidade em termos de pesquisa em ciências da educação, dentro de uma concepção pós-formal: a etnopesquisa crítica, que, em afirmando a irremediável pluralidade da emergência humana, a articula com a tradição crítica, avessa ao domínio iníquo e a voz da racionalidade descontextualizada. (MACEDO, 2004, p.132).

Nessa perspectiva, afilio-me a abordagem multirreferencial proposta por Ardoino, explicitada por Bumham (1993) ao abordá-la a partir da complexidade do objeto que ao nos remeter ao currículo, incita-nos a pensá-lo como um ato social, histórico e político, que influencia diretamente na formação escolar e, portanto, há necessidade de reconstruí-lo ou repensá-lo sobre o prisma de:

Acesso à diferentes referenciais de leitura e relacionamento com o mundo, proporcionando-lhes não apenas um lastro de conhecimento e de outras vivências que contribuam para a sua inserção no processo da história, como sujeito do fazer dessa história, mas também para a sua construção como sujeito (quiça autônomo) (BUMHAM, 1993, p.2)

A complexidade para Ardoino in Bumham (1993, p.3): “é o que contém, engloba (...) o que reúne diversos elementos distintos, até mesmo heterogêneos, envolvendo uma polissemia notável”. O que não se pode se dissecar de forma simples, porque nele o objeto pode ter várias características e/ou referências e pode ser examinado por diversos ângulos a depender do sujeito que o pesquise e não mais um sujeito neutro, afastado do objeto, além do mais a realidade apresentada é transitória, mudando constantemente a depender das novas construções sociais que vão surgindo.

As mudanças implementadas no seio da Universidade e os estudos no campo da multirreferencialidade pretendem romper com o currículo pautado sob uma única referência, sem levar em conta os sujeitos que dele participem, sendo de extrema importância para a construção de método ou teoria social que rompe com velhos paradigmas, tais como: a

neutralidade do sujeito; a importância da voz do sujeito pesquisado; a contextualização da pesquisa e sua implicação com o pesquisador e a percepção que o objeto não é estática e que pode ser interpretado.

A etnopesquisa crítica sofreu influências da Escola Sociológica de Chicago, que tinha na sua cátedra, no campo da educação, o filósofo John Dewey que instalou o primeiro departamento de pedagogia na escola e foi considerado o filósofo da educação e da democracia por Anísio Teixeira. Para ele:

A filosofia de Dewey busca a conciliação e o ajustamento entre a tradição e o conhecimento científico, entre as bases culturais do passado e do presente que flui, ou seja, entre o que já foi e o vir a ser, no propósito de formular não tantas verdades, mas perspectivas (ROCHA, 2014, p.37).

O pesquisador, nesse processo, também se insere no objeto pesquisado que sofre influências do seu autor/ator, pois ele faz parte de um contexto social e político, com suas referências individuais e construídas coletivamente, que não se separam do sujeito para realizar a pesquisa, ao contrário agregam-se ao objeto.

A etnopesquisa utilizada como método nesse trabalho coaduna com a leitura de mundo do autor e dos aspectos étnicos culturais importantes e intrínsecos à temática, mas sem perder de vista o rigor do conhecimento, porém no panorama de um rigor outro, como nos explica Macedo (2010): “para a fenomenologia, a realidade é o compreendido, o interpretado e o comunicado”.

Fica mais claro esse posicionamento ao entender que reconhecendo a riqueza multifacetada das práticas sociais, torna-se difícil decompô-las, reduzi-las para estudá-las em apartados, necessita-se recorrer à complexidade (ARDOINO, 1998), sem para isso dissecar o objeto desta pesquisa com verdades incontornáveis e respostas irrefutáveis.

Esses conceitos coadunam com a etnopesquisa aplicada à educação que segundo Macedo (2010, p.10) é : “ em suma, um modo intercítico de se fazer pesquisa antropológica e educacional”. O que o autor argumenta é trazer para as pesquisas a voz do pesquisador implicado, as vozes dos participantes das pesquisas e o que ele traz como “construção de um saber indexado às pautas sociais concretas está sua potencialidade formativa”, acrescido dos múltiplos pontos de vistas com suas variadas linguagens (BUMHAM, 1993).

Esse método harmoniza com o campo que me debruço e com o objeto pesquisado que rompe com formas cristalizadas de conhecimento. A dissertação é totalmente entrecruzada com as vozes dos pesquisados, potencializando-as e demonstrando a importância da contextualização da pesquisa sob o olhar das pessoas que pertencem ao território, sem

desconectá-las da sua bacia semântica, e sem tratá-las como alheias ao processo de conhecimento.

Ademais, diuturnamente, remeterei a minha escrita à horizontalidade dos saberes, ao multiculturalismo, à diversidade, em contraposição a uma formação eurocêntrica. Conceito estes que tanto se adéquam a multirreferencialidade, proposta nos estudos de currículos, em que pese à tentativa de demonstrar a importância de atividades de extensão imbricadas no currículo e na formação escolar que valorizem outras formas de conhecimento, considerando os sujeitos envolvidos da comunidade e fora dela, num processo interacional, de respeito e de atenção às referências dos sujeitos, contextualizando-as ou transformando-as por meio de currículo que se aproxime do seu contexto social, histórico e político.

E uma das grandes contribuições que a perspectiva da multirreferencialidade pode trazer à escola é a abertura para se trabalhar com as linguagens, os valores, as crenças, enfim uma multiplicidade de expressões das diversas culturas que se encontram na escola. (BUMHAM,193, p.10).

A história do território de atuação, refletida no texto pela autora, na tentativa de demonstrar seu aporte social, cultural e econômico, ao tempo que também ela é revelada pelos moradores, numa simbiose do passado, presente e perspectivas futuras, demonstra a importância da instalação e permanência da Universidade na tentativa de potencializar os recursos locais, recrudescer a identidade do seu povo, propor novos significados para a formação escolar lastreados por políticas afirmativas, vislumbra-se uma conexão de saberes, aproximando-as das questões sociais e subjetivas latentes.

A escolha desse método dar-se-á também pela minha afiliação à religião de matriz africana, que me permitiu ver o mundo de uma forma diferenciada e múltipla e de respeito às diferenças, com ensinamentos próprios e à primeira vista, estranhos a minha vida corriqueira, mas que se complementam, e que por muito tempo foi objeto de minha própria negação por não reconhecer e valorizar a minha identidade.

Também não posso deixar de retratar minha implicação profissional enquanto servidora da Universidade, ora pesquisada, e que terei um árduo trabalho de descortiná-la para mostrá-la sobre perspectivas diferentes das quais eu criei a partir da minha vivência consciente ou inconscientemente.

Como ser social, pensante e encharcado de vida que se constrói no dia a dia, por meio de vivências e experiências com os outros é que não devo divergir a minha escrita da minha forma de enxergar o mundo, tendo consciência que no caminho tudo se (des) constrói e (re) aprende sobre e no olhar do outro, revelando caminhos nunca percorridos. Afinando-me

também com o entendimento de Nascimento e Jesus (2010), quando afirmam que “considerar que em quaisquer processos de formação, às dimensões que estão no campo da técnica, precisam ser associadas à compreensão dos contextos que permitiram o fluxo daquela formação”.

E por compreender a necessidade de aliar minhas experiências pessoais, subjetivas, que me formam e me complementam e diz muito sobre a minha escrita, a minha fala, meu modo de ver o mundo e de me modificar com as construções que vão surgindo no caminho é que escolhi a autobiografia/história de vida, relatada logo abaixo, por considerá-la importante para a minha implicação na temática estudada, assim como de inspiração para pessoas de camadas populares, negros (as) e pobres terem consciência que podem construir seus caminhos: “[...] trata-se, sempre, de começar pelo vivido, realidade opaca, resistência que constitui a verdade de cada experiência do sujeito social e cultural nas práticas educacionais”. (MACEDO, 2010, p.112-113).

Por meio da abordagem biográfica o sujeito produz conhecimento sobre si, sobre os outros e capta as ações do cotidiano, por vezes, imperceptíveis, e que são reveladas pela subjetividade e singularidade das experiências e saberes. (SOUZA, 2007).

2.1 Autobiografia como elemento formativo

Não sabia o quanto era difícil falar de si próprio, se desnudar, abrir feridas, rir dos infortúnios e reencontrar o passado, entender os caminhos e percalços da vida. Por onde andei que cheguei até aqui? Esse sujeito com sua bagagem de vida, repleto de eu's que ora se misturam, ora tentam se separar.

Sobrevivi e trago comigo o que somente Olorum(Deus) pode me tirar, a minha própria vida, formada nas encruzilhadas traçadas pelo odu (caminho) e naquelas que tratei de desviar ou cruzar, propositalmente, com pessoas que me ajudam continuamente a me tornar o que sou.

Trago uma parte da minha história de vida no texto, por entender que se trata de um importante instrumento formativo que possibilita, no primeiro contato, visualizar e praticar a abordagem multirreferencial, concepção filosófica a que me afilio e acredito como uma nova perspectiva para a educação.

Além do mais, a autobiografia permite a reflexão de quem são as pessoas que hoje tiveram a oportunidade de acessar o mundo acadêmico, antes tão distante e indiferente, que de certa forma, continuaria a reproduzir as diferenças sociais, dividindo quem pode ou não estar em certos espaços considerados de avanço intelectual e profissional.

Eu, como muitos outros, oriundos de camadas populares, com as dificuldades escolares postas, tivemos o desafio de romper com as barreiras do preconceito e de galgar espaços, sem o advento da falsa meritocracia, mas da educação que acredita no outro, ser diferente, e com as singularidades sociais e raciais no processo de conquista.

As minhas experiências e vivências dialogam diuturnamente com meu objeto de estudo que não se desvencilha do sujeito que ora o escreve. O caráter autobiográfico, segundo Nascimento e Jesus (2010, p.19), é *“um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separa e antes nos une pessoalmente ao que estudamos”*.

As histórias de vida contadas em sem-número de dissertações precisam ser pulverizadas, ultrapassando muros, como uma forma de incentivar aos que estão chegando de que se é possível mudar uma realidade social, realizar sonhos, enfrentar desafios e preconceitos, transformar-se enquanto pessoa, (re) aprender e apreender, vencer por meio dos estudos.

Quando o Professor Claudio Orlando me deu esse desafio chorei pela dificuldade em me autorizar, de recordações que por muito tempo tentei esquecer, do medo da forma como o outro iria me ver. Muitas não as deixo aqui, pois não é o contexto, mas que com certeza estão comigo e me ajudaram a ser o que sou: sobrevivente desse mundo excludente e repleta de erros e acertos das andanças que fiz, como ser profissional, acadêmico, amigo, familiar, religioso, e que expressei, talvez de formas variadas, nos ambientes em que frequentei, sem imaginar que minhas errâncias e assertivas nesses personagens que represento são frutos de uma vivência que pertence a mim e todos os outros e outras que entrecruzaram meu caminho.

Eu nasci em Salvador, em 1981, filha de Dona Luzana Maria Cesar Penna e Rodrigo Moura da Silva. Minha mãe sempre cuidou da casa, até porque com sete filhos de três pais distintos, tornava-se difícil trabalhar na rua. Mesmo assim, para garantir o sustento submeteu-se passageiramente a cuidar de um depósito de bebidas do espanhol, Sr. Joaquim, que, com pena da situação dela, sempre a ajudava financeiramente.

Morávamos todos no Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador-BA, na R. Francisco Muniz Barreto, nº 4, cuja casa ficou conhecida como “o quatro” e hoje funciona o SEBRAE. Minha mãe hoje tem 73 anos e cursou até o terceiro ano do segundo grau no Colégio Central. Na véspera da admissão no Curso de Direito, da Universidade Federal da Bahia, teve seu sonho abortado por uma gravidez indesejada. Filha de Connegundes Moreira Penna e Suzana Cesar Penna.

Sr. Connegundes, negro, nasceu em 1897, em Água Fria-BA, formou-se em Engenharia/Arquitetura, na Escola de Belas Artes, em Salvador, pelos idos de 1938. Morou no pensionato de Dona Isabel, em Nazaré, junto com os doutores Terêncio Luz, Oscar Silva

Lima, entre outros, todos pobres, mas repletos de sonhos. Trabalhava durante o dia, e à noite, sob a luz do candeeiro, se debruçava sobre os livros, pois na sua condição tinha consciência que o estudo libertava e viveu intensamente para os estudos onde se destacou profissionalmente. Ele vivia entretido na sua biblioteca, nas suas plantas e nas irmandades que fazia parte como a da Nossa Senhora do Boqueirão, Solar do Ferrão e Santíssima Trindade. Talvez por ser um católico ferrenho, talvez pelos encontros de lutas e resistências com outros negros que ocupavam ascensão na cidade. A sua fé na religião católica não foi abalada, mesmo toda noite ouvindo no sótão da casa “o quatro”, que não habitava ninguém, conversações, batuques e falatórios e ele, segundo minha mãe, dizia: “vai para o inferno”.

Meu avô materno, Connegundes, já engenheiro, em uma das visitas a cidade de Irará-BA, se encantou por minha avó, Suzana, branca, olhos azuis, filha do prefeito da cidade. Apaixonaram-se completamente, largando seus entes queridos e partindo para morar em Salvador, viver uma nova vida, pois a família não aceitou esse enlace. Nunca se importaram pela intelectualidade daquele homem, mas somente pela sua cor de pele: negra.

Meus avós tiveram quatro filhos, um homem e três mulheres. A primogênita era a minha mãe, Luzana, cujo mundo ruiu ao perder sua mãe aos onze anos de idade, vítima de um câncer de garganta, após permanecer adoentada por muito tempo, mas sem respostas concretas do seu estado. Suzana, minha avó, era uma mulher prendada, à frente do seu tempo, já tinha um atelier de alta costura, em sua própria casa, e contava com empregados, alugava roupas e artigos de mesas para festas, já em 1950, acredito, e ainda fazia as melhores fantasias para os concursos de travestis, na Praça Castro Alves, no carnaval.

Minha mãe conta que minha avó acreditava nos orixás, porém meu avô muito católico e cheio de preconceitos arraigados, talvez por ser negado enquanto negro, a proibia de qualquer vestígio de fé na religião afro-brasileira. Na qualidade de subdelegado de polícia, outro ofício dele, perseguia a religião dita como “baixa espiritualidade”, prendendo seus adeptos. Após a morte de minha avó, houve buchicho e muitos afirmaram tratar de problema de “santo/orixá” que nunca cuidou. Meu avô se viu sozinho, para cuidar de três meninas e um menino. A família de minha avó não se compadeceu, primeiro por ele ser negro e os filhos mestiços, segundo porque morávamos num local mal afamado, no Centro Histórico, conhecido depois como o brega, onde todas as boas famílias foram evacuando e nós, permanecemos.

Meu avô, após a morte de minha avó, perdeu o prumo, o rumo e a direção. E parou no tempo, esqueceu das suas crias, que já estavam crescidas. Até que o sopro da vida se esvaiu e só restou o comunicado de sua morte no jornal e as falas de agradecimento de muitos que

tiveram as plantas e as fundações de suas casas feitas de graça. Sempre ouvia as histórias de meu avô com muito orgulho e admiração, ele foi minha bússola para os caminhos que tentei seguir. Até que um dia, ainda criança, começando a aflorar minha mediunidade, o vi espiritualmente pela primeira vez na casa antiga em que morávamos, de paletó branco, numa parede que um dia foi porta e que minha mãe confirmou que ele fazia passagem e se vestia com aquele traje.

Minha mãe se perdeu nos seus sonhos e como também o meio, o lugar, pode influenciar vidas e pessoas em diversos aspectos, relacionou-se sem cumplicidade, enchendo a velha casa (o quatro) de filhos, sem pais. Até que conheceu meu pai que seria a sua esperança: a de uma mãe solteira; só que ela não imaginava que começava seu terror.

Meu pai, Rodrigo Moura, nunca eu soube ao certo a história da sua família, sei que veio de Ibirataia, interior da Bahia. Sua mãe morreu quando ele tinha quatro anos e seu pai era um homem grosseiro. Ele contava que desde cedo teve que vender amendoim na Fonte Nova. Foi criado numa família que o adotou. Não como filho, mas como um menino carente. Na Fonte Nova começou a se meter com pequenos delitos. Alistou-se no Exército, mas saiu por má conduta. Ele tinha três irmãos a quem tinha adoração, assim como sua mãe adotiva Dora. Só havia cursado até a quarta série, mas tinha caligrafia de doutor e uma astúcia de tirar o chapéu.

No andar que morávamos, na casa do Pelourinho, contávamos com pouquíssimos moveis antigos da época do meu avô, mas que estavam se deteriorando por conta da chuva. Logo em seguida, meu pai foi morar na Liberdade e viver com outras mulheres.

Amava brincar no Cruzeiro de São Francisco, no Belvedere, hoje a Cruz Caída, na Praça da Sé e se deliciar com os cajás e as amêndoas vermelhas que caíam do pé; amava a casa velha, com toda pobreza, tinha o aconchego dos meus familiares e amigos, desavisados do interior, que alugavam casa até descobrirem a fama do local.

As pessoas que moravam no Pelourinho, apesar do sofrimento e toda vida à margem da sociedade, mantinham uma solidariedade incomum em todos os aspectos. A exemplo, Dona Maria, uma senhora negra, costureira, que adotou mais de dez crianças, sem um tostão, mas saía nas casas das “granfinas” dos Barris, Nazaré, pedindo alimentos para dividir. Ela fazia malabarismo para ajudar as pessoas. A quem minha mãe e nós temos gratidão eterna, pelas suas mendicâncias que nos ajudavam também e muito! Tenho certeza que o céu entrou em festa com sua chegada.

Minha mãe, com sete filhos, acolhia suas amigas e outras mulheres que sofriam como ela agressões física e moral e que se refugiavam lá em casa com medo dos maridos:

Angelina, Nair, Jandira Loira e das tranças e tantas outras que criávamos afinidades. Pepita de Carla (um senhor com mais de 80 anos) também morou conosco e até hoje chora quando nos vê, em agradecimento, e foi ele quem me contou das fantasias que minha avó fazia.

Mesmo estando na capital e com todos os cuidados que minha mãe tinha para não nos “misturarmos” com o pessoal do Pelourinho, lá tinha todo tipo de gente e tive uma infância pulando escondida na fonte do Terreiro de Jesus, participando assiduamente dos ensaios para o mês de Maria na igreja de São Domingos, mas nunca coroando Nossa Senhora, pelo critério dinheiro. Indo à feira de São Miguel quase todos os dias (coisa que amo até hoje), cometendo várias peraltices na rua.

Fui para a escola já sabendo a ler e a escrever. Minha mãe, assim como aprendeu com meu avô, nos alfabetizou. Passei por algumas escolas de bairro como o Educandário São Lourenço, o colégio Raio do Sol e o Santa Clara Desterro (último colégio particular na quarta série que meu pai pagou, após fui para a escola pública) onde completei a minha primeira formação nas séries iniciais. Lembro do abraço afetivo e do carinho da Prof^a. Zenaide sensível à vida, e as meninas e os meninos cujo sofrimento por vezes atormentava-nos.

As primeiras referências de vida que tive ocorreram no seio da minha família de origem muito humilde, como relatei, e moradora de uma zona de risco, como o é ou era o Pelourinho. Nessa infância sofrida por falta de condições financeiras que assegurassem a nossa sobrevivência e pelas constantes violências domésticas sofridas e presenciadas é que me veio os primeiros estímulos aos estudos: “um dia hei de comprar uma casa para minha mãe e sair daqui”! Minha mãe frisava o tempo todo que precisávamos estudar, para ser gente! Eu precisava ser autora, construir minha história para então conseguir um lugar ao sol.

As dificuldades financeiras só aumentavam e meu estímulo aos estudos também com todas as defasagens que eu tinha na aprendizagem.

Desde a quinta série estudei em colégios públicos. Sempre gostei de sentar na frente, para prender minha atenção no quadro e no professor e sempre encontrei amigos que gostavam de estudar, apesar das dificuldades encontradas nos colégios públicos com as deficiências e conflitos que já sabemos. Um momento que me marcou bastante foi no segundo grau, na feira do conhecimento, onde pesquisamos e apresentamos um Brasil, em preto e branco, para demonstrar as desigualdades sociais aqui existentes e a professora simplesmente fez a gente refazer na ameaça de levar um zero. Tinha que reluzir em verde e amarelo. Um conformismo, um mascaramento!

No primeiro ano do ginásio conheci a Organização de Auxílio Fraternal, OAF, localizada no Queimadinho – Lapinha, fundada em 1958, por Dalva Mattos, uma de tantas mulheres que foram importantes no processo de luta por outras mulheres e pelas desigualdades sociais. Na época em que entrei, era uma instituição sem fins lucrativos, financiada pelo Banco Internacional de Desenvolvimento – BID e tinha como alguns dos objetivos, a profissionalização de jovens pobres a fim de colocá-los no mundo do trabalho e acolhimento de mães solteiras. Na minha época, para adentrar em um dos cursos profissionalizantes era necessário realizar uma prova escrita e passar por visitas e entrevistas sociais. Aprovada, fui cursar informática, em 1995, por dois anos.

A OAF não era meramente um curso extenso de informática, mas um local de formação para a cidadania, para a valorização da cultura, para a filosofia por conta da proposta pedagógica dos que lá estavam. Foi lá que tive meus primeiros ensinamentos sobre deveres e direitos e que tirei a primeira venda dos olhos para me posicionar na vida; valorizei a cultura popular e a capoeira como esporte de resistência. Nas aulas de capoeira tinha uma música que me marcou e sempre eu pedia para cantar: “às vezes me chamam de negro, pensando que vão me humilhar, mas o que eles não sabem é que só fazem me lembrar, que eu vim daquela raça que lutou pra se libertar que criou o maculelê e a acredita no candomblé, que traz o suingue no corpo, a ginga no rosto e o samba no pé. Capoeira poderosa, luta de libertação, hoje eu estou com vocês para jogar como irmão. Capoeira ou lelê, capoeira ou lalá”.

Aos quinze anos, um pouco antes de entrar na OAF, tive os primeiros sinais de incorporação de orixá, no terreiro de candomblé de Pai Mirinho de Oxum, no Retiro. Estava ocorrendo uma saída de Yaô (pessoa recém-iniciada na religião), uma criança, consagrada a Yansá. Passei muito mal, num processo de transe, e o pai de santo, disse que iria me recolher e minha mãe replicou: só quando ela ficar de maior e decidir. Ela morria de medo das histórias do candomblé, por desconhecimento. O que deu fim as nossas idas aos terreiros, espaços valiosos de partilha de alimentos para a comunidade e aonde íamos sempre para desfrutar da fartura de comidas nas festas.

Na OAF compartilhei sonhos com as meninas e os meninos que ficavam internados, frutos de mães solteiras ou a espera de adoção. Lá me emocionei ao ouvir Coração de Estudante de Milton Nascimento, afinal “(...) há que se cuidar da vida, há que se cuidar do mundo, tomar conta da amizade, alegria e muito sonho espalhados no caminho, verdes plantas e sentimento, folhas, coração, juventude e fé”. A música para mim tem um sentido

especial, muitas vezes nos ajuda como uma oração que acalenta nossos corações e traz uma mensagem de fé, como o é também os cantos de candomblé, invocativos dos orixás, inkices.

Na OAF aprendi a respeitar a natureza, o ser humano e a não esquecer professores que marcam a nossa vida, como a Profa. Ametista e o Prof. Antônio Almeida, rígidos e incompreendidos por nós, em formação, mas que de forma diferenciada, mostraram a uma menina rebelde, novos horizontes, novas perspectivas, mudando minhas lentes, meus pontos de vista sobre múltiplos assuntos. Atualmente os encontrei nas manifestações contra o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Emocionei-me muito aos reencontrá-los e eles ao perceber que a semente deu flor.

Saí da OAF, no final de 1996, obstinada a passar no vestibular. Nessa época só tínhamos a UFBA, a UNEB e poucas particulares como a Católica. Pelas minhas condições, só tinha “o dever” de passar na pública. O que é um direito resguardado pela carta magna, porém como acontece ainda hoje, em menor grau, devido a expansão de campi e instituições federais de ensino e as políticas afirmativas e de cotas sociais, a universidade pública era (é) um lugar elitizado, só passava quem estudava nas boas escolas e um estudante de escola pública passar na UFBA ou na UNEB era quase um encantamento.

Em 1997 foi o ano mais difícil de minha vida. Nessa época, comecei a frequentar com minha família, centros de umbanda e espírita. Estagiava de manhã, na Secretaria de Educação do Estado, CAB, para pagar o curso pré-vestibular, à noite, no centro da cidade e à tarde, cursava o 3º ano de contabilidade no Colégio Estadual Carneiro Ribeiro na Lapinha. Chegava em casa, exausta, às 23 horas com o lanche de R\$1,00 da Lapa e seguia estudando na madrugada.

Agradeço imensamente a Dona Bela, mãe de uma colega da época da escola, Ana Paula. Senhora humilde, de Conceição do Almeida-BA, com o coração do tamanho do mundo e que mandava todos os dias uma marmita para eu comer debaixo da árvore na hora do almoço, muitas vezes escondida do marido, pois minha mãe não tinha na mesa todos os dias para mandar. Nem sei o que falar desses “orixás” que são enviados para nos ajudar.

Fiz o vestibular da UFBA e da UNEB. Fui aprovada na UFBA não no curso que queria, sonhava em ser socióloga ou contadora, com medo de ser reprovada pela concorrência, e justamente nesse ano, o curso de Secretariado Executivo que tentei, teve a concorrência maior. Coroada pelo que não desejava, mas que me abriu muitas portas e janelas.

Sempre vivia reprimida e pensava, muitas vezes, em suicídio, coisa que nunca contei a ninguém. Ficava olhando o céu e pedindo as “três marias” que mudassem a minha vida.

Pelas situações familiares complicadas que passava e no dia seguinte tinha que ser uma garota normal, como se em cada canto eu fosse uma pessoa diferente que não pudesse mostrar minha essência. E os problemas não se estagnaram na infância, mas seguiram como um termômetro descontrolado, até desembocar com a morte do meu pai em 2015.

Eu tinha horror do meu pai, por tudo que ele fazia com minha família, agressões físicas e verbais, por não ter patrocinado meus estudos quando podia e tantas outras coisas que não me sinto a vontade em contar. A sua morte foi rápida e eu estive com ele até o fim. Ele disse que só ia ao médico quando eu chegasse e confiou em mim, no fim da vida, o sopro da morte. Sofri calada e adoeci porque o corpo fala. Resignifiquei meus sentimentos por ele e comecei a entender ele por outro olhar. Sem raiva, sem mágoas, e um pouco de remorso por não tê-lo ajudado mais, apesar de ele mesmo não permitir. Aprendi a tentar me colocar no lugar do outro, em vez de julgá-lo pelas nossas experiências. A amar o incompreensível e a perdoar os erros que todos nos cometemos. A provar o mel da vida, em vez de destilar fel.

Em 1999, a minha vida, de fato, engrenou. Primeiro ano na faculdade e já consegui estágio na Varig Brasil. Participação efetiva no Centro Espírita que tinha gira de santos, ciganos, caboclos, de Dona Rosa, no Queimadinho. Conheci a sexualidade e esse primeiro namorado junto com os amigos Rafael, Ricardo, Elmo, Bárbara (hoje tatas, babas e yalorixá) levaram-me ao terreiro de Dona Beata, YáXaluga, filha de Miguel Grosso (djina-dewandá), na Boca do Rio, e eu dancei.

Em 2001, fui efetivada na Varig, idealizei a primeira biblioteca institucional destinada aos servidores e assentei meu santo, pois só poderia participar dos rituais de feitura nas férias.

Em 2002 tornei-me filha de santo com todos os rituais exigidos “em camarinha” e ia para a UFBA de quelê (colar que liga a pessoa ao orixá) enrolado no madraço, torço e curas (cortes feitos abaixo dos ombros e outras partes do corpo) recém feitos e bem a vista numa pele clara. Todos me olhavam de canto sem entender aquele ser que baixou na Universidade ou entendendo e preferindo calar. Muitas colegas se afastaram de mim por conta da minha cabeça raspada. O candomblé era ou é demonizado por alguns, afinal é religião de preto.

Orixás para mim são energias, força viva da natureza, não há deus e nem diabo, mas gente que erra, acerta, aprende e se transforma. Orixás são humanizados e não distinguem os seres humanos por classe, cor e sexo. Oyá, o meu oruko-oriki, é o ar que respiro, minha fortaleza, é a espada que me suspende quando encontro-me em perigo, é o vento que me balança e me leva, é a tempestade que me encoraja e me diz quando recuar. Sem eles não

consigo brotar a força para vencer as dificuldades que cada dia nos são postas. São eles que me trazem sentidos e significados no modo de que vejo e enxergo o mundo. Foi no candomblé que aprendi a respeitar as diferenças: lá tem preto, branco, gay, lésbicas, doutor e delinqüente, todos são irmãos (as), não há classe, nem cor, nem sexo.

A essência da vida por vezes está na simplicidade das pequenas coisas que não observamos, como o fato do orixá está o tempo todo com o pé no chão, nos mostrando que a humildade é porta de entrada e saída, entre outras lições importantes que levo para minha vida profissional e pessoal.

*Em 2004, saí da Varig e tive muita dificuldade de recolocação no mercado, pela área específica que trabalhava. Consegui um estágio na Santa Casa de Misericórdia, com o Professor Domingo Tellechea (argentino) e a sua sócia esposa Maria Josefa (espanhola). Fazia atividades de secretária, assistente, quando pegaram confiança comecei a ler sobre a história da Bahia e ajudá-los nas pesquisas que subsidiaram o livro sobre o restauro das obras da Santa Casa da Misericórdia. O Professor Tellechea era um homem difícil, implicante, exigente. Atotó! Fui conquistando sua confiança e com ele aprendi a pesquisar, a escrever melhor, a consultar o dicionário sempre, a economizar para o futuro e com ele segui em muitos trabalhos com o do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e o Museu Afro Brasil. Para ele o estudo era condição sinequa non, “tchê”! Nesse percurso tive a consciência que precisava estudar mais e busquei me especializar em docência do Ensino Superior, pela Fundação Visconde de Cairu, no qual desenvolvi meu primeiro trabalho científico, após apaixonar-me pelas aulas de sociologia da educação, prática do ensino superior entre outras ministradas pelos professores Roberto da Cruz Melo e Penildon Silva Filho, que por fim desembocou na minha monografia intitulada *Conhecimento da prática na formação do Secretário: implicações para o exercício profissional do graduando do curso de Secretariado Executivo da UFBA. Que versava sobre currículo e formação. Nascia aí uma amante da educação.**

Os trabalhos foram minguando na área de restauro e permaneci laborando como secretária executiva, profissão por vezes esquecida e marginalizada dentro das organizações, em diversas empresas privadas e ong's, até passar no concurso do REDA e cair no Gabinete da Defensoria Pública do Estado, em 2011. A disputa entre reda's e cargo de confiança era perversa, lá não tem servidor concursado. Considerei de imediato um local insalubre para trabalhar, mas precisava do salário para me manter e a minha família que desde que comecei a trabalhar assumir a função de chefe da casa.

Lá tive meus primeiros estímulos para estudar com afinco para concursos públicos. Fui secretariar a chefe do gabinete, Dra. Anhamona de Brito, advogada negra, militante do PT, defensora das minorias e dos direitos humanos. Ela me dizia: um turno você trabalha o outro estude e à noite eu cursava Direito na faculdade privada. E foi assim por meses, até ser aprovada na Universidade Federal de Sergipe para o cargo de Secretária Executiva, em 2014.

Em Sergipe começaram também minhas primeiras tentativas de ingresso no mestrado, mas como diz minha sábia mãe, lá não era o meu lugar e eu tinha que voltar, porque meus orixás me queriam na Bahia. Salvo o Departamento de Fonoaudiologia de Lagarto onde eu estava lotada e que fui muito feliz pelo tempo que estive lá. Em 2015, fui aprovada no concurso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, cargo Secretária Executiva, e optei, sem duvidar e sem conhecer, ser lotada em Santo Amaro (BA).

O orum conspirava! O CECULT/UFRB é diferenciado desde a sua concepção, com políticas pedagógicas inovadoras, vinculada a área cultural que sempre caminhei nos trabalhos com o Prof^o. Tellechea. A aproximação das atividades do Centro com os terreiros de candomblé, manifestações culturais, quilombos e assentamentos, em busca da efetivação de um currículo descolonizado, por meio de atividades de pesquisa e extensão, me chamou a atenção por pertencer ao candomblé e me senti acolhida no meu local de trabalho. Em 2016, no primeiro semestre, cursei duas disciplinas no mestrado em gestão pública na UFRB, em Cruz das Almas, o qual abandonei por falta de afinidade política e pessoal com o curso.

No segundo semestre, entrei como aluna especial no EISU, na disciplina Inovações Curriculares na Universidade: Multirreferencialidade, (Auto)biografia, Descolonização e Território de Identidade na Pesquisa-formação, ministrada em Santo Amaro (BA), pelos docentes Rita de Cássia Dias Pereira, Claudio Orlando Costa do Nascimento e Dyane Brito, utilizando metodologia como rodas de saberes e formação que tanto me cativou e aprendi com eles e com os colegas. Não me esqueço das músicas de Roberto Mendes contextualizadas em sala e das conversas sobre etnopesquisa implicada, currículo e formação, que até então era um bicho papão.

Trago abaixo a carteira profissional do meu avô retratado no texto, homem negro, nascido no fim do século XI, diplomado pela Escola de Belas Artes da Bahia, em 1937, o que só conseguiu com 41 anos de idade. O paletó da sua formatura foi emprestado. Não teve pai reconhecido. Sofreu todo o preconceito por parte da família branca da minha avó, tinha as suas amarguras e frustrações enquanto homem negro e intelectual que se impunha. Vivia inteiramente para os estudos.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
 CARTEIRA PROFISSIONAL

Carteira n.º 1.618/D 5.ª REGIÃO Bahia, 11 de NOV. de 19 63

Registro no C. R. E. A. n.º 3.217

Nome CONNEGUNDES MOREIRA
 FEINA

Nacionalidade BRASILEIRA

Naturalidade SALVADOR

Nascido a 03 de MARÇO de 1897

Títulos ARQUITETO

Atribuições: vide-verso

Diplomado pela Escola de BELAS
 ARTES DA BAHIA
 em 1.º / SET.º 19 38

De acordo com o art. 15 do Decreto
 de Identificação, SUBSTITUE O DIPLOMA, e etc

Presidente do Conselho/Regional
 Connegundes Maria P. P.

Assinatura do Profissional

Não é válido o retrato
 sem o carimbo do Con-
 selho e a rubrica do
 Presidente.

Polegar direito

a PRESENTE CARTEIRA servirá de Carteira

2.2 Dispositivos de pesquisa

Os dispositivos de pesquisas utilizados, para além da autobiografia/história de vida e a revisão de literatura, foram:

Análise documental que a usei de três formas: por meio dos documentos pesquisados no arquivo público que revelavam dados da cidade, sob a ótica de diversos historiadores locais que ora complementavam a revisão teórica e ora a contrastavam; os documentos da UFRB e do CECULT que trouxeram dados importantes do Projeto Cultura e Negritude, das ações de extensão universitária, das políticas e práticas acadêmicas da universidade e por fim o diário de campo com minhas compreensões, meus sentimentos e impressões na quinta edição do projeto.

A análise documental também permitiu a compreensão da concepção pedagógica e a conformação do projeto de extensão Cultura e Negritude, realizado em um centro de ensino com cursos de graduação recém-criados, contextualizados com a política institucional de criação da própria universidade e com as especificidades do território em que está inserido.

A **observação participante** foi realizada no V Cultura e Negritude, entre os dias 09 a 13 de maio de 2018, em Santo Amaro, cujas atividades ocorriam na sede no CECULT, no Colégio Polivalente, na Associação de Moradores de Itapema, na Associação da Filarmônica de Saubara, no Mercado do Bembé, no Museu dos Humildes, com públicos e temáticas diversas. Tornou-se uma experiência desafiadora pela minha proximidade profissional, atenta para o fato de que exerço minhas atividades laborais no Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), promovedor da ação, o que facilitou a minha aproximação

com os personagens e enredos da pesquisa, ao tempo que tentei não criar vendas, contaminando o objeto somente pelo ponto de vista profissional e das relações estabelecidas com a comunidade. Entretanto, as implicações políticas e pessoais, no caso das religiões de matriz africana e da minha própria condição como ser humano, embebido de vida que cruzam com tantas outras vidas, com histórias parecidas e inerentes a maioria dos negros e pobres de camadas populares, deram tom às observações que enriqueceram meu olhar para a descrição densa das experiências vivenciadas no projeto. Diferentemente do que ocorreu na edição anterior que participei da atividade, como membro, na roda de saberes e Formação (RSF)¹ VII, com a temática *O lugar do sagrado na religiosidade afro-brasileira: interfaces cotidianas*. Constituindo-se numa interessante vivência, em contraste, com as notas de observação V edição, demonstrando as percepções da autora no mesmo espaço de pesquisa, porém em diferentes contextos.

As entrevistas inicialmente começaram com a aplicação de questionário semi-estruturado, mas tornou-se ineficaz, logo no primeiro momento, por que as pessoas não estavam interessadas em categorizar suas falas e percebi que desta forma não poderia extrair as informações necessárias para a pesquisa. Decidi fazer perguntas que aproximassem do cotidiano delas ou das ações que estavam ocorrendo na observação participante, ou simplesmente deixando elas contarem as suas vidas, o que provocou interessantes diálogos, entre-ver na fala, expressões corporais, sinais, exercitando a escuta sensível que se deu choros, resignações, revoltas, histórias de vida que dialogam com a cidade de Santo Amaro, com questões vinculadas ao racismo, as desigualdades sociais, as religiões de matriz africana, sem, portanto, trazer respostas unívocas e resoluções, mas sim abrir voos para novas percepções sobre a temática.

Foram entrevistadas cinco pessoas com perfis, idades, raça e situação econômica diferentes, conforme relatei no texto, mais precisamente no primeiro capítulo, porém todos nascidos e moradores de Santo Amaro.

Trechos das entrevistas foram utilizados no percurso de todo o trabalho, possibilitando “as vozes dos segmentos sociais oprimidos e alijados, em geral silenciados historicamente pelos estudos normativos e prescritivos, legitimadores da voz da racionalidade descontextualizada”. (Macedo, 2010, p.11).

O campo e os dispositivos escolhidos para a pesquisa do Projeto de Extensão Cultura e

¹ Tecnologia socioeducativa que proporciona uma reflexão coletiva e horizontalizada (NASCIMENTO; JESUS, 2010).

Negritude, que se estuda sob um prisma de uma formação pautada na decolonialidade, na ecologia de saberes, nas mudanças curriculares que abranjam os saberes e fazeres plurais na sociedade não podem ser fruto de pesquisa baseada numa única vertente e nem se subsume em si, sobre o risco de enviezar o seu conteúdo, trazendo informações desconexas, desencontradas, irreais e consubstanciadas em falsas verdades miradas por um único e totalizador ângulo.

3. NOVOS SENTIDOS À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA IMPLICADA NAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS E NA ECOLOGIA DE SABERES

3.1 A cidade de Santo Amaro (BA)

Transformar a relação da universidade, instituição de formação elitizada, baseada no conhecimento ocidental, com a sociedade brasileira, com suas culturas, principalmente, a negra, que está imbricada praticamente em tudo que se foi construído nesse solo, é abrir novos caminhos para uma educação antirracista, é abrir portas para as camadas populares se sentirem inseridas nesse espaço, é promover diminuição de desigualdades sociais e cognitivas.

Trazer à tona o espaço onde a universidade se instala que foi palco de lutas, resistência e preservação de cultura e conhecimento é trabalhar a partir do Sul², rejeitando a perpetuação da colonização.

Todavia, a reação contra a colonização, que produziu avanços sociais, tem levado a uma contrarreação severa de um segmento social que rejeita o enfraquecimento de sua dominação. Sendo produzidos arranjos que integram o fascismo social³, políticas neoliberais, com consequências de parcialidade do estado jurídico.

O fascismo social, dentre outros sentidos e como tenho observado, é uma reação também às políticas de diminuição e de enfrentamento do racismo e da pobreza, em que os espaços de poder estão sendo minados pelos excluídos sociais.

As linhas abissais aqui do Sul/Sul, parafraseando Boaventura (2007), sofreram um pequeno deslocamento, porque este país não se sustenta com tantas desigualdades, o que põe em risco também as classes abastadas e a média que não poderão manter seus negócios e sua vida numa bolha.

Esse deslocamento das linhas provocou uma ascensão social em diversos segmentos e a educação transformada, decolonial⁴, é um dos caminhos de conscientização das mudanças políticas, conjugadas com a social e a cognitiva. São esses deslocamentos que começaram a

²O que vem nos chamar atenção também Santos (2007), quando retrata o pensamento pós-abissal, consciente que a exclusão social e cognitiva coloca linhas abissais visíveis e invisíveis na sociedade e que persistem deslocando-se de eixos e, por conseguinte, só serão apagadas ao reconhecer que a diversidade do mundo é inesgotável e da incompletude dos conhecimentos, sem tirar a credibilidade deles, criando uma conexão de saberes. (SANTOS, 2007, p.71-94).

³ Um regime social de relações de poder extremamente desiguais, que concedem à parte mais forte poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca. (SANTOS, 2007, p.10).

⁴[...] podemos afirmar que o decolonial como rede de pesquisadores (lançou outras bases e categorias interpretativas da realidade a partir das experiências da América Latina) que busca sistematizar conceitos e categorias interpretativas tem uma existência bastante recente. Todavia, isso responde de maneira muito parcial à nossa pergunta, uma vez que reduziria a decolonialidade a um projeto acadêmico. Para além disso, a decolonialidade consiste também numa prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492". (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p.15).

realizar mudanças na conjuntura desse país, e que agora são contestadas e chamadas para o retorno da invisibilidade.

O processo de colonização, conforme (DUSSEL; LANDER, et al., 2005) nasce em 1492, com o mito civilizatório, a partir do eurocentrismo, constituído desde o espaço grego-romano, dissociando-se da tríade euro-afro-asiático, assim como da sua contribuição tecnológica e de conhecimento desses povos. Culminou no estabelecimento do ocidente civilizado e tudo que não era do ocidente, selvagem e por essa razão a defesa da dominação. E assim assentaram-se as invasões realizadas na América Latina, cuja superioridade ficou ainda mais acentuada com acumulação de riquezas extraídas deste local.

A pesquisadora Hall (2017) chama atenção para as histórias ocidentais de dominação européia e americana que suprimem o poder e a acumulação de capital, conseguidas pelo tráfico atlântico de escravizados e do trabalho forçado de africanos e seus descendentes nas Américas.

Vale lembrar que o próprio (DUSSEL; LANDER, et al., 2005) afirma que o processo não foi pacífico e nem desejado pelos supostos selvagens “sem cultura, sem conhecimento, perto da animalidade”, como durante muito tempo nos faziam crer. Despontando nesse mesmo período as reações ao efeito da colonização, o que ele vem a chamar decolonialidade.

Como destaca Sodré (2017), na produção “Pensar Nagô”, é fundamental desvelar o mito da imposição da colonização e da exploração de homens escravizados, que vivem até hoje as lamúrias dessa história criadas para nos resignar e nos manter nas mesmas condições subalternas, excluídos e alienados, apesar de resistirmos ancestralmente pelos que aqui aportaram e sempre resistiram às condições que lhe foram impostas.

Santos; Almeida Filho (2007) chamam a atenção para o pensamento pós-abissal e a ecologia de saberes como caminho à justiça cognitiva, entendendo que as linhas abissais na sociedade persistem e criam, consciente e inconscientemente, exclusões sociais e cognitivas.

A universidade tem papel fundamental quando permite currículos e práxis contra-hegemônicos e campus em territórios não reconhecidos. Portanto, uma formação crítica, emancipadora, contextualizada e que busca instituir etno-saberes, saberes/fazer dos sujeitos culturais e de seu povo.

Trata-se, portanto, de uma batalha quinhentista pela afirmação de outras culturas, povos e etnias que foram suprimidas, cooptadas, distorcidas ao longo da história. Mas esse processo não é fácil, é atacar os nossos referenciais, é desconstruir tudo que nos foi dito por uma única e “inquestionável” fonte, é mergulharmos no outro, é enviesar o olhar para lutar contra as

injustiças sociais e cognitivas que estão fundadas nas esferas e estruturas sócio-políticas deste país.

É nessa linha de pensamento que trago a cidade de Santo Amaro em primeiro plano por entender ser ela, assim como todas as cidades circunvizinhas, um dos grandes motivos para instalação de um campus, escolhida pelo seu potencial sócio-econômico, histórico e político e em respeito à população existente que não se constitui de povo inculto, aguardando a universidade operar milagres. E isso, a própria história nos prova.

Não se trata de negar a importância da universidade e seu robusto conhecimento que inegavelmente tem contribuído para emancipação social, tanto que a própria comunidade pede que se instale a universidade, mas isso não se deve servir de vaidades e de objeto de dominação, em que coloca o outro na condição de prato vazio ou cuja linguagem inicial e inadequada mais afasta que aproxima.

A universidade tem papel fundamental quando permite currículos, práxis contra-hegemônicos e campus em territórios não reconhecidos, portanto, uma formação crítica, emancipadora, contextualizada e que busca instituir etno-saberes, saberes/fazer dos sujeitos culturais e de seu povo.

Ademais, tratar de extensão universitária vinculada às políticas afirmativas, tema desta pesquisa, é trazer a comunidade para o cerne da questão, é compreender as conexões de saberes e demonstrar a importância de projetos como Cultura e Negritude para a população local.

A abordagem sobre a cidade de Santo Amaro (BA) será feita por meio de dois prismas: contada pelos livros e registros históricos e pelas falas de cidadãos santamarenses entrevistados *in loco*.

A minha chegada para trabalhar como servidora técnica-administrativa no Centro de Cultura Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), em Santo Amaro (BA), me fez inicialmente, pela minha falta de conhecimento e distanciamento do Recôncavo, tão próximo da minha cidade natal, Salvador-BA, pensar a cidade como somente a terra de artistas famosos, ícones da música, mas desvinculada da sua importância na arte, das lutas históricas, das religiões de matriz africana, na arquitetura, na agricultura, no turismo, dentre outros aspectos tão importantes e constitutivos.

Na minha labuta diária é que tive a oportunidade de explorar conhecimentos sobre a cidade e o seu povo, com outros colegas de trabalho nativos, estudantes e pessoas comuns que no dia a dia, sempre me contam passagens, histórias e marcos importantes da cidade, assim como o reconhecimento de intelectuais que contribuíram em diversas áreas/frentes no Brasil,

como Emanuel Araújo, José Silveira, Roberto Mendes, Clóvis Moura, Amélia Rodrigues, Theodoro Sampaio entre tantos outros que compõem uma imensa lista.

3.1.1 A cidade de Santo Amaro vista pelo povo

Esse enfoque foi destacado no momento da qualificação da pesquisa, quando se evidenciou a perspectiva ético-política de produção de sentidos do lugar, do cenário do estudo, por meio das narrativas dos sujeitos socioculturais. Uma escrita sensível às relações de poder!

Foram eleitas quatro pessoas para tratar da cidade de Santo Amaro (BA), por entender que em um número maior tornaria longo demais o primeiro capítulo, transformando-o numa tese que trate especificamente da temática. As entrevistas foram recortadas em três aspectos que julgo importantes para o desenrolar da pesquisa, a saber: a cultura, a religião de matriz africana, o racismo e a relação com a universidade. Os trechos que tratam da religião de matriz africana foram utilizados no capítulo quando se trata da temática.

Nos outros capítulos são utilizadas partes destas entrevistas que se vinculam aos objetivos da pesquisa e as ações propostas pelo Projeto Cultura e Negritude, tema central da pesquisa. As narrativas, na íntegra, dão margem a muitas abordagens interessantes sobre a cidade que infelizmente não consigo abarcar neste trabalho. A escolha das pessoas entrevistadas foi feita a partir da análise de serem nativas da cidade, moram e/ou desenvolvem atividades profissionais e intelectuais no local, com perfis e idades variadas, como se pode ver mais abaixo.

Observe nos trechos transcritos que a cidade de Santo Amaro foi contada pelos moradores no momento atual, na vida cotidiana, que dá contraste aos conhecimentos históricos e reaviva os resquícios de um espaço marcado pelo processo de dominação e racismo.

Como dispositivo de pesquisa utilizei a entrevista aberta que:

[...] se trata de um encontro face a face entre um pesquisador e atores, visando à compreensão das perspectivas que as pessoas entrevistadas têm sobre a sua vida, suas experiências, sobre as instituições a que pertencem e sobre suas realizações, expressas em sua linguagem própria. (MACEDO, 2010, p.105)

Não houve uma estruturação fixa de perguntas aos entrevistados. Elas foram mudadas ao longo das conversações, a partir da minha percepção sobre o entrevistado, a procura de formas de deixá-lo à vontade para explorar com mais densidade as informações e às vezes encontrá-las nas entrelinhas, nas palavras não-ditas, nos olhares e expressões.

Como essas entrevistas não compõem o capítulo pertinente a pesquisa de campo desenvolvido para a dissertação, não farei análise de dados, somente a colocação de trechos de narrativas dos entrevistados que optei em deixar no anonimato, como nomes fictícios, sem revelar suas identidades, pois alguns deles assim preferiram.

NOME FICTÍCIO	CIDADE DE NASCIMENTO	IDADE	PROFISSÃO/FORMAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Amir	Santo Amaro	34	Bacharel em direito e Advogado	Casado e pai de dois filhos, mora no Bairro do Bonfim, trabalha no serviço público em Santo Amaro
Nzinga	Santo Amaro	32	Mestra em Educação e Professora de Matemática	Casada, mãe de duas filhas e servidora pública federal
Babafemi	Santo Amaro	79	Professor de Língua Portuguesa	Servidor público estadual aposentado. Não tem filhos e mantém um pequeno acervo, perto da sua casa, onde dá bancas para crianças.
Joaquina	Santo Amaro	70	Professora de Artes	Servidora Pública aposentada e participante de movimentos culturais na cidade

Você acha que Santo Amaro tem vocação para cultura, arte?

(Amir) Acho que tem uma vocação muito grande com talentos individuais. Eu percebo uma força artística nas pessoas de Santo Amaro que não se vê em outros lugares. Cada esquina tem um poeta, faz música, você não dá nada, mas é artista plástico. Mas não vive dessas coisas por que não é valorizado pela economia de mercado, eu sinto que parece que as pessoas de Santo Amaro se sentem no dever de produzir alguma coisa artística. Pessoas de variadas profissões. Barbeiro escreve livros, poemas, muita gente no anonimato. Conheço muita gente. Lembro do tempo de escola, de colegas do colégio público que escreviam, não tinham pretensão com aquilo. Herança de produzir, variados tipos, poemas, instrumento filarmônica, rock roll, músicas interessantes. Santo Amaro carrega isso.

Fale um pouco do aspecto cultural?

(Nzinga) Santo Amaro é um potencial nessa área, essa questão de gestão, infraestrutura tem uma arquitetura muito bonita com todo histórico de colonização, tem problemas de infra-estrutura e saúde, mas o povo mantém vivo a cultura, o jeito de falar, estampado no dia a dia dentro de casa, sente a tradição, a ancestralidade, o dia inteiro. Minha mãe tem muito isso da memória. Eu não vivi com meus avós maternos, mas parece que vivi com eles por conta de minha mãe narrar da história de vida deles.

Santo Amaro tem muito da poesia, das letras, tem um talento uma vocação para as artes, são muitos poetas e poetisas no anonimato. Tem muita expressividade usando a arte. Aqui tem até uma academia de letras, tem muito da oralidade.

O que o senhor acha da cidade de Santo Amaro no seu cotidiano? A importância de Santo Amaro?

(Babafemi) *Santo Amaro é rica em situações patrimoniais, em tudo. Em Santo Amaro, a cultura está presente. Santo Amaro em cada canto tem um artista, você vai ali na praça da purificação e tem um estudante com um violão e fazendo criações maravilhosas. Temos hoje uma figura maravilhosa Bethania, Caetano com sua formação, publicou livros, é genial, Caetano escreve filosoficamente bem. Há uma sonoridade incrível no que ele diz e Betânia também. Tivemos gênios na área musical, o samba foi criado por aqui e tia Ciata foi quem levou essa coisa daqui de Santo Amaro, tinha Carlos “cassaço” coisa assim que saiu para o Rio de Janeiro, as Filarmônicas são extraordinárias e foi criada ali no império. A Lyra completou cem anos. Uma criação em cima da filarmônica de Apolo. Houve uma dissidência entre seus músicos e aqueles dissidentes criaram a Lyra dos artistas. Tivemos maestros e músicos extraordinários que saíram das filarmônicas. Em qualquer canto de Santo Amaro pulsa a cultura, a poesia e tudo mais.*

A senhora acha que Santo Amaro poderia crescer pela cultura?

(Joaquina) *Teria tudo se a cultura fosse preservada, prestigiada e levada em consideração com o peso cultural que tem, com a história do país, é a cultura que representa o país lá fora.*

O que a senhora acha da Universidade com esse curso de cultura aqui?

(Joaquina) *A essa altura do campeonato não tenho nada a dizer, já está instalada, está aí, alguns vão levar vantagens, outros não, vão sair como entraram, estão preocupados com o diploma universitário para ter um salário maior. Por que você não vê uma preocupação da juventude em se embasar na cultura como um conteúdo que pode ir adiante para eles.*

O que é ser homem negro e negro em Santo Amaro?

(Amir) *A partir do momento que eu me identifiquei com isso, de ser negro, descendente de pessoas escravizadas, o Brasil tem uma dívida enorme com isso. Quando eu vim entender isso teve um grande impacto. Entendi isso na sexta série com Prof. Carlos, no dia da consciência negra, ele fez um discurso belíssimo falando sobre negritude e falou assim: nós que somos negros. E eu nunca tinha parado para pensar que eu era negro. Eu sou o que se pode chamar de mestiço porque eu não tenho a pele escura para ser chamado de negão, pelo menos no recôncavo, mas até aquele momento eu não tinha parado para pensar. Eu sou negro, sou descendente, eu avancei nesse momento para essas questões e para a exclusão e a importância de lutar por inclusão, por quem está a margem, não sei se trazer isso comigo é bom ou ruim por que acabo me desgastando com pessoas que não entendem que isto é uma questão séria. E eu brigo mesmo, a partir do prof. Carlos isso passou a crescer em mim e eu comecei a lutar por inclusão. Por que desigualdade é triste, preconceito é coisa triste.*

Passou por preconceito em Santo Amaro?

(Amir) *Preconceito pelo fato de ser negro não. No recôncavo eles levam a cor da pele em consideração. Eu não sou negão. Sou intermediário. Sou tido como mulato claro, aquelas maluquices classificatórias de raças que existiam antigamente. Eu seria isso, não concordo com essas classificações não. Mas assim, tive preconceito pelo bairro que eu morava, tive sim, várias vezes.*

Minha mãe mora e eu morava na Candolândia ou invasão da Candolândia, é um bairro periférico, se é que pode falar em Bairro periférico numa cidade tão pequena como

Santo Amaro. Bairro recente, surgiu na década de 70, é uma invasão de uma fazenda improdutiva. Eu morava nesse bairro que até pouco tempo nem tinha calçamento e tinha o preconceito do pessoal que morava em outras localidades. Dizia que na Candolândia só tinha ladrão, maconheiro, que o pessoal era ignorante eu ouvi muito essas coisas. E uma professora de química disse certa vez na oitava série que ela não sabia que eu morava lá, mas ela disse que o pessoal que morava na candolândia tinha um nível intelectual mais baixo. A maioria esmagadora negros e teve sempre isso do pessoal que morava em locais nobres, como a Rua do Amparo, a Praça da Purificação, de ter preconceito com o pessoal da Candolândia. (...) Isso é efeito do aristocracismo.

E o que é ser uma mulher negra e o que é ser negra em Santo Amaro?

(Nzinga) Ser uma mulher negra é algo que você precisa como negra, por tudo que passou e meus antepassados passaram, e eu passo, me sinto na obrigação de andar de cabeça erguida. Sinto preconceito em Santo Amaro e em todo lugar. Muito das famílias tradicionais, de perguntar sobrenome para saber de onde veio e quando você sabe das histórias das famílias e de quem estava colonizando. Isso me aborrece, tem que ter história, mas não que faça mal a alguém. Sinto o preconceito, dói, mas enfrento o preconceito de cabeça erguida, tenho a obrigação de estudar e passar meus conhecimentos para meus alunos despertar neles o desejo de estudar e a crença que eles podem ir além do que eles podem ser. Quem tem que escolher o que vamos ser, somos nós. Isso para mim é caro. Dou aula de matemática e contextualizo que temos que ocupar espaço enquanto negros e negras. Em Santo Amaro tem essa questão das famílias e perguntam de que família é, antes de saber o que faz. Me incomoda e quero estudar sobre isso. Por que isso ainda acontece? Uma cidade negra, mas o preconceito está o tempo inteiro.

Você conhece o projeto cultura e negritude? O que você acha desses projetos de extensão que falam da cultura negra, racismo, preconceito?

(Nzinga) Muito importantes esses projetos. Nesse movimento que precisa ocupar espaço e se mostrar como professora, estudante negra, se sente acolhida nesses projetos que valorizam e ajudam a combater o preconceito, ajudam a pensar em pessoas e não na cor da pele, pessoas capazes de estudar, progredir, fazer ciência, tem que ser mantido. O movimento que faz com o bembé e que vai pra rua é fantástico. A Universidade não deve estar fechada nos muros, não é a agenda da faculdade que vai ditar as coisas. É esse movimento de sair da universidade, ir para as escolas, bembé, é interessante, tem que manter. Difundir trabalhos de negros e negras intelectuais, as pessoas precisam conhecer, porque minhas filhas, por minha postura, eu amplio os sonhos que elas têm, comigo não foi assim. [choro. Nesse momento houve uma pausa na entrevista, pois a interlocutora ficou muito emocionada] Eu não achava que poderia exercer toda profissão, por conta do preconceito, chega nos espaços e lhe julgam pela cor, querem determinar o seu potencial intelectual, seu caráter, a sua condição de ser humano, entende? E graças a Deus isso tem melhorado porque temos lutado, tudo isso em Santo Amaro.

O que é ser professor, negro, em Santo Amaro?

(Babafemi) É ser tudo, agora o negro sempre sofreu, seu trabalho braçal e nunca teve reconhecimento. Por ser negro, incluía a cor da pele. Eu não percebo, mas tinha sim. Teve um indivíduo um estudante, uma pessoa pobre e que deixou de cumprir suas obrigações e quase ia sendo reprovado e ele teve a boa vontade ou indelicadeza de rogar o professor para que passasse e esse fato vai se tornar público na hora da prova formal no Teodoro Sampaio e o professor terminou dizendo que havia acontecendo porque um aluno que era pobre, negro, não sei o que, foi lhe pedir para passar. Aquilo um ato discriminatório

extraordinário aconteceu. Outros fatos dessa natureza aconteceram mais não tenho provas evidentes, mas estamos caminhando.

A senhora acha que a cidade de Santo Amaro tem preconceito, racismo?

(Joaquina) *Todo lugar do país tem, o Brasil safadamente é racista, um Brasil de negro, de índio e de europeu safado que o português que veio para aqui era ladrão ou degradado, o que está no dicionário sobre degradados, porque no livro diz que os degradados portugueses, limpou as cadeias de portugals, manda para o Brasil, lá você vai ser livre, manda 50% do que roubar. Eles não descobriram o Brasil por que o Brasil é dos índios, quando os portugueses chegaram já encontraram os índios. O país é dos índios que é desrespeitado, maltratado, vilipendiado. Nossa origem é péssima de europeu ladrão português, o índio preguiçoso indolente e o africano sofrido, maltratado, espancando, vai odiar o branco até o fim do mundo, porque está ali na genética. E ele foi feito com amor, ou a maioria das negras foram estupradas, sofrimento da negra, filhos brancos, mulatos, fruto de estupro e elas criaram e esses meninos cresceram com desamor e foram procriando mais adiante e adiante.*

A senhora acha que deve ter reparação para essas pessoas? Por meio de políticas afirmativas?

(Joaquina) *Como? mas não tem, a humanidade é falsa, hipócrita, o político é uma maravilha em cima do palanque, ganhou a eleição dá as costas, muda o numero de telefone para não falar com ele.*

As políticas para negros, para índios, a senhora acha que é válido dentro da universidade?

(Joaquina) *E existe? cadê? como? vê se a maioria vai adiante, funciona como, ou abandona? Por que não mostra as estatísticas que a maioria vai até o final do semestre. Não tem como estimular quem não teve base, você em casa na sua família, com seu pai, sua mãe é a sua base, a sua educação doméstica e cultural está em casa, na família ou não. Você caminha para frente e para trás. Então do que você caminha para trás, por que não tem base, a maioria dos pais tem que deixá-los a toa para ir trabalhar para trazer comida, aí de repente acham cotas, para tirar o segundo grau foi com sofrimento, acham cotas, acho humilhação, eu, particularmente, queria fazer o vestibular para botar o dedo na sua cara e dizer que eu entrei igual a você. Ele acha a cota, cadê a infraestrutura para mantê-lo em pé, inclusive com despesas que o próprio curso exige. Cadê? a maioria abandona ou não, eu acho, minha preocupação é só essa.*

A senhora também não acha que se eles não entram a realidade não vai mudar?

(Joaquina) *E ficam até o final? Quem fica até o fim são especiais. A luta de Emanuel Araujo, , passou fome, 11 filhos, o pai ourives consertando para os nobres. Todas as minhas faxineiras são negras. A vizinha me trouxe uma amarela, eu não quis. Não emprego amarela não, só emprego negro. Emanuel Araujo deu dignidade ao negro brasileiro.*

3.1.2. A cidade de Santo Amaro contada nos documentos

Santo Amaro é uma cidade diferenciada no recôncavo por conta do seu povo que desde sempre se mostrou destemido frente às questões políticas, sociais e econômicas da região. Os registros históricos demonstram a conformação do espaço, fruto de muitas

injustiças, massacres, subjugação, escravização do povo que aqui estavam e dos que chegaram.

No Testamento de Mem de Sá encontram-se registros de invasão do espaço e construção do primeiro engenho, em 1559, chamado de Seregipe do Conde, que, em 1572, com a morte de Mem de Sá, passou a pertencer a sua filha, esposa do Conde de Linhares (PINHO, 1941). Os escritos marcam a discriminação racial e social que devia imperar no Brasil, ao destituir os filhos de portugueses com mulatos, negros e índios de qualquer tipo de herança. Ora, a oposição clara a mistura de raça e, logo em seguida o castigo: continuará escravizado sem recursos para ascender no Brasil.

Santo Amaro era um local apropriado para o escoamento de cana de açúcar nos portos pela proximidade da Capital do Brasil, a cidade do Salvador. Seregipe como era chamada essa localidade era habitada pelos índios Abatirás que pertenciam aos Iamorés (PINHO, 1941).

Os índios tinham suas idiossincracias que não se adaptavam a organização estrutural de exploração e dominação dos brancos. Muitos fugiram com seus familiares para outras cercanias e outros foram forçadamente obrigados a largarem suas crenças e sucumbirem na do branco. A religião servia como um braço direito da colonização, inclusive atuou como juíza decretando a morte dos que a ela não se submetiam para atender a exploração imposta pelo ocidente.

Os negros diferentemente dos índios foram forçados a sair do seio da sua família, das suas casas, reinados, comunidades e etnias e foram empurrados, como gados que se conta por cabeça e pela qualidade, em navios, embarcados para um país distante, “sem lenço e sem documento”, largados à sorte de outros homens que os subjugavam. Estima-se que no fim do século XVIII, **seis mil negros foram importados para o recôncavo** (AMORIM, 1967).

Escravos de Guiné, como sempre, alcançaram preços mais altos do que os da terra julgados indolentes, mais fracos, muitos morreram. **Os africanos chegavam até à importância de quarenta mil reis** e nenhum era estimado em menos de treze, enquanto os da terra desciam a base estimativa de mil reis" (...). (CÂMARA DA CIDADE DE SALVADOR, História Geral, I, p. 379 apud AMORIM, p.20).

Pode se verificar que o Brasil foi comprovadamente o maior comprador de negros africanos para serem escravizados nas Américas, disseminando-os ao longo de todo o seu território nacional (SODRÉ, 2017), ratificado por outra autora, ao afirmar que “ [...] o dobro de africanos escravizados foram trazidos para o Brasil do que para as colônias britânicas” (FLORENTINO, 1997, apud HALL, 2017, p.129).

Ignorando completamente a tese que o negro era inábil para o trabalho ou não tinha capacidade intelectual, como diuturnamente, nos fazem crer, em registros. Percebe-se que toda tecnologia dos engenhos centrais foram realizadas pelos negros, o que aumentou consideravelmente os lucros dos donos do engenho. O Estado Brasileiro compactuou e permitiu a perpetuação de um dos maiores genocídios contra a humanidade.

Os negros não trouxeram somente a mão de obra braçal para o Brasil, mas a genialidade e a engenhosidade para o plantio e cultivo da cana de açúcar, construção de engenhos e sem-número de profissões como: ferreiros, escultores e gravadores, prateiros e ourives, projetistas e construtores de armazém e portos, casernas e casas, edifícios públicos, igrejas, canais e represas, vaqueiros, caçadores, pescadores, médicos ou cirurgiões, enfermeiras, entre outros (HALL, 2017).

Em 1878, já se tinha registro de cento e vinte e nove engenhos no recôncavo e seis engenhos centrais em Santo Amaro: Seregipe, Subaé, São Brás, Pitinga, Santo Amaro e Bom Jardim. O crescimento da exportação de cana de açúcar teve aumento exponencial na região, assim como o fumo e os alambiques de cachaça que se adaptaram as boas terras que aqui se tem, chamada de massapé⁵, em contrapartida, as mazelas sociais e a exploração cresciam, gerando capital, recursos financeiros.

Em suas memórias históricas, o pesquisador Vicente Viana diz que o desenvolvimento de Santo Amaro era tão grande, de um modo geral, que no começo do século XVIII, por volta de 1715, o Marquês de Ângeja, em visita ao Recôncavo, desejou elevar o povoado à vila. Em 1727 é elevada à vila, e, em 1837, pela Lei provincial 43 de 13/03/1837, Santo Amaro foi elevada a categoria de Cidade (AMORIM, 1967).

Zilda Paim (2005), conhecida educadora e filha da cidade, entre os séculos XX e XXI, descreve no seu trabalho *Isto é Santo Amaro*, que Afrânio Peixoto chamou a cidade de capital do Recôncavo, pela sua grande influência na história econômica e política da Bahia, pela sua nobreza territorial, pela sociedade culta, pelos engenhos e sobrados.

Parece que nos é verdade, já que dos 42 projetos de criação de Universidade no Brasil apresentados durante o período de 1808 a 1889 (TEIXEIRA, 1968), um dos pedidos fora de um povo aguerrido que colaborou para a Independência do Brasil: o de Santo Amaro (BA). **Pedia para o recôncavo, a primeira universidade do Brasil**, o que se pode observar em trechos extraídos da ata da Sessão Extraordinária da Casa da Câmara da Villa de N. S. da

⁵ Terra barrenta argilosa, geralmente preta, de excelente qualidade para a cultura de cana-de-açúcar. (AURÉLIO, 2017)

Purificação de Santo Amaro, em 14 de junho de 1822, no qual se fez presente o povo, a igreja e os políticos, instruídos da causa constitucional, para responderem a um ofício dos deputados da junta do governo. A ata demonstra o **interesse das pessoas envolvidas em descentralizar o poder da Coroa; tornar a junta do governo eleita e composta pelo povo; pregoar a tolerância religiosa** e, enfim, o pedido de uma Universidade no País.

Cópia autentica da Sessão Extraordinaria a que se procedeu nesta Villa de N. S. da Purificação e Santo Amaro, em quatorze de Junho de mil oitocentos e vinte e dois, em que foram convocadas todas as pessoas zéllas, e instruidas da Causa Constitucional, para responderem aos quesitos dos nossos Illustres Deputados, em observancia do Officio da Excellentissima Junta do Governo desta Provincia.

Aos quatorze dias do mez de Junho de mil

oitocentos e vinte dois annos, nesta Villa de N. S. da Purificação e Santo Amaro, e Casas da Camara, presente o Doutor Juiz de Fóra Presidente Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, e os actuaes Vereadores o Sargento Mór João Lourenço de Ataíde Seixas, o Sargento Mór Antonio de Araujo Gomes, Professo na Ordem de Christo, e no impedimento de molestia do actual o Sargento Mór José Rodrigues de Lemos, Professo na Ordem de Christo, o Capitão Raimundo Gonçalves Martins, e o actual Procurador Joaquim José Rodrigues Guimarães, em acto de Vereação, presentes todos os Cidadãos, que foram convocados, em observancia do Officio da Excellentissima Junta do Governo desta Provincia, para responderem aos quesitos dos nossos Illustres Deputados, que são os seguintes.

1.º Se convém a Provincia da Bahia, que no Rio de Janeiro haja huma Delegação do Poder Executivo para facilitar o recurso, e mais dependencias, que occorrerem em todo o Brasil, e que seja Sua Alteza Real quem exercite o indicado Poder, ou aliás se lhe convém, que em diversos pontos do Brasil haja Delegações desse Poder, para o mesmo fim.

2.º Se aos seus interesses convém, que o Poder Executivo se conserve só em El-Rei, Delegando Este na Junta Governativa de cada Provincia, a parte daquelle Poder que for necessaria, para pôr em execução as Leis feitas no Congresso Nacional, como em outro tempo acontecia com as Capitães Generaes.

3.º Finalmente não convindo os dois precedentes arbitrios, qual seja aquelle que mais util, e conveniente julga a Provincia para o seu bom regimen, e administração mantida a união dos dois Reinos.

Os quaes sendo lidos pelo Doutor Juiz de Fóra Presidente, e por elle submetidos á opinião da Assembléa, concordou unanimemente esta, o Senado da Camara, commigo Escrivão o seguinte.

das das suas Provincias, e que deste Theouro se forneça a Portugal a devida quota, para sustentação da Familia Real, e Corpo Diplomatico.

4.º Que se estabeleça no Brasil hum Tribunal Supremo de Justiça, com as mesmas attribuições do que for estabelecido em Portugal.

5.º Que em cada Provincia do Brasil haja huma Junta de Governo eleita pelo Povo, e Presidida por hum Membro della, que a esta Junta sejam subordinadas todas as Authoridades Civis, e Militares, porém de modo, que não acumule em si todos os Poderes, o que evitar-se-ha por hum regulamento, que se deverá organisar; e finalmente que á mesma Junta compete o propôr ao Poder Executivo do Reino, aquelles Concidadãos da Provincia, que forem adaptados para os cargos publicos della.

6.º Que para promover-se efficaçmente a prosperidade do Brasil se Decreto, que este Reino offerce seguro asilo aos Estrangeiros, que para elle trouxerem industria, ou capitães, e bem assim, que se estabeleça a tolerancia religiosa.

7.º Que se conserve em fim e sem restricção alguma a franqueza e liberdade do Commercio deste Reino, e se funde quanto antes huma Universidade em lugar, que mais conveniente for.

O que não se tem certeza é para quem se destinava essa Universidade. Quais os seus propósitos, diversidade e abrangência, pois em pleno século XXI estamos em luta continua por esse intento.

Jorge Portugal, filho da terra, poeta e compositor, ex-Secretário de Cultura do Estado da Bahia, ao receber a comenda Marquês de Abrantes, na Câmara de Vereadores do Município de Santo Amaro-BA, em 2015, nos faz um enaltecido discurso dos talentos da terra:

[...] Contados os fatos, Sr. Presidente, provamos que a ousadia e a audácia está no DNA da nossa gente. E nós, os herdeiros desse legado, temos a obrigação de não o deixar morrer, de transmiti-lo às gerações seguintes. **Essa herança muito explica outros vultos brilhantes, de outrora e da contemporaneidade, no campo da arte ou da ciência, que deixam outras cidades do Brasil literalmente boquiabertas ante a explosão de tantos talentos num só lugar.** Explica Assis Valente, Teodoro Sampaio, as Tias que levaram o samba para o Rio de Janeiro, explica Emanuel Araújo, Dr. José Silveira, Padre Gaspar Sadoc, o sociólogo Guerreiro Ramos, explica Clóvis Amorim, Caetano Veloso, Maria Bethânia, Frank Romão, Mano Décio da Viola, Roberto Mendes e essa turma nova e brilhante que continua nossa narrativa. Portanto, Sr. Presidente, **precisamos sempre estar à altura do monumento cultural que é Santo Amaro:** amar esta cidade, zelar por ela, respeitar nossos artistas e geniais criadores e, sempre que for necessário, “mandar os malditos embora”. Hoje, falo desta tribuna como o mais humilde dos seus filhos. Todavia, como sou portador do legado dos que escreveram a ata de vereação do 14 de junho de 1822, do legado libertário de Manuel Faustino dos Santos Lira, e do legado de João Obá, sinto-me crescer enormemente e até aceito ser chamado Secretário de Cultura, **dessa cultura que é meu sangue, minha inspiração e minha vida. Por tudo isso... “Santo Amaro quero dar-te/no calor da louvação/todo encanto de minh’arte...(PORTUGAL, 2015, p.1-2 – destaque nosso).**

Também podemos extrair do Projeto Pedagógico do BICULT que o recôncavo produziu um legado cultural no século XIX: “nessa região ocorreram os primeiros registros do samba-de-roda, expressão musical, coreografia, poética e festivos de raízes culturais negro-africanas” (BRASIL, 2013, p.6-7).

É nesse contexto que Santo Amaro (BA), constituída de 89% de negros e pardos (IBGE, 2010), recebe no recôncavo uma Universidade Pública consubstanciada pelas políticas afirmativas.

Primeiramente, no contexto de diáspora, escravidão, modificações culturais e permanência pós-escravização da ceifação de direitos mínimos para uma vida decente, sem tocar na destruição psicológica e afetiva do sujeito.

Segundamente, pela pujança intelectual, cultural e de recursos naturais que essa cidade tem, ao tempo que sofre com o abandono de políticas públicas expressas nos índices sociais, a exemplo: somente 2,68% da população frequentam o ensino superior para uma população de 57.800 habitantes, conforme dados do IBGE (2010).

3.2. Contextualizando a UFRB e o CECULT

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi criada em 2005, pelo desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA, por meio da Lei 11.151 de 29/07/2005, em um contexto governamental que vislumbrava além do desenvolvimento regional, de interiorização das universidades por meio do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), políticas educacionais de reparação social e racial, contrapondo-se as mazelas deixadas no Brasil como herança, por meio da usurpação cultural e

territorial dos colonizadores que chegaram a esta terra e que ainda delongará algum tempo para minimizar 500 anos de atraso e escravidão.

A UFRB, desde a sua implantação, tem como uma das finalidades descritas no seu estatuto: “contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do Estado e do País, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos em nível de suas necessidades” (BRASIL, 2012, p.3).

Compete a ela, também, instituir políticas afirmativas para inclusão de negros e pardos no ensino superior que se constituem maioria na Bahia, como se pode depreender dos dados do IBGE, e, inversamente, aparece como a menor população com acesso à educação, à renda e as melhores condições de vida.

[...] romper este círculo vicioso que mantém negros e negras em exclusão, requer novos olhares, o alargamento das perspectivas de análise e a quebra da centralidade do econômico como início, meio e fim de tudo. (CUNHA; NASCIMENTO ALVES (ORG), 2016, p. 169)

A UFRB conta com sete centros de ensino/campi instalados nas cidades de Cruz das Almas, Amargosa, Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana, Santo Amaro e Cachoeira.

Segundo o Censo de Educação Superior do INEP de 2014, atualizado em 03 de junho de 2016, a UFRB abarcou 8861 matrículas na graduação presencial, cuja etnia declarada, pretos e pardos, da sua população estudantil, chegou ao total 63,6% e 96% oriundos das cidades da Bahia (dados extraídos do relatório gerencial da PROGRAD/UFRB), o que nos permite deduzir que, paulatinamente, a UFRB tem conseguido atingir o público almejado, ou seja, pretos e pardos do interior da Bahia, alijados do ensino superior. O que podemos concluir que a UFRB está a passos largos, no processo de inclusão de jovens de camadas populares no ensino superior.

Em Santo Amaro (BA) foi instalado o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), em setembro de 2013, sendo essa unidade prevista na multicampia desde a época do projeto inicial de implantação da UFRB (NASCIMENTO; ALVES, 2016), que nasce sob a égide das políticas afirmativas em seu currículo e formação, cujas bases políticas, sociais, culturais e epistemológicas foram sendo construídas por meio de vivências e diálogos junto às comunidades no decorrer do processo de implantação do Centro e cuja primeira atividade foi o Projeto de Extensão Cultura e Negritude.

Em 2014, o CECULT ofertou o seu primeiro curso: Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (BICULT) que segundo consta no Projeto Político Pedagógico do Curso:

representa uma experiência pioneira, inspirada nos estudos interdisciplinares nos campos da cultura, das tecnologias, das linguagens artísticas, da engenharia do espetáculo e da economia criativa. Acreditando que formações, produtos e serviços oriundos dessa proposta impactarão na dinâmica social e econômica da região e do estado da Bahia. (BRASIL, 2012, p. 3).

O BICULT, após o período de três anos, direciona os estudantes para as terminalidades, com duração de dois anos, e dispõe atualmente dos cursos: Licenciatura em Musica Popular Brasileira, Licenciatura Interdisciplinar em Artes, Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural, Curso Superior de Tecnologia em Produção Musical e Curso Superior em Tecnologia de Artes do Espetáculo.

Em 2017, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos e aumentar o alunado, foi proposta e aprovada em reunião extraordinária de conselho de centro, realizada em 13 de fevereiro, a entrada direta nos cursos supracitados, sem necessariamente cursar os três anos do BICULT.

Em 2018, o CECULT já conta com mais cinco cursos implantados: Bacharelado interdisciplinar em Ciências Ambientais, Licenciatura em Musica Popular Brasileira e Licenciatura Interdisciplinar em Artes, Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural, Curso Superior de Tecnologia em Produção Musical e mais dois cursos em processo de implantação: Curso Superior em Tecnologia de Artes do Espetáculo e Curso Superior em Tecnologias em Mídias Digitais (CECULT, 2018). Além disto, conta-se com duas especializações *lato sensu*: Cidadania e Ambientes Culturais e Política e Gestão Cultural e a tramitação do mestrado em Cultura, Linguagens e Tecnologias e Aplicadas.

O CECULT teve como primeira atividade do Centro, o Projeto de Extensão Cultura e Negritude, o que torna emblemático seu caráter extensionista. Uma das suas intencionalidades era aproximar a comunidade da sociedade porque nesse solo de massapé, tem ancestralidade, tem história, florescendo assim a cultura e a vocação do povo, com o intuito de descobrir o perfil do campus que deveria ser implantado, em consonância com o território.

Nesse compasso, trago as atividades de extensão do CECULT e, em especial, o Projeto Cultura e Negritude, estudado em profundidade por meio dessa Pesquisa, com enfoque na V edição do projeto, destacando sua contribuição para Formação Intercultural, em conexão com a Cidade, com as Comunidades Tradicionais, sendo esses pilares que implicam em reparação, representatividade, equidade, como condições instituintes do Projeto (ser-sendo-sefazendo) CECULT.

3.2.1. Atividades de extensão do CECULT

Por meio de dados encontrados no site da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) - da UFRB – pode-se constatar que, ao total, foram realizadas 105 (cento e cinco) ações de extensão no CECULT, no período de 2013 a 2016. Fase inicial de implantação do CECULT. No mesmo relatório consta que entre o ano de 2015 para o ano de 2016, foram realizadas 74 ações de extensão o que apresentou um aumento de 310% nas suas atividades de extensão.

Em 2017, o CECULT teve um aumento de aproximadamente 42% nas atividades de extensão, constituindo-se 105 atividades só nesse ano, ficando na posição de quarto lugar dos centros da UFRB que mais realizaram extensão, o que representa 14% de todas as ações da UFRB (RELATÓRIO PROEXT), a saber: 41 cursos, 51 eventos, 01 programa, 11 projetos e 01 publicação (UFRB, 2017). O que não fica claro é a natureza específica dessas ações de extensão e suas implicações com os cursos ofertados, com a comunidade e com as políticas afirmativas.

Em que pese o CECULT ser um centro novo, instalado em 2013, cujo corpo docente tenha exponencialmente crescido, sem necessariamente ter criado outros cursos de graduação até 2017, o que incitou a expansão de atividades de pesquisa e extensão.

Vale ressaltar que as áreas temáticas mais desenvolvidas nas atividades de extensão em toda a UFRB estão vinculadas a Educação e a Cultura, seguida da área de Saúde. O que se pode visualizar nos gráficos disponibilizados no relatório da PROEXT, um aumento entre os anos de 2015 e 2017, de 213% e 175%, respectivamente.

A exemplo, o CECULT, anualmente, conta com o Cultura e Negritude e o Fórum 20 de Novembro que tratam diretamente de ações afirmativas como política institucional, em um universo de 105 ações e projetos, em 2017. De forma transversal, a temática das ações afirmativas no CECULT aparecem nos seguintes projetos: Arquivo de Som e Imagem Dalva Damiana de Freitas; Caruru do CECULT – evento em comemoração ao IV ano de implantação do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas; Universidade nas Escolas: Vivenciando o CECULT; Cineclube Guido Araújo; III Paisagem Sonora - Mostra Internacional de Arte Eletrônica do Recôncavo da Bahia; Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Audiovisual (LEAA-Recôncavo); Mestra Cadu: pedagogia, sambas e cerâmica tradicional; Mídia Livre do Recôncavo – Cultura, Linguagens e Poder Local; Perconvexo: Percussões Híbridas; Narrativas em Fluxo e Novos Cachoeiranos.

Entrementes a UFRB, em consonância com o Plano Nacional de Educação, pretende curricularizar 10% das atividades de extensão universitária e tem sido pauta nos centros de ensino da instituição, como veremos a frente. Diante desse cenário, o histórico da extensão

universitária e o posicionamento da autora frente à extensão vinculada ao currículo pós-crítico, descolonizado, assumindo uma identidade em prol do multiculturalismo, das políticas afirmativas, da ecologia de saberes e da diversidade, faz-se necessário tecer.

3.3. Um breve histórico da extensão universitária

Para a compreensão da extensão vinculada a um novo pensar sobre a educação reativa, a contra-hegemonização de conhecimentos e, ao mesmo tempo, atrelada ao território e abertura da universidade para o povo, se faz necessário revisar os avanços conceituais e institucionais da Extensão, inclusive para uma defesa da Ecologia de Saberes, teoria impregnada no texto.

A imersão da universidade na sociedade continua um processo árduo, todavia despontou, na América Latina, cujos intentos se deram pelo pedido de reforma universitária feito pelos estudantes no Manifesto de Córdoba, na Argentina, em 1918, e influenciado por esse, o da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Brasil, na década de 1960, com participação também da sociedade civil e dos intelectuais comprometidos com as questões sociais no país e encorajados a estreitar relação com a sociedade (FARIA, 2001).

Para Gurgel (1986), a extensão universitária desenvolvida no Brasil, se dá a partir do começo do século XX, influenciada pelas correntes Européia: por meio de cursos de extensão, ministrados nas universidades populares, resultantes do esforço autônomo dos intelectuais, objetivando aproximar-se da população na intenção de ilustrá-la, em uma ênfase culturalista; e pela Norte-Americana, vinculada às instituições oficiais, mais voltada para a utilização do conhecimento em uma perspectiva de desenvolvimento de comunidades, caracterizada pela idéia de prestação de serviços.

Há registros que a Antiga Universidade de São Paulo, criada em 1911, foi a primeira instituição no país a desenvolver atividades de extensão. Em 11 de abril de 1931, por meio do Decreto 19.851, foi instituído o Estatuto das Universidades Brasileiras – primeira referência legal à extensão Universitária. Em 1961, a Lei 4024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, faz menção às ações extensionistas, porém, essas regulamentações restringiam substancialmente o alcance da Extensão:

[...] utilizada como instrumento de transmissão de conhecimento da universidade para a sociedade e de propagação de valores de uma classe hegemônica que defina a ordem pública política e econômica que se instaurava no país. (NOGUEIRA, 2005, p.20)

Paulo Freire foi singular para as mudanças da concepção da Extensão e para a concepção da universidade popular, na década de 1960. Em conjunto com a UNE e a frente

do serviço de extensão cultural da Universidade do Recife, criando o Centro Popular de Cultura (CPC) e a alfabetização de jovens e adultos, crêdulos da mudança social por meio da educação e da cultura. Infelizmente, o projeto foi interrompido em 1964 pelo golpe militar(FARIA,2001). Essas atividades extensionistas e expansionistas, de qualquer sorte, não tinham o cunho de promover ações em torno do combate de práticas de racismo e desigualdade racial.

Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, responsável pela política de extensão para as Instituições de Ensino Superior. Nele desenvolveram duas importantes ações: o programa de fomento à extensão universitária e o plano nacional de extensão com idéias concretas da relação entre ensino, pesquisa e extensão e a troca de saberes acadêmico e popular (FORPROEX, 2012).

A Carta Magna de 1998 comprometida com a dignidade da pessoa humana, após um período de insegurança jurídica e de falta de garantias constitucionais que trouxessem justiça social, traz em seu bojo a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.

No Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em 2012, em Manaus-AM, a extensão universitária, restou “entendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, que, sob o princípio da indissociabilidade, promove a interação transformadora entre universidade e Educação”. (FORPROEX, 2012).

Por muito tempo, a extensão foi renegada no âmbito acadêmico, que acabava por valorizar o ensino e a pesquisa, em detrimento da extensão, que era vista sob uma ótica, inicialmente, assistencialista ou uma prática escolar em que a comunidade reduzia-se à receptora de conteúdos formados, sem intervir, opinar ou trocar experiências.

Função acadêmica da extensão na busca de superação da dimensão de prestação de serviços assistencialistas, a extensão universitária é redimensionada com ênfase na relação teoria-prática, na perspectiva de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, como oportunidade de troca de saberes. Esses pilares passam a integrar o conceito de extensão formulado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987, e reafirmados no Documento Universidade Cidadã de 1999 e no Plano Nacional de Extensão de 2000, cabendo destacar neste último documento o objetivo a seguir: Reafirmar a Extensão universitária como processo definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica em relações multi, inter ou transdisciplinar e inter-profissional. (NOGUEIRA, 2000, 121).

É importante também a subjetividade alcançada nas ações, já que o sujeito que participa da extensão universitária não se separa do que é, parte integrante do ambiente em que vive e propicia experiências ao longo da sua vida, que também não são dissociados da

vida acadêmica, pois carrega no seu âmago a identidade e o pertencimento ao território.

Ademais, é preciso que o povo/sociedade faça ecoar a sua voz na luta pelos direitos não alcançados e permanência dos poucos que foram conseguidos com grandes agruras na conjuntura atual.

As actividades de extensão devem ter como objectivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados. (SANTOS BS, ALMEIDA FILHO N., 2008, p.67).

Por outro lado, o ambiente acadêmico necessita de troca de saberes para oxigenar as atividades de pesquisa e ensino, sendo uma mão dupla no processo de ensino-aprendizagem entre os envolvidos.

É preciso repensar o extensionismo universitário, em uma dimensão em que os discentes, docentes e a população sejam atores mais ativos e que um dos objetivos dessa interação seja a construção de uma sociedade de paz, mais justa, mais humana e mais feliz. (ROCHA, 2001, p.27 apud FARIA, 2001).

3.3.1. A extensão universitária e sua importância para a universidade inclusiva

Ao refletir sobre a crise da legitimidade da universidade (SANTOS, 2008), que desde a sua constituição teve seu acesso restrito, justificando a perpetuação de uma elite intelectual no Brasil que hierarquizou os saberes, considerando os comprovados cientificamente, somos remetidos a uma concepção de extensão comprometida com os novos dilemas universitários do século XXI.

A necessidade de repensar a universidade aliada às políticas públicas e aos movimentos sociais que tentam diminuir as discrepâncias raciais e sociais gritantes, com reflexos diretos nas condições do país, encontra amparo numa extensão universitária que se preocupa com a diversidade, o multiculturalismo, a exclusão social, o racismo, com a valorização da cultura popular, como o meio mais próximo de aproximação e conexão de saberes com a sociedade.

Afilio-me nessa perspectiva a ideia de Ecologia de Saberes⁶ Santos (2008) ao entender a extensão como promoção de diálogos entre conhecimento científico e popular, num movimento inverso, de fora para dentro dos muros institucionais, como uma política de justiça cognitiva e social.

A extensão universitária que muitas vezes foi marginalizada dentro da academia, considerada somente de prestação de serviços, é, nesse processo, a porta de entrada para a

⁶A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade. (SANTOS, 2008, p.56)

interlocução com a sociedade, desde que seja entendida de forma diferenciada, em comunhão com a alteridade, a sensibilidade, o reconhecimento de outros saberes e o respeito ao território.

A extensão universitária tem um importante papel na Universidade e para a sociedade, quando permite a troca de conhecimentos com o fulcro de ressignificar as práticas universitárias, contribuindo para a formação que possa diminuir as discriminações, ao tempo em que reforça os laços identitários da sociedade, inclusive, contribuindo com a expansão do território na confluência de políticas públicas.

A extensão universitária aliada a projetos que tratam, em especial, de temas voltados ao reconhecimento da cultura afro-brasileira, da formação para negritude e de valorização de cidades com grande potencial cultural e artístico, mas que foram solapadas ao longo do tempo por formas perversas de desvalorização de um legado constituído por negros, é sem dúvida complexo, inclusivo e transformador.

Não se pretende nesse discurso modelar novos colonizadores, ao negar outras culturas, como fez a raça branca, estruturando-se de tal ponto que invisibilizou e/ou inferiorizou todas as outras existentes, e de forma degradante a negra.

A conexão de saberes popular e acadêmico abre fendas profundas nos muros institucionais universitários proporcionando uma formação acadêmica cultural, humanizada, ética, estética e totalmente transdisciplinar.

Há avanços nesse sentido, entretanto, nas universidades; ainda assim, em sua maioria, descaracterizam a extensão, colocando-se como detentora de conhecimentos válidos que serão disseminados na sociedade ou que irão realizar intervenções a fim de capacitar o povo inculto nas suas práticas cotidianas e nas culturas existentes, cujos donos serão dados como inexistentes.

La Idea Del pueblo inculto, senaló el peruano Augusto Salazar Bondy, em 1972, al que está dirigida la difusión, hacia el que había EXTENDER la cultura previamente fabricada por los educadores, prevaleció este enfoque que consagró a determinadas conciencias como jueces de los valores y los criterios estimativos. El paternalismo fue la conciencia inevitable de este modo de entender la difusión cultural, y **el paternalismo implica rebajamiento de la capacidad de decisión y creación de los hombres que forman la masa, y portanto, despersonalización.** (FARIA, 2001, p.37 – destaque nosso).

Não se pode olvidar que essa aproximação tem sido tentada, porém sem uma horizontalidade de saberes, com exceção de projetos inovadores concebidos por poucos na academia. Ademais, a universidade, por meio de políticas inclusivas e reparadoras, tem inserido alunos de camada populares que precisam dialogar conhecimento científico com

práxis social e cultural, num processo formativo, multirreferencial, de fortalecimento de identidade.

Para além disso, as Universidades tendem a promover a extensão, sem definição da sua identidade com os objetivos educacionais da instituição, o que por vezes, quaisquer ações são lançadas à extensão, mesmo totalmente desconectadas, inclusive com a comunidade.

Devido a essas incertezas, acredita-se que a metodologia aplicada à pesquisa e ao ensino é a mesma da extensão, gerando insucessos e afastamento da comunidade, que no primeiro momento não se adequa a linguagem e ao discurso tão próprio do meio acadêmico, mas de tão difícil percepção para quem é de fora, ou simplesmente por se tratar de questões que não interessam de imediato para quem está em vulnerabilidade.

3.4. Breve passagem sobre as teorias curriculares

Para situar o meu posicionamento frente à curricularização da extensão, sem perder de vista sua identidade e o os aportes de uma educação multireferenciada e calcada em valores pró-diversidade, em políticas afirmativas, em multiculturalismo, fez-se necessário, revistar sucintamente algumas teorias do currículo.

Os estudos sobre currículo deságuam no começo do século XX, nos Estados Unidos, com o objetivo de se debruçar sobre a escolarização em massas, a fim de formar mão de obra para as indústrias fomentando assim a economia. Formar exclusivamente para ocupação profissional. Não se intentava uma formação geral, acadêmica e imbuída das causas sociais. “As teorias tradicionais sobre currículo, assim como o próprio currículo, contribuem para a reprodução das desigualdades e das injustiças sociais” (SILVA, 2010, p.52).

John Franklin Bobbitt demarcou as pesquisas sobre currículo, considerando-o como uma questão de organização, mecânico. Prosseguindo com o conceito de desenvolvimento curricular (que prevaleceu até a década de 80), “cujas finalidades da educação estão dadas pelas exigências profissionais da vida adulta” (SILVA, 2010, p.63).

Nas teorias tradicionais do currículo, a preocupação era com números, produtividade, eficiência e se vestiam de “teorias neutras, científicas e desinteressadas” (SILVA, 2010), mascarando os propósitos na concepção do currículo que sempre esteve no espaço de disputa de poder e servindo as estruturas sociais dominantes. Tanto que podemos voltar para a pergunta: quem e por que se elegem determinados conhecimentos em detrimento de outros?

Contrário a esse currículo tradicional, John Dewey, já havia escrito em 1902, o livro “*The Child and the Curriculum*” que conectava a filosofia e a pedagogia e considerava a educação “como um local de vivência e prática direta de princípios democráticos” (SILVA, 2010).

Entretanto, essas idéias não foram absorvidas e nem interessava a estrutura de poder da época.

Em contraposição às teorias tradicionais, na década de 60, nos EUA, houve uma reconceituação sobre o currículo, entendendo-o como espaço de hegemonia de ideias da classe dominante, de estrutura de poder, de forte influência capitalista e, ao mesmo tempo, o espaço de uma educação emancipadora e libertária. Trata-se das teorias críticas.

Henry Giroux e Michael Apple encabeçaram essas teorias e o posicionamento do currículo como política cultural que através dele e da escola se pode diminuir as ações de poder e dominação. “Campo cultural do currículo como uma luta em torno de valores, significados e propósitos sociais, o campo social e cultural é feito não apenas de imposição e domínio, mais também, de resistência e oposição” (SILVA, 2010, p.49).

A importância fundamental do currículo para a escolaridade reside no fato de que ele é a expressão do projeto cultural e educacional que as instituições de educação dizem que irão desenvolver com os alunos (e para eles) aquilo que consideram adequado. Por meio desse projeto institucional, são expressadas forças, interesses ou valores e preferências da sociedade, de determinados setores sociais, das famílias, dos grupos políticos etc. Esse projeto idealizado não costuma coincidir com a realidade que nos é dada. (SACRISTÁN, 2013, p.9-10).

No Brasil, Paulo Freire já comandava uma frente voltada para uma educação “decolonial”, a partir das experiências com os oprimidos que deviam lutar pela liberdade, pela sua afirmação, contra as estruturas de dominação, que encontra amparo na sua obra *Pedagogia do Oprimido*.

As teorias pós-críticas substanciam-se em estudos sobre gênero, raça e etnia, teoria queer, alteridade, diferença, relação saber-poder, sem com isso esgotar ou fechar a concepção de currículo. Ela aparece a partir das construções do pós-estruturalismo, com as contribuições de Foucault (relações de poder) e Derrida (conceito de diferença).

Uma perspectiva pós-estruturalista não deixaria, evidentemente de questionar a concepção do sujeito – autônomo, racional, centrado, unitário – na qual se baseia todo o empreendimento pedagógico curricular, denunciando-o como resultado de uma construção histórica muito particular. Paralelamente, seria a própria noção de emancipação e libertação, que resulta da adoção dessa concepção de sujeito, que será colocada em questão. (SILVA, 2010, p. 154).

As teorias pós-críticas complementaram as teorias críticas, aumentando a necessidade de um currículo mais complexo que abarcasse as demandas da sociedade, criando compreensões inesgotáveis sobre as constantes disputas de poder pelo conhecimento, formação. Ao tempo em que afirma que currículo tem identidade e se tem identidade qual se identifica com a política adotada para a construção de um país que preze pela diferença, pela diversidade.

Torna-se importante, nesse processo, situar de que tipo de currículo estamos falando, sem estagná-lo, reconhecendo sua incompletude. Coadunamos quando remetemos à

curricularização da extensão que não pode se iniciar sobre o prisma excludente ou desvinculado da afirmação de políticas sociais e culturais, em que os atores sociais podem ser representados per si.

Não poderia abordar aqui um currículo diferente do que se conecta com as questões relacionadas ao multiculturalismo, entendido como:

Por um lado, o multiculturalismo, e um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto, também como uma solução para os “problemas” que a presença dos grupos raciais e étnicos coloca, no interior daqueles países, para a cultura nacional dominante. (SILVA, 2010, p. 135).

De suma importância salientar as experiências formativas, experienciais e culturais vividas pelo Prof. Roberto Sidnei Macedo, que traz fortemente às questões relacionadas ao etnocurriculos que se adéquam perfeitamente ao estudo da extensão, ao entender que o outro não é um “idiota cultural” e que:

[...] inserções em práticas capazes de ajudar a empoderar atores sociais, sobretudo aqueles silenciados por uma educação historicamente autocentrada e excludente, tomando como problemática a distribuição social dos conhecimentos eleitos como formativos” (MACEDO; SÁ, 2015, p. 12).

Conforme os curriculistas Nascimento e Alves, essa noção, ampliada pelas experiências institucionais na UFRB, implica estabelecer dialogias entre os campos das políticas de ações afirmativas e das políticas e práticas de currículo, que impactam na democratização do acesso, da permanência e da formação, logo na curricularização de vivências decorrentes de conexões e valorizações de saberes/fazeres construídos junto aos povos tradicionais, aos povos de santo, às comunidades quilombolas, dentre outras, sejam nos seus territórios de origem e nos espaços acadêmicos, empreendidas pela comunidade universitária.

3.4.1. A curricularização da extensão e a promoção das políticas afirmativas

A curricularização da extensão é tema recorrente desde 2001 e de implantação obrigatória em todas as universidades, integrada as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001, meta 23:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. (BRASIL, 2001, p.31).

Também é pauta do PNE 2014-2020, aprovado pela Lei nº. 13.005 de 25 de junho de 2014, que define na Meta 12.7: *"assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos*

curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social". (BRASIL, 2014).

Algumas universidades, como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), deram partida ao instituir a ação curricular em comunidade e em sociedade (ACCS), que é um componente curricular, modalidade disciplina, de cursos de graduação e de pós-graduação, com carga horária mínima de 17 horas semestrais, em que estudantes e professores:

Em uma relação multidirecional com grupos da sociedade, desenvolvem ações de extensão no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção do conhecimento sobre a realidade com perspectiva de transformação. (UFBA, 2013, p.1).

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) há alguns anos discute sobre formas e possibilidades da curricularização da extensão. Em 2017, foi constituída a primeira comissão para construção de resolução da curricularização, por meio da portaria nº 917 de 19/10/17. Em 2018, começou efetivamente os debates nos Centros de Ensino junto à comunidade acadêmica, sobre a primeira resolução e instrução normativa da curricularização da extensão, com abertura para contribuições e alterações.

Na resolução da UFRB, de imediato, percebe-se a adesão aos princípios e aos conceitos de extensão vinculados à posição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior (FORPROEX):

Entende-se por Extensão Universitária, o processo educativo, artístico, cultural e científico que articula as atividades de ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre a Universidade e demais setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p.15).

Essa definição de extensão dentre tantas outras que passaram, desde as primeiras ações de extensão no Brasil, e que persistem na sua aplicabilidade, merece atenção especial quando se pensa e se põe em contraste uma proposta de extensão inspirada nos estudos referentes à Ecologia de Saberes (SANTOS, 2008), a Multiculturalidade (MUNANGA, 2006) e a Decolonialidade do Saber (QUIJANO, 2009).

Da mesma forma, se faz necessário contemplar os estudos em currículo, que ora tem contribuído para compreensão da proposta de curricularização da extensão como um novo espaço de poder institucionalizado e, conseqüentemente, que precisa ser discutido, assegurando pautas e conquistas no âmbito das políticas afirmativas e dos temas relacionados à diversidade, tão caros para uma população majoritariamente negra, como é composto o Recôncavo da Bahia.

As políticas afirmativas, reivindicadas pelos movimentos sociais e por intelectuais, nos convida para a construção social de uma identidade negra que, independentemente das nuances de cor de pele, potencializa a oportunização de direitos que foram rechaçados e condenaram negros e pardos que atualmente compõem 54,9% da população brasileira (IBGE, 2017).

Todavia, inversamente desproporcional às porcentagens quantitativas da população negra e parda no país, são as taxas sociais das pessoas negras em relação às pessoas brancas que apontam, como exemplo, uma taxa de desocupação de 62,6%; sem instrução escolar 70,6% ; ensino superior completo 10,6% e da pobreza medida por 5,5 dólares por dia 67,6% e “ainda maior nesse tipo de arranjo formado por mulheres pretas ou pardas (64,0%), o que os pesquisadores do IBGE“ indica o acúmulo de desvantagens para este grupo que merece atenção das políticas públicas” (IBGE, 2017).

Apesar dos calorosos discursos contra as ações afirmativas, na descrição de uma igualdade escrita no papel que sozinha é desigual pela própria constituição deste país, ainda assim há muito que se fazer pela população negra e parda que paga o ônus do desprovimento de todos os benefícios, como se pode observar nos índices sociais recentes apontados acima.

Em virtude do cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação 1305/2014 que prevê a curricularização de pelo menos 10% das atividades de extensão nas universidades, é preciso refletir, descrever e contribuir com o processo de institucionalização da curricularização da extensão na UFRB, destacando as implicações relativas às políticas pró diversidade e da promoção de ações afirmativas. As propostas no âmbito da dimensão política, epistemológica, problematizam a relação da extensão com os avanços dos estudos em currículo e formação, com ênfase nas pautas que discutem identidade, diversidade, ações afirmativas. Adverte-se que essa proposta de curricularização da extensão não deve retroceder as conquistas acadêmicas na UFRB, o que segundo Macedo (2010, p.25), Boaventura Sousa Santos chama de Epistemicídio, ou seja, “formas de exclusão, realizadas por processos epistemológicos colonizadores, que se aprimoraram na eliminação de saberes não alinhados a certas ideologias hegemônicas”.

Outro aspecto importante corresponde ao debate que institui e assegura o que denominamos de quadripé da política e do projeto pedagógico da UFRB, o Ensino-Extensão-Pesquisa-Políticas Afirmativas. Trata-se de um legado produzido no decorrer desses treze anos de políticas emancipatórias no âmbito da gestão e da formação acadêmica na UFRB. Prova disto é a Resolução 01/2007 do Conselho Acadêmico (CONAC) da UFRB, que trata das diretrizes dos projetos pedagógicos dos cursos da UFRB e estabelece no seu artigo 6º,

parágrafo: “*que todos os currículos devem incluir componentes curriculares de ensino, pesquisa e/ou extensão ligados às temáticas do meio ambiente e da diversidade sócio-histórica e étnica das culturas do Recôncavo*”. (UFRB, 2007).

Existe uma aderência de muitas universidades à proposta basilar da extensão elaborada pela FORPROEX, no entanto, as práticas cotidianas nos leva a crer que as definições da(s) identidade(s) não foram colocadas em consonância com os princípios organizacionais ou com os anseios da sociedade, retornando aos velhos hábitos de tudo que não for enquadrado em pesquisa e ensino é automaticamente lançado na extensão.

A definição da identidade é de extrema importância para a discussão da extensão universitária que agora ocupa espaço no currículo. A extensão continuará com o ônus de tudo que não se sabe a sua destinação, depositarmos nela, ignorando, por vezes, a troca de saberes e a população que anseia por conhecimentos que muitas vezes são levados com extremo academicismo não atingindo seu objetivo e nem despertando o interesse da sociedade.

A questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social e ao mesmo tempo que é um problema pedagógico e curricular. (...) É um problema pedagógico e curricular não apenas porque as crianças e os jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença forçosamente interagem com o outro no próprio espaço da escola, mas também porque a questão do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. (SILVA, 2011, p.08).

Se o currículo produz identidades (SILVA, 2011), há uma preocupação iminente com as múltiplas faces e funções da extensão; a produção do diálogo da Universidade com a sociedade; a importância da linguagem nesse processo; o que queremos e pensamos de extensão. Vamos voltar a pensar e fazer currículo sem a presença inquietante do outro, são questões que demonstram nossa preocupação pela forma em que esse processo de curricularização da extensão vem sendo produzido, sem uma conexão efetiva entre a Universidade e as comunidades locais.

A proposta de curricularização da extensão reacende o debate da regulação e/ou emancipação sociocultural, essa compreensão vincula a vida acadêmica aos atos da vida social, contextualizada, politicamente, ao direto à educação como promotora de igualdades sociais e raciais. Observa-se que na maioria das universidades federais não há uma definição clara da identidade da extensão, adequada as epistemologias da sua intrínseca relação com a sociedade.

A relação da UFRB com a comunidade local é apontada como frágil, tanto com a população em geral, com as organizações sociais como com o poder público municipal. Nem sempre se estabelece laços baseados na idéia de diálogo, de troca de saberes e experiências entre sujeitos”. (UFRB, PDI 2015-2019, p. 34).

Ao longo do tempo, novas teorias como a ecologia de saberes e a Universidade Popular promovida por Paulo Freire vêm contrapondo-se à extensão depositária, desconectada dos aspectos sócio-políticos e que, por vezes, produz distanciamento, desvalorização dos saberes populares e/ou sentimento de aproveitamento por parte da comunidade.

Adiro às idéias de Silva (2010) ao abordar o currículo como território político que reproduz culturalmente as estruturas sociais dominantes e determinam os conhecimentos considerados como válidos. Por tanto, trago a necessidade de definição da (s) identidade (s) da extensão que se propõe (m) para a UFRB, já que agora a extensão fará parte do currículo.

A intenção não é de colocar todas as atividades de extensão vinculadas à temática das políticas afirmativas, mas de assegurar o mínimo possível, pois essas ações no CECULT ainda são poucas e ainda assim, em alguns eventos as envolvendo, utilizaram-se de temas que nem transversais se configuravam.

A definição da identidade da extensão pode contribuir para o processo político de curricularização, ao propor projetos, programas e ações que serão acrescentados no currículo e que tornar-se-ão matéria obrigatória, cuja carga horária contará como disciplina. A abordagem da identidade vem acompanhada, nesse processo, das compreensões sobre diferença, essenciais para o desenvolvimento de ações com e para o outro. A extensão não pode se servir de um protocolo burocrático, quiçá ensombrar políticas importantes dentro da instituição. Reforço a extensão vinculada aos “territórios de identidade” entendido como uma expressão que “busca agregar ao espaço geográfico os referenciais humanos e socioculturais, tornando-o ocupado, vivo, em movimento e tensão”. (NASCIMENTO E JESUS; MACEDO (org). 2014, p.118).

Para além disto, universidades como a UFRB, lastreadas pelo quadripé do ensino-pesquisa-extensão-políticas afirmativas e que encontra-se no processo de curricularização, precisam aguçar os sentidos para a escuta sensível da comunidade, ao tempo em que, nos aspectos pertinentes à política institucional, é necessário reacender e recrudescer os espaços destinados às pautas afirmativas, de respeito à diversidade, à diferença e totalmente implicada com o outro e para o outro, parte precípua deste processo.

O Projeto Cultura Negritude e o Fórum Pró-Igualdade são, em suma, uns dos poucos eventos/projetos de extensão, de edição anual, que persistem no CECULT para tratar de pautas que trazem à tona o combate ao racismo e à desigualdade, à diversidade e a valorização das religiões de matriz africana que marcam espaço no recôncavo.

O Cultura e Negritude, em especial, percorre espaços dentro da cidade, com ações *in loco*, aproximando-se do seu público e tornando à universidade mais próxima do cotidiano

das pessoas e dos próprios alunos da UFRB, já que 84,3% são declarados negros, conforme dados da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil, primeira do gênero no Brasil (PDI, 2015-2019, p.28).

Artigo Reitor da UFRB sobre os 13 anos de Educação Superior no Recôncavo (UFRB< 2018) " A Federal do Recôncavo da Bahia elevou a oferta de vagas para além da capital do estado e comemora o crescimento do número de jovens baianos, em especial da população negra e pobre, com acesso ao nível superior de ensino, nos últimos anos. Desde a sua criação, a UFRB vem ganhando destaque no cenário nacional pela sua política de inclusão social. Suas ações de pesquisa e extensão se espalham pelos territórios se fazendo presente na vida dos povos, criando e trocando conhecimentos e saberes numa relação de complementariedade. (UFRB, 2018)

Ainda assim, a cidade de Santo Amaro (BA), pouco conhece sobre o CECULT, apesar de tantas ações extensionistas que parecem não romper os muros existenciais e hierarquizantes de saber, tendo como alguns dos seus reflexos diretos: a rejeição, a indiferença, a não valorização e a não consciência da importância da universidade, porque a universidade precisa se fazer importante e não dizer que é.

A ciência, o saber, exigem certa elaboração didática para que possam ser transmitidos de maneira eficaz, assim como a divulgação científica de qualidade, ao ser atraente, torna possível a difusão de conhecimentos sobre genética ou cosmologia, por exemplo, a amplas camadas da população. Essa intermediação, às vezes, tem se mostrado como uma degradação intelectual por parte daqueles que crêem que o ensino de valor consiste em mostrar às mentes incultas o espelho deslumbrante das idéias mais bem elaboradas que estão nas disciplinas. (SACRISTÁN, 2013, p. 7-8).

Nesse contexto também é que trato, mais a frente, sobre políticas afirmativas, multiculturalismo e religiões de matriz africana, importantes constructos que deram nome e sobrenome ao território de atuação da UFRB e a sua capilaridade em relação às políticas institucionais.

3.5. Políticas afirmativas no contexto das universidades

A universidade foi implantada no século XX, no Brasil dirigida para a elite que a criou e direcionada à formação de seletos grupos e se abstendo da preocupação com a sociedade desigual e da inserção da população no ensino superior. Fechou-se nos seus muros, nos seus currículos, que não retratava, per si, a realidade brasileira.

[...] do ponto de vista epistemológico, a universidade brasileira fundou-se sobre uma concepção linear e fragmentadora do conhecimento, alienada da complexidade dos problemas da natureza, da sociedade, da história e da subjetividade humana. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p.150).

A reforma universitária, ocorrida após a ditadura militar, trouxe algumas modificações no seu bojo, porém não suficientes para a democratização universitária como há muito preconizavam Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, tampouco engajada com os

problemas raciais propositalmente esquecidos.

A resistência em abrir a universidade para as camadas populares continuou persistente por um longo tempo, inclusive no discurso de que realmente o ensino superior deveria ser restrito a algumas camadas da sociedade, como se pode observar:

[...] nestas condições a universidade não pode ser uma instituição democrática e convive mal com a democracia, sobretudo porque nesta não há uma classe não democrática. [...] É pois, necessariamente uma instituição impopular que deve resistir à tentação de querer fazer tudo pela sociedade (BLOOM, 1988, p. 245- 249 apud SANTOS, 1999, p. 169)

Com esforços dos movimentos sociais e dos intelectuais preocupadas com a situação do País e dispostos a contribuir com o acesso de outras camadas da sociedade à formação acadêmica e com a diminuição das desigualdades raciais e sociais, começaram o movimento de políticas afirmativas nas universidades brasileiras. As políticas afirmativas já vinham sendo aplicadas na Índia, desde 1950, e nos Estados Unidos, nos anos de 1970.

Nos EUA, conforme relata Semprini (1999, p.48), as ações afirmativas foram estabelecidas sob os critérios de compensação, em virtude de uma política discriminatória que proibiu a entrada dos negros nas academias e sob o acesso como meio de integrar os grupos considerados marginalizados como os negros, asiáticos e hispânicos.

Semprini (1999, p. 48-60) não deixa de tecer críticas ao fracasso das políticas afirmativas nos EUA por conta do não preenchimento total das vagas em regime de cotas, cujo processo de admissão foi flexibilizado para o grupo considerado beneficiado, o que ele acredita ser gerador de injustiça com os quais não contribuíram historicamente com o processo de escravização. Outras críticas giraram em torno da não adaptação dos estudantes de cotas ao ambiente acadêmico e, conseqüentemente, ao abandono dos cursos, sem aumento de diplomados e restringindo o acesso a outros estudantes não-cotistas.

No Brasil, muitos discursos contrários às políticas afirmativas nas universidades públicas, como os dos professores Peter Fly e Yvonne Maggie, “*no debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras*”, deram robustez à rejeição ao sistema de cotas que voltou a ganhar total força nas eleições presidenciais de 2019, com apelo dos maiores veículos de informação popular.

Ficaram encobertas, nesse processo, as diferenças sócio-políticas e econômicas entre os EUA e o Brasil, para além das singularidades das políticas afirmativas nos trópicos sul-americanos que desde a sua concepção, eram critérios raciais e sociais, em benefício de pretos, pardos e brancos pobres.

A própria inversão de valores ao taxar de “injustiça” a flexibilização das cotas nos

EUA, sem a análise das trajetórias individuais em par de desigualdades, que continuariam a reproduzir estruturas sociais desproporcionais, solidificadas pela exploração histórica de negros e raças consideradas inferiores pela nação. Além do mais, retira do Estado, cúmplice do processo de escravidão, sua responsabilidade social.

Somente em agosto de 2001, na III reunião mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul, após o governo brasileiro posicionar-se, afirmando existir discriminação racial no Brasil, durante um longo período de desfaçatez, encenado pela elite brasileira, no mito da democracia racial (vide capítulo 4), assume a adoção de políticas afirmativas em resposta às demandas da sociedade e dos princípios estabelecidos pela própria Constituição Federal de 1988. (CARVALHO, 2005).

Paulatinamente, as universidades estaduais e federais, tendo como pioneiras, a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, a Universidade de Brasília-UNB e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, conceberam cotas utilizando-se dos critérios raciais e sociais.

Isso não quer dizer que houve um consenso em torno do tema, nem a adesão de universidades tidas como tradicionais de forma imediata, como é o caso da Universidade de São Paulo (USP) que só aderiu ao sistema de cotas em 2017, apesar de ter em seu quadro funcional e/ou nas suas teses intelectuais de renomes como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Oracy Nogueira, João Baptista Borges Pereira que se debruçaram sobre as questões sociais, culturais e raciais no Brasil, conforme afirma Munanga (2018), o primeiro negro a ingressar na carreira docente, em 1980, nesta instituição.

Somente em 2012, vigorou a Lei 12.711, sancionada pela Presidente Dilma Rouseff, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio por meio de cotas sociais combinadas com raciais, com um prazo máximo de 04 anos para implementação nas instituições.

Nas sinopses estatísticas da educação superior – graduação – fornecidas pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, pode-se constatar que somente em 2011 foram feitas pesquisas e/ou definidos critérios de matrícula por cor/raça, entretanto, desde 2003, as universidades públicas já vinham aderindo à política de cotas, o que nos leva a crer que além da falta de cruzamento de dados sócio-educacionais, como se uma situação não tivesse significado para a outra, a inclusão de jovens negros e pardos era significativamente inferior.

Os dados de 2011 revelam que se matricularam nas universidades públicas, utilizando-

se do critério cor/raça, 22% de alunos brancos e 16% de pretos e pardos. Comparando o índice de pretos e pardos, ingressou o triplo de pardos versus pretos e comparados ao total das vagas, os pretos perfazem 5%. Em 2017, ingressaram nas universidades públicas 40% de alunos declarados brancos, 38% pretos e pardos e 9% pretos.

O que denota o trabalho paulatino que perfaz 16 anos de políticas de cotas, tendo como marco 2003. Ou seja, a inserção de jovens pretos no ensino superior ainda é pequena, necessitando da continuidade de ações afirmativas nas comunidades para a mobilização da juventude negra nos espaços acadêmicos, o sentimento de pertencimento e a construção da identidade negra.

Também, em 2017, como exemplo, na UFRB, o quadro de docentes pretos e pardos juntos chega, em média, a 47,3%, cujos pretos não passam de 13%, e a branca 40,8%, sem contar com os desvios, ou seja, os não declarados que chegam a 10,3% (PROGRAD/UFRB - Relatório de Gestão, 2017, p.31). O que demonstra um avanço das políticas afirmativas, porém ainda não suficiente para a população da Bahia, que como indica o IBGE é composta de 80% de negros e negras e a distribuição destes docentes nos campus.

Também podemos extrair destas informações que o sistema de cotas não retirou vagas destinadas aos alunos declarados brancos, ao contrário, houve uma ampliação, assim como houve no ingresso de pretos e pardos, em muito menor grau de pretos, que no cenário total era ignorado do acesso às universidades públicas, em contrapartida, a maioria da população ser constituída de pretos e pardos que demoraram a se autodeclararem.

Só que diferente dos brancos, a ampliação de negros e brancos pobres no ensino superior só se deu com as políticas de cotas, antes disto a Universidade abarcava minimamente essa população, isto implica na continuidade das estruturas de poder que não conseguem ser infiltradas, oportunizando espaços para classes sociais distintas. A falsa meritocracia desleal, privilegiando os que já estão infinitamente na frente pelas condições sociais e raciais.

As universidades e os projetos que acreditam e se movem pelo acesso, permanência e pós-permanência desses jovens que ingressam no ensino superior, assim como no trabalho de despertar a comunidade para o enfrentamento da dinâmica social que busca estagná-los, enfrentam dilemas externos e internos, pelo desconhecimento ou pela conivência em não trabalhar com a inclusão das classes populares.

Os enfrentamentos por meio das mudanças curriculares, da formação acadêmica pautados nas políticas afirmativas têm produzido efeitos, porém insuficientes, na certeza que se tem muito a fazer e que precisamos nos unir para não sucumbir.

Outro dado reflete no trabalho das universidades públicas com poucos recursos e

estruturas precárias, e que vêm sofrendo ameaças na tentativa de fragilizá-las, porém o triplo de vagas no ensino superior é destinado às instituições privadas (faculdades e universidades) em detrimento das públicas, entretanto, os concluintes de graduação das públicas são de 12% e das privadas 11%, na estatística anual. Isso reflete que mesmo as instituições privadas que auferem lucros, com mensalidades e programas de pagamento integral de seus cursos como FIES, PROUNI, não conseguem formar uma quantidade de alunos proporcional ao ingresso. Alie essa informação com as condições proporcionadas por elas, como ótima estrutura física; carga horária reduzida (geralmente um turno); inclinação a profissionalização; raros projetos de pesquisas; facilidade no acesso, ausência de sistema de seleção para ingresso.

O dado acima é posto para desconstruir o discurso da baixa produção intelectual, em virtude do sistema de cotas. Ao contrário, há uma superação, apesar das dificuldades estruturais das universidades públicas. A veiculação na mídia de dados contrários às cotas, às universidades públicas, sem uma leitura adequada das informações, cria sentimento de rechaça, oportuno para a desqualificação das instituições superiores e inibição das suas ações pró-afirmativas.

As informações pertinentes aos concluintes por raça/cor infelizmente não foram encontrados no site do INEP, mas poderão ser achados nos sites das universidades públicas que aderiram às cotas. As pesquisas corroboram com a equivalência de competências dos alunos cotistas e não cotista com relação aos resultados acadêmicos.

Antigas e novas investidas de baixa envergadura e fundo inverídico, contrárias ao sistema de cotas e, no momento atual, contra as universidades públicas, que tardiamente fizeram inserções de pautas afirmativas e multiculturais, a partir da crise institucional, de legitimidade e de hegemonia, tratadas por Santos (2004), exercitando seu espírito crítico tão próprio das academias, têm se alastrado.

A forma perversa de desvalorização das universidades públicas noticiada diariamente e que deixaram de atender, com exclusividade, interesses de classes sociais que continuam no topo da pirâmide, causou um sentimento de rejeição pelos “diferentes” que agora ocupam aquele espaço e a contraposição aos currículos e aos programas de valorização e respeito à diversidade, o que os achavascados como numa aliteração chamam de viés ideológico.

É nesse contexto, ultrapassando a inserção de jovens nas universidades, mas atingindo também a formação acadêmica pautada somente numa concepção européia, desvinculada de outras culturas e da formação brasil-nação, que as universidades têm transformado seus currículos, fortalecido múltiplas identidades e formado profissionais-cidadãos plurais e comprometidos com as enormes discrepâncias raciais e sociais.

A Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, alterada pela Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (BRASIL, 2008) fortaleceu as novas concepções curriculares e a afiliação de docentes preocupados com as crescentes e imperativas desigualdades. A UFRB, em tela, tem como braço importante, poucos projetos que atrelem à pesquisa, à extensão, à formação e às políticas afirmativas, abraçando temáticas multiculturais, com enfoques distintos e contextualizados no tempo e no espaço, como acontece com o Projeto de Extensão Cultura e Negritude.

O Projeto permeado pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08 tem o fulcro de promover mudanças curriculares e no processo de formação, consubstanciadas na diversidade, na identidade, nas desigualdades raciais e sociais, comungando esforços com as políticas de cotas que sozinhas não têm o condão de dirimir as latentes e estruturais injustiças que levam as misérias reificadas como natural pelas intervenções psicológicas do conformismo.

A educação tem papel fundante nas transformações sociais, ao subverter seus currículos, considerados aqui relação de poder (SILVA, 1999) e na formação acadêmica que permita trabalhar de forma igual com o multiculturalismo e, além disto, que promova reparação aos alijados socioeconômico-cultural para que enfim contribua com a promoção da equidade.

Restringe-se neste trabalho atenção ao campo da negritude, tão fortemente rechaçado, apesar de fortemente entranhado na nossa cultura. É nesse contexto que remeto à importância da formação para negritude, inscrevendo os negros nas histórias de escravização, mas também, em outras histórias invisibilizadas com o intuito de renegar a sua contribuição para o crescimento europeu, americano e das elites brasileiras.

O primeiro passo para a transformação como salienta Munanga (1999) é o reconhecimento “*do fato de ser negro, a aceitação de seu destino, de sua história e de sua cultura*”, para, em seguida, buscar igualdades de oportunidades, numa rede de solidariedade com os alijados sociais.

Universidades com projetos inovadores tentam estreitar laços comunidade-universidade, compreendendo e buscando a valorização de saberes populares, numa via dupla de conhecimento; não dissociando o estudante da sua cultura, (des)colonizando currículos, transformando-se em lócus de produção de novos saberes e aprendizagens.

A universidade no século XVIII corroborou com o projeto de invisibilização de outras culturas e com a perpetuação de signos e significados pertencentes a algumas categorias detentoras de poder, provocando distinções profundas nas camadas sociais.

A cultura africana e afro-brasileira foi largada ao desvanecimento, já que seus princípios e valores são distintos dos ocidentais, baseiam-se na família, na ancestralidade, na tradição e na ética entendida como “envergadura das realizações transtemporais de um grupo humano guiado pelo brilho de sua verdade própria e pelo apelo de sua dignidade, isto é, da regra ancestral instituída ao mesmo tempo que se fundou o grupo” (SODRÉ, 2017, p.113).

Chama-se atenção ao multiculturalismo que traz contornos e baliza o Projeto Cultura e Negritude aliado ao campo de atuação/territorialidade em que se está inserido. Remete-se aqui o conceito de Touraine (1997 in MUNANGA, 2018 p.14), definido como encontro de culturas, ou seja, a existência de conjuntos culturais fortemente constituídos, cuja identidade, especificidade e lógica internas devem ser reconhecidas, embora não estejam estranhas entre elas.

O dilema segundo Munanga (2018) é sincronizar a diferença e a igualdade, situadas geográfica e historicamente, sem perder de vistas as mudanças identitárias e as novas formas de resistência aos não considerados semelhantes.

A educação com as dificuldades e as discrepâncias peculiares constitui um dos importantes caminhos para o chamado do multiculturalismo em contraposição ao racismo. Uma das formas de racismo, travestidas de novas roupagens, tão presentes e crescentes na nossa sociedade tem um viés moral e um forte movimento de intolerância religiosa, ultrajando culturas, no devaneio de unificação religiosa.

Os obstáculos nesses estudos atingem a formação docente numa teia complexa para tratar de cultura, em especial, temas como o candomblé, percurso complicado e enevoado, abstendo-se, por vezes, da envergadura religiosa, inclusive de foro íntimo, sem ter contato e cuja formação resultou da repetição da homogeneização de cultura e discurso.

O entendimento da cultura como "herança coletiva de uma sociedade, transmitida de geração em geração, para cada membro da sociedade, através do processo educativo" (MUNANGA, 1988), assim como da cultura como uma forma de organização da vida, mutável pelas condições espaciais, pela alteridade, pelos acontecimentos históricos, considerando os contextos em que está inserida (OLIVEIRA, 2003), nos levando a repensar em meios de fortalecimento da cultura negra no Brasil.

Negar ao seu povo o conhecimento dela é apagar sua alma e seu espírito. É formar para conhecer a história do outro, suas perspectivas, suas afirmações e, em seguida, anular as

outras raças, mantendo-as na inferioridade que refletem nas estruturas sociais, econômicas e políticas da sociedade.

É complexa e difícil a afiliação à temática, aos estudos diferenciados nessa área, a mudança de perspectiva, a aproximação com a comunidade desconfiada com e no seu papel de autora e atriz da sua própria história e a busca de uma formação inovadora que se retroalimenta na sociedade, na universidade.

Nessa levada que projetos como o Cultura e Negritude, com as dificuldades apontadas acima, trazem no seu bojo recortes de valorização, reconhecimento e preservação das religiões de matriz africana, como uma política de formação, educativa e de combate ao racismo. Como argumenta Munanga: “A maioria dos países ocidentais pratica o racismo antinegros e antiárabes sem mais recorrer aos conceitos de raças superiores e inferiores, servindo-se apenas dos conceitos de diferenças culturais e identitárias”. (MUNANGA, 2005-2006, p. 53)

3.5.1. As religiões de matriz africana e o Bembé do Mercado

O movimento Sotaque do Recôncavo que antecedeu o Projeto de Extensão Cultura e Negritude e se caracteriza como uma das ações de implantação do CECULT (Vide Capítulo 4), trouxe a reflexão das influências étnico-raciais na música, na cultura e a sua impregnação no Recôncavo marcado pela diáspora africana, sinalizando a concepção pedagógica do grupo de trabalho nomeado para este fim.

Os estudos sobre as religiões de matriz africana também fazem parte do escopo da Lei 10.639/03, alterada pela lei 11.645/08 que alicerça as ações do Cultura e Negritude e faz parte das ações de desconstrução da demonização da religião, da intolerância religiosa, do combate ao racismo e da construção da identidade negra.

Desde o I Cultura e Negritude está presente a conexão de saberes e a formação intercultural que valorizam e reconhecem o legado ancestral e as contribuições das religiões de matriz africana no território brasileiro.

A religião de matriz africana é posta como elemento formativo no âmbito do CECULT, enquanto cultura, e sua abordagem se faz necessária para compreensão do tema e sua importância para a academia e para a comunidade.

Nesse contexto, este capítulo sucinto contextualiza a temática vinculando-a ao Bembé do Mercado, importante manifestação religiosa, histórica e cultural de Santo Amaro que interliga as relações sociais na cidade antes e após a abolição da escravatura. Pela sua importância, o Cultura e Negritude alterou seu calendário para coincidir com o Bembé que

ocorre no 13 de maio, há 130 anos.

A cultura negra e toda sua dinâmica foram rechaçadas ou cooptadas nas terras brasileiras, como se pode verificar com as religiões de matriz africana considerada animista, de baixa cultura e espiritualidade, proibidas e reprimidas no corpo da Lei, tratadas como crimes previstos nos códigos penais de 1830, 1890 e 1940.

Em 2018, o candomblé foi alvo de uma contenda jurídica no que tange à sua forma de culto, no que envolve o sacrifício de animais, que não traz nenhuma violação legal e moral por meio de uma ação judicial julgada improcedente no STF, que tratava do impedimento de sacrifício de animais em ritos de religiões de matriz africana, garantido por dispositivo de Lei no Rio Grande do Sul. Entretanto, as outras religiões não são sujeitas as ações que tentem desmerecer sua forma de culto e nem tão pouco foi colocado em questão o sacrifício mínimo que serve de alimento para toda a comunidade litúrgica, diferentemente dos grandes abates em massa para a indústria do consumo.

Ao passo que aumentam os casos de racismo religioso, que vilipendia instrumentos, locais sagrados, adeptos da religião e terreiros, que comungam com a instituição da política vigente que retorna ao século passado ao não distinguir Estado de Religião e a comungar a fé cristã, em detrimento a laicidade do Estado.

A persistência das culturas e das religiões de matriz africana no Brasil, reiterada até hoje e registrada na memória dos escravizados que aqui aportaram, constituía-se no elo com a mãe África, com as suas etnias, com as famílias e as relações de vida em grupo e as suas divindades, que eram tão próximas aos homens que deles recorriam ao transe, ligando o consciente ao inconsciente, e lhes trazendo resistência na luta pela sobrevivência física, espiritual e cultural. O candomblé assumiu o espaço de tradição cultural ressignificada pela territorialidade e mistura de nações que compeliram os negros a formarem uma religião afro-brasileira.

O candomblé é consubstanciado na ancestralidade africana, cujas regras e preceitos são distintos do povo ocidental, que prima pela lógica capitalista nos modos de ser e produzir. “Os princípios da filosofia africana são distintos dos ocidentais – baseados no tempo, na força, socialização, poder, morte, ancestralidade, integração com a natureza, respeito e a relação estreita com a tradição, inclusão, diversidade”. (OLIVEIRA, 2007, p. 75).

A forma encontrada pelos negros para prevalência de um espaço de culto e de formas de resistência à escravidão foi por meio da união das diferentes nações e etnias, misturadas na diáspora africana, e que também foram adaptadas ao novo território com intervenções da cultura local, sem com isso perder a lógica das suas origens.

Ou seja, a identidade negra foi reconstruída no Brasil a partir de princípios e valores originários e com os sujeitos que aqui viviam, inclusive de África, com etnias diferentes. “Pensar a cultura negra é pensar a re-territorização dos negros no Brasil. O território afro-brasileiro não é o espaço físico africano, mas a forma como os negros brasileiros singularizam o território nacional” (OLIVEIRA, 2003, p. 83).

As experiências individualizadas guardadas na memória de povos em diáspora, de nações, tratada aqui como formas de culto, diferentes, a exemplo do Jeje, Nagô e Angola, com elementos da terra, como as intervenções dos cultos indígenas e católicas, formaram a religião afro-brasileira.

Para Sodré (2017) nagô é um termo genérico pela sua complexidade cultural na teia do dialeto yorubá, que traz consigo o culto aos ancestrais e orixás e a cosmologia e ética africana. Aos ensinamentos nagôs, ele acredita a recriação do candomblé, como “pólos de irradiação de um complexo sistema simbólico, continuador de uma tradição de culto a divindades ou princípios cosmológicos (orixás) e ancestrais ilustres (egun)”. (SODRÉ, 2017, p. 90).

A solidariedade e a consciência do trabalho em conjunto em que todos têm função dentro do terreiro, é o que dá continuidade aos ritos internos que não se realizam sem os conhecimentos e a energia da pluralidade de pessoas envolvidas. Deuses, homens, ancestrais, elementos da natureza, matéria vegetal, animal e mineral não se concretizam de forma isolada, precisam estar em sintonia para produção e reprodução da força que move o asé e perpetua sua ancestralidade.

Os itans, termo em Yorubá, que na perspectiva cultural trazem histórias que são passadas de gerações em gerações nas tribos africanas de culto ao orixá; mitos que tentam explicar a forma de vida, os fenômenos, acontecimentos ou nos levar a concepção de mundo e jeitos de viver em comunidade, sobreviveram e são determinantes para a manutenção do culto aos orixás. Os mitos/itans passados oralmente constituem uma fonte rica de aprendizagem dentro do culto e nas vinculações de saberes populares, experienciais, tecendo fios com os acadêmicos.

Nos livros e artigos que tratam da formação do candomblé da Bahia historicizam que bem antes da abolição da escravatura, no Recôncavo da Bahia, por volta de 1808, na Vila de Santo Amaro, os negros se reuniam, inclusive em locais públicos e apartados por nações para fazerem batuques, especialmente em datas festivas, como o Natal, quando os brancos estavam em atos litúrgicos próprios da religião católica.

Naqueles ditos santos do natal, desceram do engenho do distrito desta vila vários escravos de todas as nações, e unindo-se e três corporações como muitos desta vila, segundo a sua nação, formaram três diferentes ranchos, de atabaques e fizeram os seus

costumados brinquedos, ou danças: a saber, os geges no sítio de sergimirim, os angola por detrás da capela do Rosário, e os nagôs e haussás na rua detrás, junto ao alambique que tem de renda Thomé Cónca de Mattos, sendo este rancho o mais luzido. (PARES, 2007, p. 1010).

Esses rituais ao ar público consistiam em uma política de enfrentamento às condições dos escravizados e uma negação a cultura e a religião branca que vinham propositadamente cooptando negros, catequizando índios, forjando a sobreposição de crenças no medo, nos credos, na vingança divina, para servir aos interesses dos senhores da época.

Também se constituíam na representação de divindades que como disse Bastide (2001, p. 80) foram "fixadas em pedras, pedaços de ferro, tambores etc" e na cabeça de seus filhos por meio de ritos especiais; nossa divindade, reside no país de seus antepassados, mas ancorou-se aqui.

Criaram-se formas de preservação de fragmentos, com os elementos que foram possíveis, para a melhor caracterização das deidades e em irmandades de nações, não vistas do lado africano, o que se pode observar na não pureza de nação, por mais que se pretenda opor.

O divertimento advindo das práticas religiosas, tanto faz parte do rito em louvor aos orixás, com as danças, toques de atabaques, gestos e indumentárias, como foi um dos maiores suportes psicológicos para o enfrentamento das labutas diárias, em um momento de solidariedade e trocas enérgicas próprias da cultura negra e que sem elas não revelaria o potencial da religião que precisa sempre da comunidade, do outro, para permanência do rito. O que reforça o conceito de Ubuntu:

Significa homem enquanto humanidade, ou seja, para ser percebido como humano, o indivíduo é, sendo junto ao outro. É uma palavra que resume o conceito de transcendência enquanto condição exclusiva do homem: o dirigir-se para algo além de si mesmo, para Outro, portanto. (SODRÉ, 2017, p. 96).

A religião afro-brasileira de toda sorte não teve como fugir da influência da branquitude que tentava apagar os registros da religião africana, considerada de bruxaria e inferior como tudo que se relaciona ao negro, sendo contida pelo próprio medo do desconhecido que a própria religião traz pelo segredo do asé⁷ e a acreditação nos resultados das magias que curavam os próprios brancos.

Afinal, ele como já citado era o espaço de preservação de uma cultura e resistiu ao procurar meios de adaptação a territorialização, a cultura local, a própria modernidade, a fim

⁷ Designa em nagô a força invisível, a força mágica sagrada de toda a divindade, de todo ser animado, de todas as coisas. (Bastide, 2001, p.77).

de que sua identidade não fosse perdida no tempo, mesmo que alterada por fluxos e refluxos internos e externos.

Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência das gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (GIDDENS APUD STUART, 1990, p.37-38).

Se permutarmos para o século XXI, a religião afro-brasileira continua resistindo a ataques diretos por preconceito ao desconhecido, com reiteradas práticas racistas, assim como as próprias influências externas que acometem seus cultos, pelas mudanças da sociedade.

Temas como sexualidade, questões de gênero, matérias-primas, proteção ambiental, abertura de segredos do asé, parcialidade da oralidade, típica do candomblé, entre outros exemplos, têm modificado a identidade da religião, não na sua essência, mas nas relações com os membros e com o mundo.

Exemplo crasso é a matéria veiculada no Jornal A Tarde de 21/12/2015, em que a saudosa Yalorixá do Ilê Opô Afonjá, Mãe Stella de Oxossi, pede que entoem canções para Yemanjá, no dia 02 de fevereiro, data típica na Bahia, em reverência a essa orixá, de saudação a esta entidade, e não lancem presentes ao mar, a fim de que não se poluam as águas.

Esse pedido, além de uma preocupação com as questões ambientais, que em virtude das festas, pessoas desconhecedoras dos preceitos do asé começaram a colocar qualquer tipo de oferenda no mar, sem a preocupação ambiental, também pode ser um pedido de retorno às raízes, a outras formas de ritos ofertórios. Como se falavam os antigos adeptos da religião: *“com poucos apetrechos, mas com a força da troca da língua com as divindades; com pouco se fazia muito porque o muito se faltava no candomblé, e vela e ovo já salvou muita gente!”*.

Em dezembro de 2018 perdemos essa importante sacerdotiza em um enredo inquietante envolvendo sua morte e que condiz com as ameaças constantes à cultura afro-brasileira, em momento de flagrante desrespeito a essência do candomblé e a manutenção dos seus cultos, subvertidos na sua idiossincracia, que colocou em evidência os princípios da ancestralidade atacados por um movimento crescente de aniquilação da religião.

Quando se pensa nos avanços dados em leis, políticas e ações afirmativas, percebe-se que ainda temos um longo caminho a percorrer, com condão de transformar as relações a caminho de um mundo mais igual. Utilizando-se da justiça de Xangô que a tudo vê e a paz, que, como Oxalá, reina na tranquilidade dos seus irmãos e filhos (os outros orixás) diferentes entre si, com singularidades, mas igualmente importantes.

Não se pode furtar o papel da educação, fundante na mudança desses paradigmas, ao subverter seus currículos considerados aqui como relação de poder (SILVA, 1999) e na formação acadêmica que permita trabalhar de forma igual com o multiculturalismo e, além disto, que promova reparação aos alijados socioeconômico-cultural, para que enfim se promova a equidade. Há muito que ser feito na seara da educação multicultural, sendo o primeiro ato resistir à tentativa de sua extinção em dissonância com os avanços no mundo contemporâneo, para em seguida, reconstruir novos (re) olhares e (re) significações.

As reivindicações identitárias e de reconhecimento de práticas no território marginalizadas, por um longo período, e que se insere na história, no local, numa frente anti-monocultural e de sobrevivência de direitos de maiorias encapuzadas de minorias, tem no Bembé do Mercado porto.

Santo Amaro é um emaranhado de fios culturais esquecidos no tempo, não para seu povo que manteve viva a sua tradição e suas histórias, assim como manda a ancestralidade, por mais apagada que apareça estar.

A Universidade, nesse processo, não pode, com vistas grossas, ocupar esse território, que exigiu sua estada, alheia aos seus processos histórico e sócio-culturais. A extensão universitária, realizada na perspectiva da Ecologia de Saberes, na descolonização do conhecimento, não pode deixar de se envolver em projetos que busquem uma conexão de saberes e ao mesmo tempo criem formas de fortalecimento, manutenção da cultura e da identidade e intervenções formativas de combate ao racismo.

Revela-se o Bembé do Mercado, em Santo Amaro, parte do recôncavo baiano onde desembocou uma quantidade absurda de negros escravizados, como um importante ato de permanência da ancestralidade, de registro de candomblé de Rua no Brasil e importante instrumento de estudos etnográficos do modo de ser e fazer de um povo que persistiu, com as alterações próprias da cultura em função do espaço.

O Bembé do Mercado realizado no espaço destinado à feira livre, mas que conforme relatos dos moradores começou em outras freguesias próximas, cujos registros datam de 1889, um ano após a abolição da escravatura, era o local reservado para a congregação em prol da liberdade, do culto e agradecimento pela bem-aventurança na pescaria, na colheita de alimentos e na preservação da vida.

Segundo relatos na dissertação Bembé do Largo do Mercado: Memórias do 13 de maio, um dos primeiros trabalhos acadêmicos a tratar da temática e sob o ponto de vista de uma negra, santamarense, pesquisadora Ana Rita Machado:

Era treze de maio de 1889, o negro escravo de origem Male e pai de santo João de Obá, saiu da sua residência junto com os afiliados do seu terreiro, para render graças aos Santos pela liberdade dos negros. Armou um carramachão na área da ponte do Xaréu, e bateu o Bembé sem rituais primitivos e sem manifestações, uma vez que o ritual de agradecimento e proteção já havia sido realizado no terreiro. A homenagem era feita em três dias, culminando com entrega do presente a mãe d'água na data maior 13 de maio. (PAIM, 1951 APUD MACHADO, 2009, p. 34)

A realização pública do Bembé se dá com o xirê que é um elemento complexo pela multiplicidade de elementos que o adornam. O xirê que segundo Bastide (2001) é o ritual de possessão dos homens pelos seus deuses, segue uma ordem ritualística e obrigatória. A preparação para o acontecimento do xirê que é realizado diversas vezes internamente, especificamente, para atendimento dos procedimentos internos, para que depois aconteça na ordem da gira de todos os orixás, é algo que transcende simplesmente a olho nu em uma “simples” festa pública.

No xirê há manifestação dos orixás, diferentemente da sessão pública no mercado do bembé, e reaviva o sentido da humildade, do respeito, da permissividade e da mutualidade que permite aos seres humanos manipular energia cósmica, na certeza da devolutiva à natureza que nos permite estar no mundo.

Veja que no limite do alcance da minha visão, o xirê simboliza o chamamento dos orixás em terra, que atendem por meio de cânticos ritmados, sequenciados e premeditados e da preparação dos instrumentos de toques escolhidos; a vinculação da energia com quem vai se manifestar que requer preparo para transe, já na qualidade de adepto; sincronização de passos que relembrem os mitos dos deuses, sacrifícios anteriores que agradem a ancestralidade para que elas desçam em terra; preparação do espaço físico do xirê, a fim de evitar confusões em contraste com as energias externas; indumentárias próprias, formas de comportamento, saudações, hierarquias, são tantas facetas que comportariam tranquilamente numa tese específica.

Para quem se envolve com o preparo do Bembé e com os preceitos do candomblé, a festa precede aos ritos sagrados num lapso temporal que permite preparar a cidade para receber as energias, revigorar os vínculos ancestrais, agradecer aos orixás e protegê-la durante todo o ano. As alvoradas anunciando as obrigações do candomblé são ouvidas, geralmente, no raiar da manhã ou na calada da noite, reverberando a forma escondida do culto, nos horários que não chamavam a atenção dos senhores.

Parece que, conforme o relato de Babaemi, abaixo, os atos religiosos do Bembé, antigamente eram maiores e percorriam toda a cidade que se enfeitava para a celebração.

Na minha observação no ano de 2018, o candomblé recorre alguns cantos, considerados importantes: as portas da cidade, o terreiro, o mercado, as águas e a ancestralidade. Com exceção do mercado e das águas que são híbridos, com rituais privados e públicos, os outros espaços guardam segredos que vêm sendo passados aos terreiros apontados pelo ifá (jogo de búzios) para salvaguarda do Bembé durante um período.

Por isso, é imperativo acolher os paradoxos ou o que se configura como contraditório na pluralidade das versões ou das narrativas historiográficas, porque no universo dos terreiros de culto, onde vigora a atmosfera afetiva da ancestralidade, história e mito andam de mãos dadas, sem que isso atente contra a verdade do grupo. (SODRÉ, 2017, p.115).

A percepção do bembé também se alarga quando traz todos os elementos culturais, históricos e políticos impregnados na celebração, emaranhando-se nesta teia que vincula a religiosidade como ponto forte da manutenção cultural nos dias atuais.

A universidade, desde a sua construção, salvaguardou a cultura, como elemento importante para a sociedade, não só no sentido de guarda e preservação, mas de memória material e imaterial dos povos, na consecução de sua função social.

A extensão universitária é essencial nesse processo quando se trata da conexão de saberes acadêmico e popular, baseada na lógica não cartesiana de produção de conhecimento e na preservação de culturas que precisam ser acauteladas, trazendo vozes que revelam e falam por si próprias, no contexto passado e futuro, e que a interpretação delas podem seguir desvirtuada da realidade e sem a presença deles que como sem fala precisassem de intérpretes.

A fala do povo da cidade sobre o histórico do Bembé, a percepção nos dias atuais, o sentimento de preservação, é sem dúvida o elemento enriquecedor da própria ação e que nos dá pista de que tipo de educação precisa ser construída, reafirmada e multiplicada.

No contexto, relato trechos das entrevistas realizadas com os mesmos personagens do primeiro capítulo, acrescentando mais uma pessoa, estudante do CECULT, morador da cidade, 47 anos de idade e conhecedor da religião, a fim de captar seus conhecimentos e percepções sobre o Bembé do mercado, com as nuances diversificadas, sem serem praticantes da religião. Percebe-se nas falas deles a animosidade em repassar as histórias do Bembé vivenciadas na cidade, com os medos, receios e os entrecortes próprios dos mistérios do sagrado.

Fale-me um pouco do bembé do mercado? O que você acha?

(Amir) Não sou conhecedor do bembé e não tenho religião, mas tenho simpatia pelo candomblé, acho uma religião bonita, embora eu não faça parte, mas eu gosto e brigo quando gente faz preconceito da religião e tenta demonizar e já briguei com vários evangélicos por conta disso. Com relação ao bembé não sei como está hoje, não sei se tem uma questão política forte ou se as pessoas ainda tão com um sentimento ainda de como o

bembé começou uma questão de agradecer aos orixás pela libertação. Se hoje se tornou uma festa qualquer e se as pessoas têm noção do que significa o bembé.

Você acha que teve manter? *Tem que manter, você tá falando de uma religião perseguida que está relacionada ao racismo, foi demonizada, colocada a margem, essas religiões perseguidas tem que ter o espaço e que estão vivas e que lutam.*

Para além da questão religiosa tem o aspecto cultural? *Sim. Com certeza.*

O que significa esse candomblé como resistência? *Faço ligação. O fato do candomblé existir por si só é um milagre. Religião perseguida e conseguiu se manter, um exemplo maior de resistência da população negra, porque o estado nunca historicamente quis que essa religião sobrevivesse. Se dependesse do estado não teria sobrevivido. Foi força de quem quis manter isso vivo com todo o preconceito. E hoje com o crescimento dos neopentecostais na tentativa de demonizar o candomblé.*

Você sabe do bembé do mercado?

(Nzinga) *É algo muito importante, um patrimônio, as pessoas conseguem manter todo um processo todos os anos com cuidado com a tradição, preservando a cultura do local e a religiosidade. Há toda uma preparação de informar as pessoas de mostrar como acontece, consegue levar para o mercado, onde você aprende, tem a parte profana, mas consegue sobressair a cultura, a religiosidade.*

O que o senhor acha da religião de matriz africana?

(Babaemi) *Não existe coisa ruim, tem mais coisa boa. A gente tem que acolher, respeitando. Eu respeito todas as religiões, não tenho assim a idéia de seguir uma dessas matrizes. Eu fui batizado, sou digamos assim católico, participei de irmandades, mas respeito todas. O bembé do mercado é uma forma de memorizar o culto dos nossos antepassados e isso as pessoas que fazem e se fazem de coração devem ser muito valorizados. É também cultural e deve ser absorvida, sobretudo por quem entende de cultura, por que quem não entende está igual ao burro olhando para o palácio. Então eu adoro! Eu me criei nisso. Eu já disse a você que sou santamerense de nascimento. A participação como expectador, sempre fui ali, a capoeira, a dança do candomblé. Tudo tem ali e é muito bonita, imagina você que enfeitava a cidade com as palhas, aquelas coisas, em todos os postes tinha folhas e vínhamos da escola e arrancávamos brincando, fazíamos foguetes. Mas era muito bonito e eu conheci muitas pessoas que eu não tinha proximidade. Baba Barroquinha, Desdeute, seu Israel, Pinel, tantas pessoas que trabalharam para realização do evento. Acho interessante, hoje não tem mais tanta vinculação do passado, foi modificado, é natural. Em cada quadra existia sua comemoração da capoeira, do maculelê, hoje em dia me parece que está melhor, não sei. Hoje tem palestras, não sei se tem participação total, e a população está encarando como uma coisa séria, principal da cultura, ou se estão indo por brincadeira, mas é válido.*

(Entrevistadora) Fale-me sobre o bembé do mercado e a relação com a religião de matriz africana, se quando não se toca, tem enchentes, tragédias?

(Joaquina) *Aconteceu no ano seguinte da abolição, eles comemoram que só eles é quem sabe a alegria de estar livres, os barões botaram os negros na rua, à toa, passando fome e perseguido pela policia. Os barões mandaram escorraçar por que eles perseguidos iriam voltar para as fazendas para ter o que comer, a maioria morreu de fome porque não teve o que comer. Eles atravessaram o Rio Subaé foram para o outro lado que era mato, quilombos e sobreviveram da pesca, vender os peixes para complementar a comida, os que sobreviveram. Quando fizeram um ano livre, claro, eles comemoraram eles é quem sabem o que poder comer, dormir, cagar e fazer o que quiser. Trabalhar no canavial, cortados de*

cana, com uma refeição e ainda espancados. Eles comemoraram entre eles porque não podiam fazer zuada. Os da época eram inteligentes, os de hoje eu não sei, entenda como quiser. Eles souberam se impor por meio da arte, da cultura, da dança. Através da religiosidade, por que o que mandava na época era a religião, todo mundo tomava benção ao padre e ajoelhava. Tá comemorando Santa Barbara, a gente também tem Yansá. Fazia ligação de religião, é parecida Doutor, eles foram associando a religião católica para ter permissão para cantar, para sair, claro que a religião deles eles souberam fazer como trouxe de lá, só usaram essa fachada para ter permissão de cantar, de fazer dança. Eles comemoravam do outro lado do rio, na ponte do Xareú, onde eles correram para sobreviver no mato. Como a maioria sobrevivia da pesca vendia no centro da cidade, onde encontrava o povo. Eles foram procurar a população onde eles tinham oportunidade. Naquela época 1889 em diante, existia a Capela do Rosário, se reuniram ali para comemorar o nascimento do menino Jesus, para ter acesso ao centro da cidade. Por conta da religião, a igreja católica começou a respeitar a religião deles. O mercado ainda não existia a época. O primeiro mercado foi construído cinco anos após a abolição. Eles batiam do outro lado do rio, na ponte do Xareú, só depois da construção do mercado é que eles começaram a se reunir aí porque a maioria sobrevivia da pesca e faziam ali mesmo. Muitos já moravam no centro, por que as esposas já estavam cozinheira da casa do doutor, cozinhando para os brancos, ricos. Eles já estavam trabalhando como empregados domésticos, de jardim, quintal, carregando as sacolas das brancas, balaio na cabeça, eles já estavam se envolvendo na sociedade, era outro tipo de escravidão, mas era isso, as mulheres eram lavadeiras, cozinheiras, domésticas, babás, aquela época as brancas não davam mamas. Eles foram usados e utilizados para ter o direito de sobreviver com dignidade como ser humano, usavam a religião para sobreviver na época e você vê que não tem manifestação de santo. A única festa do candomblé é essa, candomblé não é festa, é religião. Eles se reúnem com a concentração e tem manifestação. Mas aí é comemoração, pode beber cantar, dançar e nunca soube que ninguém teve manifestação no mercado.

(Entrevistadora) É importante manter o bembé, precisa de modificações?

(Joaquina) *Não deve interferir, eu acho um absurdo, um crime, interferir num processo que é deles só deles, eles de matriz africana já metem mão no negócio que não deve, quando mais deixar de fora para dentro. Fiz denúncia ao IPAC, bembé com produtor cultural, tendo pagode, xenhenhem. Eu falei com o IPAC para registrar. Tem que ser tombado para evitar esse tipo de interferência. Por que quando tomba fica dentro de um critério que não pode mexer de fora para dentro. Por que em vez de melhorar, piora, descaracteriza e vira lucro.*

(Entrevistadora) A senhora acha que tem um mistério religioso? Essa questão dos orixás se há essa energia A senhora acredita?

(Joaquina) *Mistério não. Existe o orixá, entre eles existe. Eu não tenho medo nenhum, eu respeito à religião do outro para respeitar a minha. Nunca tive.*

(Entrevistadora) E as enchentes têm relação com o bembé?

(Joaquina) *Tem relação. Para você ver a inteligência deles. O juiz morava na rua direita, esquina com o mercado. Reclamou com o prefeito da zuada, três dias de bembé, ate meia noite, uma hora, incomodando a vizinhança. Então o prefeito Manoel Marques ele proibiu, suspendeu a festa, exatamente no mês seguinte, junho, explode, as duas barracas de fogos que sempre existiram na praça do mercado. Mata mais de cem pessoas, uma catástrofe e deixa mais de 50 doentes. Um absurdo, eu morava perto. O pai de santo ou alguém que disse: tá vendo não deixou tocar o bembé, toma aí o castigo e isso valeu. No ano seguinte o*

prefeito mandou chamar o pai de santo e disse toma aqui o dinheiro, vai fazer o bembé. Ai todo mundo no Bembé, nunca mais teve nada, passa uns anos chegou um novo prefeito, falou: eu vou suspender, quero ver, quis desfazer dessa historia. Ai teve uma enchente catastrófica na área, aí ninguém nunca mais mexeu com o bembé.

Fale-me sobre o Bembé do Mercado?

(Akin): O Bembé do mercado foi um candomblé feito a priori pelos pescadores não sei se era pela pesca ou devoção à rainha do mar e esse candomblé era realizado na Ponte do Xaréu. Quando você vem de salvador tem a Ponte do Muringo e depois a Ponte de Xaréu que dá acesso a um bar chamado dois de julho de onde sai a cabocla no dois de julho e lá era um largo, não tinha passeio. O candomblé era lá. O mercado da farinha era chamado mercado de quiosque. E o largo das verduras onde fica o mercado hoje era um casarão não sei de quem era. Tinha o casarão e o mercado de quiosque. Chegando os intendentess derrubaram o mercado de quiosque, farinha, fez um outro mercado e derrubou o casarão do mercado logo associou largo do mercado. Como construíram algumas casas no Largo do Xaréu logo começou a ficar pequeno, então eles viram aquele largo e pensaram em transferir o candomblé para ali e tinha uma rampa de fácil acesso onde os pescadores subiam e faziam o candomblé que era feito anteriormente só para as pessoas do candomblé, mas com o tempo as pessoas começaram a assistir, curiosos. Colocaram a cerca para separar quem é ou não é da religião. E que continua até hoje.

As narrativas dos moradores sobrepõem diversos pontos de vista que enriquecem o conhecimento sobre o Bembé do Mercado, e no olhar da comunidade que, em momentos distintos, pede que a memória, a cultura, a religiosidade sejam preservadas e que ações formativas fortaleçam e contribuam para a valorização e memória da ancestralidade.

A extensão pautada na multiculturalidade, na troca de saberes, é a porta sensível para a escuta das demandas sociais e a contribuição da universidade na superação de práticas corriqueiras de desvalorização e de esquecimento de legados culturais colonizados e no fortalecimento de ações formativas que reverberam dentro e fora da academia, como tem acontecido com o Cultura e Negritude, reconhecida a sua importância.



Preparação do espaço físico do xiré do mercado



Crédito da foto: Maria José Alves de Souza – ritual do xiré em festa pública no mercado do Bembé



Crédito: Lorena Penna - Adeptos do candomblé com indumentárias específicas.



Crédito: Maria José Alves de Souza - Expressões artísticas na festividade do Bembé do Mercado

4. A PESQUISA DE CAMPO - PROJETO DE EXTENSÃO CULTURA E NEGRITUDE: UM GRITO DE RESISTÊNCIA

Cartazes das cinco edições do Projeto de Extensão Cultura e Negritude da UFRB/CECULT



4.1. O Projeto Cultura e Negritude

Neste capítulo são detalhadas, todas as edições do Projeto de Extensão Cultura e Negritude e suas nuances formativas, cumprindo assim com um dos objetivos da pesquisa que é descrever sobre o Projeto de Extensão Cultura e Negritude, no âmbito do CECULT/UFRB.

Os outros objetivos que são: compreender as conexões de saberes e as implicações formativas do projeto para o CECULT e a comunidade local; elencar as temáticas abordadas no decorrer do Projeto Cultura e Negritude, dando densidade a essas noções; abordar a cultura das religiões de matriz africana como elemento formativo no âmbito do CECULT que também não deixam de se entrecruzarem nessa parte, serão abordados em profundidade no item que trata especificamente da quinta edição do projeto.

A densidade será dada na quinta edição do Cultura e Negritude, por meio de observação participante, realizada durante o evento que ocorreu entre os dias 09 e 13 de maio de 2018, em Santo Amaro e distritos como Acupe, Saubara e Itapema e do aproveitamento de entrevistas

abertas realizadas com pessoas do município que irão ajudar na compreensão do tema e dos outros objetivos da pesquisa.

Em dezembro de 2012, o reitor da UFRB, Paulo Gabriel Soledade Nacif, cria uma comissão por meio da portaria 745/2012, com vigência de 90 dias e formada pelos membros: Claudio Orlando Costa do Nascimento (Presidente); Georgina Gonçalves dos Santos, Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus, Danillo Silva Barata; Adriana Lourenço Lopes; Rosineide Pereira Mubarack Garcia; Caroline de Jesus Fonseca; Juvino Alves dos Santos Filho (docentes e técnicos da UFRB); João Batista dos Santos Militão (Movimento Social de Santo Amaro); Maria Laura Souza Alves Bezerra Lindner (assessora da Secretaria de Cultura da BA); Elias Gomes de Souza (representante da fundação Hansen da Bahia), com o intuito de elaborar projetos para a criação de curso de bacharelado relacionado à formação em Política e da Gestão Cultural; pós-graduação lato sensu em Cultura, Linguagens, Tecnologia e Economia Criativa e um Núcleo de Audiovisual.

Conforme consta nos registros, em 2013, os docentes Claudio Orlando Nascimento, Rita Dias Alves e o grupo de trabalho realizaram itinerâncias em Santo Amaro e distritos, com a inquietação inicial de verificar a possibilidade de criação de um campus no local, haja vista também os inúmeros pedidos da comunidade, cujo slogan tornou-se *para ser do recôncavo tem que estar em Santo Amaro*.

Em fevereiro de 2013, em Santo Amaro, ocorreu a atividade Sotaques do Recôncavo com membros da UFRB, comunidade local e prefeitura na perspectiva de integrar educação e arte, a partir das culturas afro-brasileiras e da valorização das expressões artísticas e culturais do recôncavo, por meio da metodologia sócio-cultural, com shows com artistas da terra, em forma de palestras, refletindo a contribuição do continente africano para o Brasil e a confluência das culturas indígenas, africanas e européias. (UFRB, 2013).

A inquietação inicial era saber quais cursos seriam ofertados nesse espaço reconhecidamente fonte de cultura, literatura, dança e resistência, desde a sua constituição. Qual currículo propor-se-ia para um território que tem quase em sua totalidade negros, sem com isso se esquecer da idiosincrasia do Recôncavo.

No mês seguinte houve a reunião do movimento *para ser do recôncavo tem que estar em Santo Amaro*, em que a UFRB esteve nos distritos, com os movimentos sociais e a população em geral, que acolheu os cursos a serem ofertados no CECULT, porém de forma receosa, por se tratar de cursos inovadores (UFRB, 2013).

Uma parte da comunidade lutava pelos cursos de medicina, direito e administração, considerados tradicionais e nobres, e a outra, desejava cursos vocacionais com a tradição do

município. As divergências foram fontes de muitos conflitos e diálogos na comunidade e uma pequena parcela conservadora tentava desacreditar os cursos voltados para as artes, linguagens, cultura, diminuindo o potencial do município, cujas expressões artísticas reverberaram no país.

O Cultura e Negritude buscava contribuir com a implantação dos projetos político-pedagógicos, com os currículos ampliados dos cursos e formação do/no CECULT e de alguma forma imbricar as questões pertinentes à temática da diversidade, com os cursos que ora seriam ofertados na comunidade, sem com isso abrir mão de uma formação complexa e heterogênea. Tinha como uma de suas premissas:

contribuir com a política de educação das relações étnico-raciais, pondo em destaque os referenciais culturais africanos e afrodescendentes, construídos a partir de vivências e das experiências produzidas nos cenários locais/territoriais de vida e formação (NASCIMENTO E JESUS, 2016).

Isso refletia um momento político emblemático no Brasil que se consolidou com a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispôs sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino médio e técnico, estabelecendo cotas, com critérios mistos que envolviam ensino médio integral no colégio público, renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e a auto-declaração de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficientes.

O governo formalizava o compromisso da inclusão social, já iniciado com as primeiras pautas das políticas afirmativas iniciadas em 2003 pelas instituições federais no gozo da sua autonomia e, simultaneamente, buscavam-se novos currículos que contemplassem a diversidade. (BRASIL, 2003).

4.2. Histórico das I a IV edições do Projeto Cultura e Negritude

O I Cultura e Negritude intitulado “*agô, motumbá, mucuiu, kolofê*”, expressões em Yorubá que significam pedir licença e benção, e, no contexto do projeto, aos que aqui estão e primeiro chegaram, numa atitude de respeito e atenção com o povo santamarense, no momento em que a Universidade adentra o território.

Conforme consta no formulário de registro de eventos da UFRB/PROEXT (2017), o I Cultura e Negritude foi realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2013, na Casa do Samba⁸,

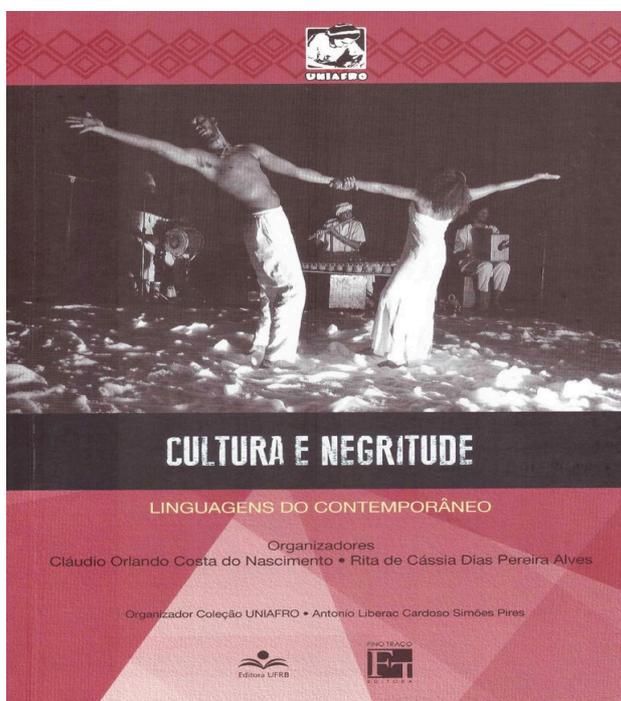
⁸Situada em um dos raríssimos imóveis do Séc. XIX que se manteve com sua estrutura original na cidade, conhecido como Solar Araújo Pinho que recebeu, 1859, a visita do Imperador D. Pedro II, fruto da expansão comercial que se tinha Santo Amaro. O samba de roda foi reconhecido em 2005, pela Unesco, como patrimônio cultural imaterial da humanidade. A casa do samba é um centro de pesquisa, treinamento, transmissão e vivência de uma das manifestações culturais mais importantes da região e do Brasil: o samba de roda"(disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1915/pontao-de-cultura-em-santo-amaro>. Acesso: 10 Out.2018),

mês de extensas pautas relacionadas à questão da Negritude, em Santo Amaro. O projeto é vinculado ao NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros), linha Educação e Cultura – PET (Programa de Educação Tutorial) Conexões de Saberes e tem como proposta:

Reunir a comunidade local de Santo Amaro/Saubara, da UFRB, artistas e agentes culturais para promover integração, o debate e a socialização entre as comunidades acadêmicas e locais/territorial, tendo como tema a cultura, a educação, a negritude e as questões étnico-raciais no recôncavo (UFRB/PROEXT, 2017, p.4).

Essa primeira atividade tem como lastro a formação intercultural, dando início ao fortalecimento das políticas afirmativas na UFRB, valorizando a cultura africana, afro-brasileira e os saberes populares (NASCIMENTO; ALVES (org), 2016).

Fruto desta ação foi o livro intitulado Cultura e Negritude: linguagens do contemporâneo que retrata as ações do primeiro Cultura e Negritude, em conjunto com uma coletânea de artigos que dá recrudescimento ao que foi proposto, conjugando conhecimento e arte popular com o acadêmico, numa interformatividade pertencente e apresentativa da região e que os próprios participantes afirmavam se tratar de “um compartilhar de um diálogo entre diferentes saberes (acadêmico, da comunidade, das pessoas individualmente, da arte, da ancestralidade)” (NASCIMENTO; ALVES (org), 2016, p. 56.).



O I Cultura e Negritude que antecede a própria criação dos cursos ofertados pelo CECULT, tornou-se o momento de ir à comunidade, associações, câmara de vereadores,

escolas, espaços públicos e personalidades da cidade para saber do povo santamarense, para que e para quem a Universidade se destina. Afinal o lema estava a todo vapor com os seus sentidos postos: *para ser do recôncavo tem que estar em Santo Amaro*.

Segundo a pesquisadora Kithi (Cristiane Oliveira), na sua reportagem veiculada em dezembro de 2017, intitulada “Agô... Motumbá, Mukuiu, Kolofé!”:

A itinerância nomeada de "Sotaques do Recôncavo" tinha como objetivo conhecer a expectativa da comunidade local com a chegada da Universidade. A intenção era definir, antes da implantação, os cursos a serem oferecidos e o projeto pedagógico a seguir. (<http://www.assumpreto.com.br/culturaenegritude.htm>. Acesso em: 03 dez 2018).

Pode-se perceber que o conhecimento histórico e social da região, as andanças e audiências públicas realizadas pela comissão formada para esse fim, contribuíram para a idealização dos cursos a serem ofertados no campus de Santo Amaro que foi consolidado em 2014.

No primeiro evento do Cultura e Negritude ficou bem evidente qual a concepção de formação e currículo que se pretendia para o campus de Santo Amaro/ CECULT, entrelaçado pela cultura manifesta sobre diversas formas no território, com o objetivo de explorar a sua vocação, construir políticas culturais e contribuir para o crescimento da região.

O projeto inicialmente era fruto de uma agenda da própria UFRB que já circulava em outros centros de ensino (campus), em consonância com as políticas afirmativas instituídas pelo Governo Federal, da época, e que às duras custas dos Movimentos Sociais, do Movimento Negro Unificado (MNU) e de tantos negros e negras e parceiros e parceiras da causa, espalhados por esse país, que insistem e persistem na luta pela justiça social, racial e educacional. (NASCIMENTO; JESUS (Org), 2016).

O Cultura e Negritude buscou conformidade com a Lei 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e passa a incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e a Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a anterior, e inclui também no currículo a temática indígena. (BRASIL, 2008).

Essas leis constituíram um divisor de água na luta por um currículo descolonizado e antirracista, pautado na interculturalidade e no interconhecimento. As promulgações delas abriram na academia importantes discussões sobre outros conhecimentos refutados dos currículos e não eleitos como válidos para a formação escolar. Pensar também que a implementação delas garante sua efetividade é uma mera inocência, ainda mais quando se trata de temas que mexem em toda a estrutura de uma sociedade e que a oportunidade dada

aos que estão no gueto, insurge no medo das trocas das cadeiras para quem já está perpetuado em espaços de poder.

Infelizmente, estamos em 2018 e essa pauta não foi consolidada, trabalhada na sua totalidade, continuamente admoestada dos currículos e, diuturnamente, vem sendo fragilizada por meio de um movimento contrário às políticas sociais, como percebe-se nas tendências políticas que ora não são sensíveis à diversidade, e conseqüentemente, às ações afirmativas étnico-raciais, em prol de igualdade e de direitos aos cidadãos.

Percebe-se a troca de saberes que foi realizada nesta primeira edição vinculada aos elementos que partem da perspectiva decolonial, ao trazer a arte afro-brasileira, a produção de artistas locais que rompem com a arte clássica e traz significantes do nordeste brasileiro, com imagens sonoras e visuais; as experiências das manifestações populares pelo olhar e boca de quem as compõem; a performance e arte de artistas negros que rompem com a considerada alta cultura e por fim discussões sobre currículo e formação.

O Projeto de Extensão Cultura e Negritude, nesse momento, adéqua-se à ecologia de saberes, refutando tratar a sociedade como depositária de conhecimento; as discussões entorno das mudanças de currículo e a formação antirracista e de reconhecimento de identidade e cultura negra no CECULT/UFRB, nas escolas públicas, nos terreiros de candomblé, nas manifestações populares da cidade e dos distritos circunvizinhos. Pautado também nos estudos e ações de políticas afirmativas que visava num currículo descolonizado, em consonância com as próprias transformações que a universidade atravessava, e por final numa visão abrangente de extensão, associada a ensino, pesquisa e formação.

A mudança na formação escolar, nos currículos, nas práticas acadêmicas e o exercício da alteridade são instrumentos vitais para alterações profundas e transformadoras dos indivíduos que aguçando a ancestralidade, que aqui vos falo no sentido de memória, de legado, respeito ao que existia e como se vivia cada grupo social com sua ética⁹ (SODRÉ, 2017, p.115).

O II Cultura e Negritude realizou-se nos dias 21 e 22 de novembro de 2014, reforçando a chamada para ações interculturais e de formação, inclusive abrindo a sessão em defesa da interculturalidade: universidade e popularização do conhecimento. A metodologia Roda de Saberes e Formação (RSF)¹⁰ contribuiu para as discussões acerca das políticas e promoção de equidade étnica racial na educação e na cultura e nas discussões sobre currículo, acesso, permanência e pós-permanência sob esse prisma. Nesta atividade criou-se o Fórum da

¹⁰Tecnologia sócioeducativa que proporciona uma reflexão coletiva e horizontalizada, (NASCIMENTO e JESUS, 2010).

Diversidade do Recôncavo.

Conforme descrição do evento encontrado no registro da PROEXT/UFRB: “inscreve-se no contexto das ações institucionais realizadas pela UFRB, a partir da Portaria 181/07, com vistas à promoção da igualdade racial e inclusão social no Recôncavo. Associam-se neste evento as ações em prol da Estatuinte na UFRB. Está integrado às ações do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – NEAB-Recôncavo, na linha Raça e Educação, além de integrar as ações de formação dos estudantes do Programa de Educação Tutorial – Acesso, permanência e pós-permanência na UFRB, e UFRB e Recôncavo em Conexão e da Área de Conhecimento Políticas de Formação, Interdisciplinaridade e Interculturalidade do BICULT/CECULT.

Esta edição foi marcada também pela proposta de alteração do período de realização do projeto que ocorria em novembro para o mês de maio, em atenção à importância da História e Cultura do Bembé do Mercado para formação e referência identitária da Cidade. Por conta desta nova demanda, o Cultura e Negritude retorna em 2016, já vinculado as pautas do Bembé.

O projeto Cultura e Negritude nas III, IV e V edições reforça seu trabalho formativo, unindo a História e Cultura Africana e Afrobrasileira à religiosidade, como se pode verificar nas chamadas dos eventos que constam acadêmicos e adeptos da religião, em troca continua de conhecimentos, com movimentos e ações realizadas já no espaço do Bembé, com debates interculturais, que culminou, no ano de 2018, no ingresso de membros de terreiros e associação do Bembé na Universidade.

O III Cultura e Negritude aconteceu nos dias 12 e 13 de maio de 2016, no CECULT e no Bembé do Mercado. Nesse momento, as atividades registradas alargam-se e vinculam-se ao Projeto Pedagógico do BICULT como se pode perceber no resumo das atividades que foram registradas na PROEXT :

[...] põe em debates temas relacionados a contribuição africana, dos africanos, dos afro-descendentes no campo da cultura, das linguagens artísticas e das tecnologias, como forma de promover ações afirmativas no âmbito da educação das relações étnico-raciais, de construir diálogos com o saberes e fazeres tradicionais do recôncavo, de instituir pedagogias, currículos e formações interculturais e interdisciplinares. (UFRB/PROEXT, 2017, p.5)

Na programação percebe-se que ações como exposição de arte popular, étnica, a valorização de discursos poéticos e suas significações, palestras sobre a escravidão e a precarização do trabalho, situam-se no espaço do Bembé, em horários não conflitantes, dando corpo a preservação e manutenção da cultura afro-brasileira.

As ações deste evento realizadas no CECULT reforçam a necessidade de um currículo pautado nos múltiplos saberes e de reconhecimento dos saberes e fazeres do território.

Vale lembrar que nesta edição foram lançados os livros: *Cultura e Negritude*, coleção Uniafro/NEAB/UFRB, organizado por Rita de Cássia Dias e Claudio Orlando Nascimento; *O Universo de J Cunha*, organizado por Danillo Barata e *Breve Exercícios para Fugitivos*, de Rubens da Cunha.

A partir da IV edição, em 2017, o Cultura e Negritude se expande com atividades distribuídas em 04 dias, no caso, entre os dias 10 e 14 de maio e conforme a descrição da atividade se estabelece como :

Ato formativo, generativo de diferentes abordagens epistemológicas e metodológicas, a exemplo da roda de saberes e formação, ampliando as alternativas de abordagem curricular, promovendo a experiência ensino-pesquisa-extensão de forma integrada com a formação cidadã dos/as acadêmicos, pesquisadores e interessados, servindo de bom exemplo de prática emancipatória pela via da educação que tem protagonismo dos/as educandos/as sua mola propulsora, articulando assim, as comunidades que interagem no fazer universitário, em atitude mutualista, co-responsável e participativa. (UFRB/PROEXT, 2017).

O projeto promoveu RSF's , fora do cerco institucional nos distritos, associações e escolas, com múltiplas linguagens e vertentes, que perpassam a dança, fotografia, mostra cinematográfica, religiosidade e debates acerca da contribuição dos africanos e afro-descendentes no campo da cultura, das artes e tecnologias.

A programação deste evento já demonstra diferenciações frente às outras edições em que o evento tem na sua abertura a participação da comunidade com saudações no dialeto africano-yorubá, seguida de apresentação do balé afro.

As RSF's são marcadas por interseções com o candomblé, a religiosidade e o bembé do mercado, explorando seus aspectos culturais e ancestrais, em sintonia com estudos étnicos formativas.

Em consonância com as artes, diversas mostras e sessões cinematográficas foram distribuídas ao longo do evento. Ocorreu também o lançamento do livro *Formação Cultural: pressupostos políticos e pedagógicos*, realizado por um coletivo de autores.

As RSF's, nesta edição, tiveram também como foco a educação das relações étnico-raciais e indígenas nas escolas de ensino fundamental e médio do município, inserindo o Cultura e Negritude nas escolas públicas locais.

Exercitando a hetero, eco e autoformação, participei na IV edição, na condição de debatedora e egbome (adepto do candomblé que cumpriu com os rituais sagrados após os sete anos de iniciação) do Terreiro Ilê LogunEdé Ala Key Koysan, capitaneado por Yá Xaluga,

descendente direta de Dewanda¹¹. Nessa oportunidade, participei da roda de saberes: *O lugar do sagrado na religiosidade afro-brasileira: interfaces cotidianas*, em conjunto com o doutor Fábio Leão que realizou pesquisas no Brasil e no Benin, na área de etnomusicologia.

Essa última RSF do IV Cultura e Negritude coincidiu com a finalização das atividades do Bembé do Mercado como estratégia de formação. Um dos ápices desta celebração religiosa encerra-se em Itapema, local de entrega de presentes a Yemanjá, Oxum e as divindades que predominam sobre os mares.

Comungou-se nesse espaço, as experiências de iniciados do candomblé no Brasil e sua performatividade com as do Benin, vivenciadas pelo docente, em uma troca profunda com contradições e similaridades que envolveram os presentes, evidenciando o distanciamento do mundo moderno das tradições e das vivências ancestrais que ainda persistem no Benin e nas religiões de matriz africana no Brasil até ouvirmos a explosão de fogos, os toques dos atabaques e agogôs, o soar dos clarins, anunciarem a chegada do presente das águas, preceitos do Bembé do Mercado, que deram fim a atividade.

A ancestralidade que persiste no recôncavo e, em especial, em Santo Amaro que carrega o candomblé de rua, Bembé do Mercado, iniciado um ano após a abolição da escravidão e que juntamente com 60 terreiros de candomblé no seu território (Tribuna da Bahia, 2012), nos leva a pensar nele como símbolo de resistência e de reconstrução de identidade negra, a partir de África. O que Oliveira (2003) nos chama atenção ao afirmar que “o candomblé foi o principal palco de resistência cultural, política e social dos negros brasileiros”.

4.3 V Cultura e Negritude

Nos dias 09 a 13 de maio de 2018 ocorreu a quinta edição do Cultura e Negritude em Santo Amaro e distritos vizinhos. A maioria das atividades foi no formato de RSF, dispositivo já supra-comentado, facilitando uma troca de saberes entre a universidade e a comunidade.

A programação das ações das RSF's do V Projeto de Extensão Cultura e Negritude foram importantes como descrição das temáticas desenvolvidas, dos comportamentos, das expressões e das vivências ocorridas.

A condição de pesquisadora no V Cultura e Negritude exigiu uma percepção ampla, (também como servidora do CECULT), compromissada com as questões abordadas.

¹¹Conhecido por vários apelidos Miguel de Tempo, Miguel Grosso e por seu Orunkó Deuandá, foi um babalorixá de Candomblé iniciado por Olegário de Oxum, no Terreiro da Goméia na Bahia, casa cedida pelo conhecido Babalorixá Joãozinho da Goméia. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_Arcanjo_Paiva. Acesso em: 05 Jan. 2019).

No dia 09 de maio, pela manhã, houve a abertura do evento no Museu dos Humildes, em Santo Amaro, onde formaram uma mesa institucional com o Diretor do Centro, Prof^o. Dr. Danillo Barata, a Pró-Reitora da PROPAAE, Profa. Msc. Maria Gorete, Baba Sérgio de Ayra, representando o Terreiro de Pai Pote, Ilê Asé Oju Onirê.



A Profa. Dra. Rita Dias, na condição de coordenadora do Projeto Cultura e Negritude, abriu a atividade com um público em sua maioria formado por estudantes negros, pessoas da comunidade e adeptos das religiões de matriz africana.

Interessante a ação que parecia ser bem aceita num espaço considerado conservador da cidade, o Museu do Recolhimento dos Humildes, porém, após a atividade, na 42ª Reunião Ordinária de Conselho de Centro, realizada em 06 de junho de 2018, o Prof. Maciej Rozalski informa que o cartaz de abertura do Cultura e Negritude foi censurado por representantes do Museu e que quase o evento seria barrado no local por conta da imagem de uma mulher negra, idosa, de asé, paramentada, Yalorixá Lídia.



A flagrante intolerância contrasta com a primeira fala proferida no evento em que um professor integrante da mesa de abertura do Museu dos Humildes expressa que *“acolher a diversidade, outras matrizes, diz muito da cidade que é acolhedora. O museu se abre para o Bembé do Mercado, exercitando a tolerância”*.

Ele aproveita para informar que a UFRB e o IPHAN firmaram parceria para o registro do Bembé do Mercado como patrimônio imaterial nacional. Os pesquisadores estarão filmando, fotografando para o registro dos 130 anos do Bembé.

Nesse mesmo período, a UFRB e o Bembé do Mercado recebem a rainha do Benin, AcakapoKpesiKo'Ndodo, consolidando a ligação ancestral África/ Brasil de sobrevivência da diversidade cultural.



A Pró-Reitora da PROPAAE aborda, em seguida, sobre o fortalecimento das identidades no recôncavo com projetos de extensão e pesquisa, a luta em defesa da universidade, da democracia, das políticas afirmativas. **“*Cultura e negritude tem sido um evento que traz fortalecimento para o povo negro, discute identidade, políticas, que precisam ser cada vez mais institucionalizada na nossa universidade*”**. Essa fala assertiva permeará toda a discussão do trabalho.

O Cultura e Negritude sacraliza-se na academia e na comunidade como um espaço de debates das pautas ligadas à negritude no território, reforçando uma mutualidade incomum com outros projetos de extensão, cuja hierarquização de saber se dissolve.

Mas como bem diz um dos entrevistados:

(...) hoje em dia me parece que está melhor [bembé do mercado], não sei. **Hoje tem palestras, não sei se tem participação total e a população está encarando como uma coisa séria, principal da cultura** ou se estão indo por brincadeira, mas é valido. (Baba Emi, 2018 – Grifo nosso).

Esse estudo ocorre em um momento difícil para o Brasil e para as instituições públicas, quando as universidades têm suas conquistas ameaçadas: o respeito à diversidade, às políticas afirmativas. Assim como tem ocorrido repressão aos terreiros de candomblé e suas manifestações religiosas e culturais.

A extensão universitária não fica de fora dessas disputas, pois recentemente se apresenta no processo de curricularização de suas atividades, tensionando seu espaço formal e sua consolidação, de acordo com a política institucional. E, em paralelo, há escamoteação das políticas afirmativas na própria extensão, fragilizando-as, inclusive, no CECULT cuja identidade não se afasta dessas premissas.

Nesse ínterim, percebe-se que poucos projetos de extensão têm chegado tão próximos da comunidade como o Cultura e Negritude, com forte atuação junto com os movimentos sociais e religiosos da cidade, despertando o desejo em conhecer e estar na universidade, diminuindo a distância entre a academia e o povo e a idéia de não pertencimento naquele espaço.

A confiança na atividade como espaço de troca de saberes, deixando os participantes confortáveis para a exposição de suas vivências e conhecimentos, permitiu o Babá do terreiro Ilê Asé Oju Oniré e Diretor de Comunicação da Associação do Bembé do Mercado, finalizar a mesa institucional, pedindo agô (licença) a ancestralidade e aos orixás Xangô, Ayra e Yemanjá, entoando canções em Yorubá:

*Oba ní sà rẹ̀ lóòkè odó
 Ó bé rí omon
 Oba ní sà rẹ̀ lóòkèodó
 Oba kòso ayò*

(Tradução) Ele é o rei que pode despedaçá-lo sobre o pilão;
 Aquele que cumprimenta como um guerreiro os filhos,
 Ele é o Rei que pode despedaçá-lo sobre o pilão.
 O Rei de kosó com alegria.

Em seguida, ele explana que “*tem muitos anos que não conseguia entrar naquele espaço, hoje está no espaço é de suma importância para quebrar as correntes*”. Percebe-se que numa cidade negra como é Santo Amaro, há instituições que renegam a cultura local, hostilizando seu povo.

Ele continua a fala abordando a imagem de Marques de Abrantes na Câmara de vereadores, sem a representação negra. Em 2013 fez um projeto com o slogan do Bembé no qual incluiu os seguintes elementos: oshé (machado de dois gumes), representando João de obá – africano, descendente de oyo e o abebé (leque em forma circular), representando Oxum, divindade das águas doces, o circulo, representando todos os orixás e a ida (espada africana). A cana e o café representando os engenhos de Santo Amaro.

Esses elementos criados para o slogan do Bembé refletem a constituição histórica do território formada de ancestralidade, religião e cultura afro-brasileira e o trabalho dos negros na constituição da cidade.

Ele afirma que a medalha em homenagem a João de Obá, de ancestralidade, dentro de Santo Amaro foi aceita na câmara de vereadores e seestá lutando pela de Manoel Faustino que participou da Revolta dos Búzios.

O Babá reivindicou a itinerância nas próximas edições do Cultura e Negritude nos terreiros de candomblé da cidade, com o dispositivo das RSF’s. Momento de aplausos e surpresa na platéia. Em seguida, entoou outra canção para Yemanjá:

*Àwaààbo a yóYemonja
 Àwaààbo a yóYemonja
 Auáaabô aio Iémaja
 Auáaabô aio Iémaja*

(Tradução) Estamos protegidos, nossa satisfação é completa
 Yemanja protege-nos e nos enche de satisfação
 É Yemonja

Nota-se a persistência do povo de santo em manter a religião e a cultura africana, o reconhecimento das pessoas que lutaram para a emancipação do povo negro, ou as que

consciente ou não, propuseram resistência, luta, insatisfação, indignação à opressão e às nefastas desigualdades e racismo resultantes de um processo de escravidão.

As cantigas entoadas expressam um despreendimento espiritual e recordações que nos levam a adentrar na ancestralidade dos orixás, dos reis e rainhas de países africanos, que agiam como humanos intercedendo pelo seu povo e a depender dos seus elementos, a exemplo: com justiça e força, sem perder a leveza; como filhos que sempre precisamos do amparo maternal, dentre outras formas de atuação; com erros tão comuns aos humanos, mas aplacados nos seus instintos e desconstruídos no seu processo de individualização, em prol de um coletivo e de respeito à senioridade

Estas observações nos remetem ao entendimento de Oliveira (2007, p 193), sobre ancestralidade como fundamento de culto, na afirmação política de sua identidade com seus preceitos próprios. As experiências dialogadas constituem importantes práticas que contribuem com a estima, o empoderamento, a superação e a diminuição do não pertencimento.

E tratando-se de experiências vividas, nesta mesma edição, no dia 11 de maio de 2018, na RSF intitulada: *Cultura e Negritude: arte, tradição e formação*, ocorrida na Sede da Filarmônica de Acupe, após o aluno do mestrado profissional em História da África, da Diáspora e dos povos indígenas, do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL/UFRB), Rosildo do Rosário, professor da rede de ensino básico do distrito e integrante da Manifestação Cultural Marujada – Chegança em Saubara e Acupe, trazer suas vivências nesses múltiplos papéis e a certeza de que é possível a transformação social por meio da educação, não obstante, sem desvincilhar-se das suas raízes, a empolgação dos alunos e pessoas da comunidade presentes, que declamavam poemas, foi uníssona, em afirmar que a universidade é nossa!



Encerrada a mesa institucional, subiram todos ao mezanino do espaço para assistirem a apresentação artística intitulada: *Danças negras: memórias, performance e expressão*, de Paulo Fonseca e Guego Anunciação, do Balé do Teatro Castro Alves.

Sentados ao chão, ouviram atentamente a narrativa da história de vida de Paulo Fonseca, negro, oriundo de família de camada popular e bairro periférico de Salvador. As suas lembranças eram da década de 1960, dos orixás manifestados na rua, das avós rezadeiras, do recôncavo com seus saveiros, da dificuldade em fazer arte, ser negro e pobre neste país.

A luta, os embates pessoais e o questionamento: até onde o corpo negro pode ir? Negro vivo corre perigo? A manifestação do corpo apresentando o sofrimento dos africanos nos navios negreiros, acorrentados, dilacerados no corpo e na alma finalizou o Cultura e Negritude, na manhã, do dia 09 de maio.

Eu via um corpo que transcende, que envelhece, mas que carrega as dificuldades de uma vida negra para existir. Arte e empatia nos transportam para mundos e caminhos rompendo com barreiras existenciais e discriminatórias.





Em entrevista com um aluno da UFRB, com o nome fictício de Akin, é interessante notar como a arte toca e remete a contextos, sem necessariamente ter falas, e como constitui um elemento formativo importante e multidisciplinar.

Eu observei a temática da dança, da expressão corporal dos dois dançarinos convidados que estavam no museu de recolhimento dos humildes. Eu comentei com um colega Jorge San, que é cantor de reggae, em Feira de Santana, que quando eles se jogavam no chão meus olhos se enchiam de lágrimas, passava por meio da expressão corporal a indignação, o sofrimento, a surra, a porrada, a chicotada, as dores, a insatisfação de ser tratado como animal, aquela obrigação de ser tratado como seres humanos, quando ele se contorcia, parece para gente como os nossos irmãos se

contorciam com as chicotadas é muito emocionante para gente, tocante, fica difícil para tentar explicar por que é muito forte. (Akin, 2018).

A partir da tarde do dia 09 de maio, iniciou-se a abertura das rodas de saberes e formação com as temáticas e convidados constantes na programação anexa. As ações do Cultura e Negritude finalizaram no dia 13 maio, coincidindo, intencionalmente com o término do Bembé do Mercado.

Vale pontuar que as primeiras rodas realizadas no projeto, efetivamente não se configuraram nesse modelo proposto, mas em formato de seminário.

Como nem todas as explicações compreendem o objeto de pesquisa estudado, foram selecionados e agrupados trechos das falas dos participantes que se conectam ou contrastam aos objetivos do estudo, para análise, da seguinte forma:

- Eixo 1 – abordagens relativas aos objetivos: compreender as conexões de saberes e as implicações formativas do projeto para o CECULT e a comunidade local e elencar as temáticas abordadas no decorrer do Projeto Cultura e Negritude, dando densidade a essas noções. Abrange os estudos sobre mestiçagem, racismo e diversidade cultural em consonância com as leis 10.639/03 e 11.645/08 que alicerçam o projeto;
- Eixo 2 – conectam-se também com os dois objetivos supracitados, dando densidade aos conceitos de identidade e ao fortalecimento de institucionalização de ações afirmativas;
- Eixo 3 – atinge o objetivo abordar a cultura de religiões de matriz africana como elemento formativo no âmbito do CECULT;
- Eixo 4 – perpassa todos os objetivos ao tratar das conexões de saberes, por meio de narrativas de histórias de vidas e contação de histórias.

EIXO 1 – Primeiro trecho das rodas de saberes e formação - RSF

Nesse primeiro excerto, trata-se da fala da pesquisadora e docente do CECULT-UFRB, na mesa intitulada *Cultura, Identidades e Formação*, realizada no dia 09 de maio de 2018.

Destaco aqui os enfoques que estão em consonância com os objetivos do estudo: mestiçagem e mito da democracia racial.

Essa fala é bastante nova para mim e a fala que veio a partir de algumas vivências que tenho tendo e levou-me a repensar um pouco sobre uma idéia que cabe múltiplas abordagens. Quem aqui acha que sou negra? Quem me percebe branca? Quem me percebe parda? Quem me percebe mestiça? Quem não me percebe. É desafiador falar de identidade a partir da cor da pele, podemos falar de sexualidade, gênero, religiosidade. Sinto-me inserida na mestiçagem por ser filha de pai branco e mãe negra. (Nesse caso, para tratar sobre a questão da identidade e como se autoreconhece e como os outros a reconhecem, a pesquisadora traz uma narrativa da publicação de um livro). Mulheres escritoras estavam reunidas para escrever dois poemas, duas

crônicas, a maioria mulheres negras, na construção da capa do livro, demorou-se muito para achar o nome do livro, o que tiver que ser seria, e falas contrárias a imagem da sereia por ser mulher branca e que passado o discordo com o título, se pensou em perguntar qual seria a capa e seria de uma moça que tatuou o verso no corpo e tinha acabado de fazer a foto e está na foto do livro, e falaram que ela era branca, mas a menina era negra. A fala não era esperada e falaram contra mulheres brancas com militância social. O que menos interessava era a foto a imagem, porque o discurso estava presente no livro. Isso menos importava. Aquele tipo de abordagem fazia sentido? Somou ou desagregou? A pessoa que problematizou é uma pessoa que não tinha poema no livro, de renome internacional. Precisa transformar em inimigo quem é parceiro, partilhou essas experiências e trouxeram relatos parecidos porque os pardos ficam no não lugar (...) Diga lá ando interessada nesses tempos em que os fundamentalismos estão a se instalar, em revisitar as categorias de análise, miscigenação, hibridismo e mestiçagem, partindo dentre outras dimensões de minha própria formação e convivência familiar. Sou filha de mãe negra e pai branco e na minha certidão de nascimento estou como parda, as perguntas são: que lugar é este, quem o reconhece, quem o disputa, quem o delimita, quem o condena, em suma, gostaria de abordar a mestiçagem a partir de outro lugar, sendo esse lugar não o que aponta para o disfarce que se tem de negritude dentro do fenômeno mestiçagem (...) de forma dialética os traços simbólicos, políticos e culturais que passam em nome do abarcam. Ainda fala que na minha cabeça estava muito incipiente, mas que eu iria aventurar assim mesmo, estou até tremendo, mas bom. A pergunta é, posso assumir no espaço público, um chamado pessoal que me incomoda a repensar a mestiçagem? Quando eu digo assumir, é porque realmente é assumir, porque a herança sociológica da categoria analítica mestiçagem é a herança que nos coloca em oposição a essa categoria porque ela fundou no Brasil, o que Gilberto Freyre chama aí de mito da democracia racial e é fazendo a crítica ao mito da democracia racial que a gente caminha em direção a fundação de outros tipos de identidades, o que talvez a gente perca de vista é como começou o pensamento de Gilberto Freyre em torno da mestiçagem, Gilberto o autor de casa grande e senzala, repensou categoria sociológica a partir da noção da mestiçagem, costumava mesmo dizer que havia aprendido o latim com o pai, o francês com a mãe e o principal, a cultura brasileira com a mulata que dele cuidava na infância. A gente tem aí duas situações que já complicam o caminho reflexivo que ele desenvolveria, um ele usa a palavra, mulato que é uma palavra ingrata e banida do vocabulário e ele está dizendo que a negritude dentro da casa dele perpassava por quem cuidava dele na função de baba. Que é bem diferente da minha condição, a minha condição não é a condição da babá que cuidava de mim, é a condição da minha mãe. E aí fazendo investigações mais adiante e aí eu preciso dizer que eu venho de uma família branca e uma família negra que do ponto de vista sócio-econômico são muito parecidas. Elas vêm de uma história de ruralidade, de imigração do interior, um de Anguera, outro de Riachão de Jacuípe para Feira de Santana, meu pai estudou até a quarta série, minha mãe estudou até o terceiro ano científico, então dentro da minha história tem muitas possíveis dialéticas, na casa da minha mãe teve televisão primeiro do que na casa de meu pai, a minha avó materna teve nove filhos, a minha avó paterna teve treze, então não se confirma a partir daí da minha história mais íntima determinadas idéias compostas no campo público e aí quando falo que posso assumir no espaço público e justamente sobre o debate sobre a mestiçagem não fosse um debate legítimo porque por conta dessa herança que a gente traz e aí o que a gente pode perceber é que a mestiçagem de um modo geral é estudada e discutida sobre a ótica do branqueamento e aí eu pergunto é possível abordá-la de outra forma? Seria urgente abordar de outro lugar que não da ideologia do branqueamento e se sim a partir de quais pontos de partida, o que a gente percebe é que de um modo geral a mestiçagem foi entendida como um fenômeno que se pensar para o negro numa condição inferior, o branco numa condição superior e essas idéias de hibridismo branquearia a negritude, melhorando a negritude, esse foi o pouco que se estabeleceu ou na perspectiva de vantagem ou na perspectiva de democracia onde todo mundo se entendia e Prof. KabengeleMunanga retoma isso no seu livro Rediscutir a Mestiçagem, que a mestiçagem foi tomada ou como uma forma vantajosa, em determinado período ou uma forma humanista em determinado período, mas o que eu acho então é assim, vamos perceber quais são os pontos de partida

possíveis. Estes pontos de partida não podem estar referidos a uma conquista da equidade entre negros e brancos porque ainda não chegamos infelizmente a esse ponto, então talvez uma tentativa se a gente pudesse revisitar a mestiçagem quando realmente a gente pudesse ter tido uma situação de equidade entre brancos e negros, mas antes dessa equidade chegar a gente entrou no nível de conflito que talvez nos convoque a repensar, antes daquilo que a gente projetava como tempo histórico para repensar. E essa equidade realmente não está posta, tanto que, os que acompanham a área da educação trazem as diferenças de número em relação ao desemprego. Então o ponto de partida é o não lugar do pardo, o que é fruto do fenômeno da mestiçagem e miscigenação e aí é interessante perceber que a mestiçagem não é estudada a partir do estudo do mestiço, mas estudada a partir do enfoque que era um fenômeno para o branqueamento de uma determinada população. Não quero retirar aqui essa abordagem, nem a validade dessa abordagem, nem retirar a dor do estupro que fundou esse país, não se trata disso, se trata da gente redimensionar a percepção do fenômeno que é biológico e universal, segundo o próprio KabengeleMunanga, e aí se a gente não consegue fazer uma entrada saudável para discutir mestiçagem a partir da herança que a categoria traz a partir de Gilberto Freire, aí eu os convindo então, a termos uma entrada por uma outra porta, que é a porta de Michel Serres, escritor francês em que ele defende o terceiro instruído que é esse resultado da mestiçagem e que estaria aí portando singularidades, por que estaria num caminho em que traria identidades realmente múltiplas enfim e aí dentro dessa idéia, ainda dentro de como vem sendo abordada a mestiçagem, ela vem sendo abordada numa perspectiva de prejuízo que afetaria a dita superioridade branca, numa perspectiva vantajosa, porque tem a dimensão humana e democrática, segundo o professor KabengeleMunanga, como acabei de falar. E aí a idéia é que a gente faça a abordagem per si desse modelo instituído. E aí dentro dessa idéia de terceiro instruído é muito curioso e aí eu volto de novo para minha experiência de família, é porque claro que essa terminologia de Michel Serres merece várias reflexões, porque o instruído seria alguma coisa que estaria agregando muitos saberes, porque ele fala de um terceiro instruído para muitas situações, pessoas que viajam e se encontram com culturas diferentes e fazem coisas juntas e aí é curioso porque se a gente toma como medida de sucesso, acesso ao ensino superior e a possibilidade de fazer viagens internacionais e a gente toma essas duas medidas, como medidas de conquista do mundo, de aprimoração da caminhada, olhando de onde eu venho quem mais longe foi são exatamente os mestiços, nem são os filhos dos brancos com os brancos, nem são os filhos de negros com negros, dentro dessa configuração familiar da qual estou partindo para fazer um convite de um repensar sobre a mestiçagem. Então, notem que os referenciais para a abordagem da mestiçagem fenômeno que o professor diz ser inevitável são o negro e o branco e não o fruto em si da mestiçagem. E vale dizer que esse lugar da mestiçagem também é um lugar que eu venho repensando a partir de alguns fluxos que eu fiz, a gente repensa um pouco a nossa identidade a partir do contato com a outra cultura. Então eu já convivi com meninos do projeto axé, por exemplo, que são meninos negros e que foram para a África apresentar o seu trabalho e não se sentiram negros na África. Eu já convivi com mulheres negras que foram para Cuba e não se sentiram negras em Cuba. Eu me sinto mais negra na Europa do que no recôncavo. Eu sou mais lida como mestiça, em determinados contextos nos quais eu vou do que no mesmo Recôncavo. E aí a pergunta que eu fiz é por que eu podia assumir esse chamado pessoal e assumir isso é um local de incomodo, obviamente, mas eu tentei fazer aqui um caminho reflexivo possível, ainda muito no campo da inquietude, do saberes, uma roda de saberes, eu me senti autorizada a trazer os meus não saberes. Mas eu acho que a grande necessidade de a gente repensar a mestiçagem talvez seja a gente sair daquilo que a gente já provou que é insuficiente com a concepção binária do que quer que seja e a sexualidade está aí nos dizendo o tempo inteiro, o quanto a concepção binária é insuficiente para o mundo que é absurdamente diverso, então insistir em determinada categorização com efetivo binarismo que definitivamente é inviável do ponto de vista da tonalidade somos muito binarista do que a sexualidade, ou seja, na primeira percepção ou somos do sexo feminino ou somos do sexo masculino, então o binarismo tem o ponto de partida mais específico e aqui se nos fomos nos olhar aqui o colorismo está posto, então a reflexão que se faz é a seguinte: por que desenvolver caminhos que não revisitam a nossa verdade e negam aquilo que o próprio senso comum toma pra si.

O senso comum se auto identifica de outra forma do ponto de vista étnico e essa é uma chave importante que o professor KabengeleMunanga nos traz, como a experiência da construção da negritude nos EUA e como é a experiência da construção da negritude no Brasil. A construção da negritude nos EUA, meio que coincide o aspecto biológico com a abordagem social e aqui não necessariamente. É importante repensar tanto que eu acho que a gente precisa escapar do binarismo e segundo por que eu acho que a gente precisa ter um caminho que evite o fundamentalismo, eu acho que o mundo tem nos dito a todo instante o que o fundamentalismo nos reserva para nós e se a gente tem o fenômeno da mestiçagem que para mim é um contraponto assim como a mestiçagem como um sincretismo que soa como fundamentalista eu acho que a gente não deveria abrir mão disso, deveria fazer uma perspectiva crítica disso e caminhar de um outro lugar, em nome de uma comunhão e não o que eu vivi nesse espaço, repito não havia inimigos políticos ali, eu tenho absoluta certeza disto e ao término de um início de um livro a problematização da cor da pele de uma mulher negra na capa, gerou uma ofensa, discórdia, inimizade, pessoas se maltratando, se detonando indevidamente, então se a gente pensa em um mundo em que tenha uma idéia de equidade, proximidade, acho que a gente precisa repensar essas questões. (Professora 1)

EIXO 1 – Segundo Trecho das rodas de saberes e formação- excerto da mesa supracitada.

Destaco aqui os enfoques que estão em consonância com os objetivos do estudo: diversidade, inclusão e desigualdade social e racial.

[...] a constituição reconhece as diversidades que nos constituem, mas têm grupos mais importantes entre eles os afro-brasileiros. aqueles objetivos lindos que eu li no começo da constituição e que eu tava tão longe deles, a gente vive numa situação de extrema desigualdade, somos uma sociedade extremamente desigual, uma sociedade extremamente preconceituosa (...) mapa da violência que dizia que a cada 100 mortos, 71 são jovens negros, então é essa sociedade que a gente está. Mas tem uma autora que diz que as desigualdades raciais, que elas não são resultado somente da escravidão e das desigualdades de classe, mas de uma contínua prática social discriminatória e excludente e se a discriminação e a desigualdade são práticas, isso significa também que a gente tem a possibilidade de construir outras práticas. Se a desigualdade é construída através de uma prática, então a gente tem que começar a construir práticas de igualdade e de inclusão. (Professora 2)

EIXO 1 – Terceiro Trecho das rodas de saberes e formação na RSF: Conhecimentos, ciências e realidades: abordagens sobre a identidade no BICULT/CECULT, realizada no dia 09 de maio de 2018.

Destaco aqui os enfoques que estão em consonância com os objetivos do estudo: raça/etnia, racismo, parcialidade da ciência

[..] Aí teve uma viagem ao ponto de agora, o que se costuma dizer que raça não existe, a ciência provou que raça não existe. Não sou eu quem falo, é o senso comum, os grandes intelectuais. A ciência provou que raça não existe, o que a gente vai ver, o que a ciência diz hoje sobre raça, atualmente, não existe, sobre o ponto genérico, a possibilidade de categorizar seres humanos em grupos, porque a diversidade genética é tamanha e é enorme entre aquilo que nós conhecemos como raça. Por exemplo, a proximidade genética entre uma pessoa nascida no congo e um pessoa nascida na Noruega, ela pode ser maior do que uma pessoa nascida no Congo e no Camarões. Ou seja, menos de 1% do código humano é o que determina essas características que nós associamos à raça. A partir disso, biólogos muito bem intencionados, anti-racistas, inclusive pregam pelo fim de tirar do dicionário essa palavra raça, então a gente começa usar o termo etnia que é cientificamente mais adequado. Os seres humanos que se associam o que antes se chamavam de raça negra, tem condições reais, medíveis, científicas, completamente distintas daqueles seres humanos que não se identificam com essa tipologia, então não me venham falar que raça não é científico, é muito científico, é completamente científico e mais é tão científico que existe o

racismo que é estrutural, vivenciado por todos nós. Isso talvez fique um pouco mais nítido quando a gente pensa no que foi discutido aqui mais cedo da representação da sociedade brasileira que foi por muito tempo considerada como a nossa representação oficial que era a representação da famigerada democracia racial de Gilberto Freyre. Não é por acaso que Gilberto Freyre foi consagrado internacionalmente no mundo inteiro para falar sobre isso, essa é a ordem sócio político que reinou e moldou a ciência e por sua vez a ciência contribuiu para que moldar de volta a sociedade. Felizmente, a ordem sócio-política não é fixa e a gente tem espaço para transformação. (Professor 1)

EIXO 1 – Quarto trecho das rodas de saberes e formação - Excerto da RSF: *História, Memória e Negritude: Cidadania e Emancipação*, realizada no dia 11 de maio de 2018,

Destaco aqui os enfoques que estão em consonância com os objetivos do estudo: responsabilidade do estado com o racismo estrutural/ políticas afirmativas/conexão de saberes

De maneira que todo e qualquer descendente de africano que em média sob regime da escravidão conseguia viver 12, no máximo 15 anos sob aquele regime, significa para nós que a maioria de nós, absoluta, pode ser resultado direto da omissão do papel do estado brasileiro que permitiu que os nossos antepassados viessem para cá contrabandeados, portanto, o estado brasileiro nos é devedor.

[...] E é isso que a República Federativa do Brasil tem feito nesses 130 anos e mais além, o que ela tem feito é se eximir de sua enorme responsabilidade, ela tem dado continuidade ao crime institucional, institucionalmente perpetrado pelo Estado que é o racismo, institucionalizado em todas as formas numa esfera do estado brasileiro. (Professor 2).

EIXO 1 – quinto trecho das rodas de saberes e formação – Excerto da mesa supracitada.

Destaco aqui os enfoques que estão em consonância com os objetivos do estudo: racismo, diversidade cultural e conexão de saberes.

O problema foi o 14 de maio. O 13 de maio foi importante, não era essa desconstrução válida para as fontes que se converteram a aprendiz de historiador. O racismo está estruturado nas relações sociais. O fim da escravidão não significou o fim das hierarquias raciais e sociais. A cor leva a identificar o indivíduo como descendente de escravizado. O nosso problema não é preconceito é racismo. A morte dos jovens é racismo. O racismo impede que as pessoas sejam plenas. A diversidade cultural é o salto qualitativo. (Professor 3).

Essas narrativas tratadas no eixo 1 das RSF's foram agrupadas por se perceber uma afinidade nas abordagens e com os próprios objetivos do Projeto Cultura e Negritude, sobretudo no que tange as leis 10.639/03 e 11.645/08 que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (BRASIL, 2008), contribuindo com o combate ao racismo e todas as formas de discriminação.

Veio à tona a percepção de que temas como esses durante o semestre letivo no CECULT não são tratados, a priori, de forma aberta, ampla e trazendo a comunidade para o discurso, conforme se prevê nas diretrizes para elaboração dos projetos pedagógicos de curso, na Resolução CONAC/UFRB 003/2007.

A primeira fala da Professora 1 trouxe um desconforto ao público presente e momento de inquietações aos discentes presentes, quando ela questiona o lugar do pardo e a mestiçagem, a partir de outro lugar que não seja nem pela negritude, nem pela branquitude.

Essa questão da mestiçagem é um tema que como foi citado está no senso comum e nos coloca em dúvida quanto a nossa própria identidade. Eu, por muitas vezes, me coloquei nessa situação, por ter pele clara, mas traços específicos da negritude como cabelos crespos, nariz achatado, lábios grossos, o que se costuma chamar de *sarará*. Por óbvio, a sedução de afiliar-me à branquitude, por achar feio o meu cabelo e traços que não se assemelham ao que vemos na mídia e nos locais de status e de “aceitação”.

Isso é tão forte, violento e enraizado, que na minha banca de qualificação, o Prof^o. Dr. Eduardo Oliveira pediu-me para me descolonizar, ao perceber a minha própria negação enquanto falava dos descendentes negros.

O alinhar e desalinhar desse enredo desemboca no racismo e nas suas formas de manifestação tão sedimentadas, inclusive psicologicamente, que nos coloca na busca de inserção na cultura e na identidade coletiva de grupos que estão o tempo todo em visibilidade e vantagens.

Esses questionamentos trazidos no Cultura e Negritude, que por vezes mostram-se contraditórios em falas desencontradas, tem uma força na formação e na construção da identidade individual e coletiva, que na época da minha graduação, jamais se ouvia e via abordar.

As controvérsias trazidas nas falas podem também ser dirimidos na medida em que a reflexão do Prof. Kabengele Munanga, na obra *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*, traz a questão do mito da democracia racial, inculcado pela elite brasileira, nos séculos XIX e XX, tendo como percussor Gilberto Freyre, calcados numa miscigenação que tentava escamotear os problemas sociais e raciais, baseados na cor, no Brasil, na venda de uma falácia de harmonia inter-racial ou em um cruzamento entre brancos e negros, até por fim exterminar os negros.

Esse jogo bem tramado de dividir pretos e mestiços, colocando os mestiços numa condição superior ao do negro, entretanto, dificilmente aglutinando-os a cultura branca, principalmente quando se esbarrava nas questões fenotípicas identificáveis e sociais, enfraqueceu a união entre pretos e pardos pela luta de melhores condições de vida.

Em tempo, contribuía com a negação da identidade negra, porque ao final o objetivo perseguido era a cultura tida como superior, a branca, e que nunca foi negada, nem ameaçada de extinção, mas totalmente aceita e respeitada, inclusive pelos próprios negros.

A abordagem sobre um novo lugar para o pardo, que segundo a primeira palestrante: “não se sente inserida nem como branco, nem como negro”, não traz nenhuma vantagem para sua condição, principalmente quando sua cor ou traços revelam sua descendência. Mas os indicadores sociais os apontam junto com os pretos, sempre nos piores índices de acessos e distribuição de renda, como se pode verificar na síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, disponibilizado pelo IBGE.

O Prof^o. Munanga trata da solidariedade entre os pretos e mestiços no intuito de fortalecer não só a identidade negra, minada no transcorrer do tempo, como de criar políticas sociais e vertentes de emancipação social e racial. “podemos especular que eles caíram numa armadilha ao buscar uma classificação social que a distinguisse dos negros e dos índios, como estariam hoje numa outra armadilha ao não assumir a identidade negra”. (MUNANGA, 1999, p.66)

Observa-se também nas RSF's do Projeto, que discursos trabalhados com outros ângulos, sem bases estruturadas, tornando-se fortes aliados para o enfraquecimento de Políticas Afirmativas e a colocação da questão dos negros e pardos do Brasil como parte de um processo inferior, em que se não avança por questões meritocráticas.

Essas divagações trazidas são construídas no convívio social, sem aprofundamento, e que precisam ser dialogadas para que não virem falsas-verdades e ameacem pequenos avanços obtidos pelos negros, pardos e brancos pobres, como acontece nas cotas universitárias. Inclusive, escamoteando formas de racismo que agem sorrateiramente nas estruturas sociais.

Como fica claro em várias RSF's com docentes de instituições distintas, que o conceito de raça foi uma criação da ciência que não é parcial, ela por vezes compactua com os interesses sócio-políticos vigentes, como aconteceu com o discurso apaziguador criado por Gilberto Freyre. No entanto, é a marca do racismo estruturado na nossa sociedade, por vezes tão sutil que se torna de difícil compreensão, que chama a responsabilidade do Estado nesse processo que perdura ao passar do tempo e requer políticas de enfrentamento e de equilíbrio das gritantes desigualdades sociais existentes.

Exige-se assim práticas fortalecidas pelas diferenças constitutivas do nosso país, que consideram os aspectos plurirraciais e pluriculturais, e têm como um dos seus vetores a formação acadêmica e a inclusão de políticas que trabalhem com as identidades conformadas no solo brasileiro.

Esse ato deformativo/formativo é importante para o fortalecimento das ações de projetos de extensão, vinculados à pesquisa e à formação, como é o caso do Cultura e Negritude, e, sobretudo, para o fortalecimento dos debates na sociedade.

Outras pautas não menos importantes circundaram o dia e o projeto com discussões no campo da cultura, das artes e do cinema, inclusive com dados interessantes sobre a ocupação de espaços no mercado cultural por mulheres, negras e negros; a solidão da mulher negra na sociedade; a questão da representação e da representatividade e um convite ao pluralismo cultural.

O quarto e o quinto trechos correspondem às ações no mercado, um cenário composto por adeptos da religião de matriz africana, transeuntes, estudantes e docentes, todos reunidos na feira, atentos as falas dos interlocutores. Antes de se iniciar os trabalhos, a Egbome do Terreiro Casa Branca / Ilê Axé Iyá Nassô Oká e membro da Irmandade da Boa Morte, agradecida pela atividade realizada, fez saudações ao Orixá que rege o mercado e para o qual a mesma foi consagrada, Yansá, também conhecida como Oyá¹².

Há uma conexão de saberes quando a egbome entoia rezas e canções que dão significados as ações acadêmicas nas lutas diárias pelo combate ao racismo e, inclusive, compõem aquele espaço como de resistência e preservação do candomblé, torna a atividade enriquecedora, pertencente à comunidade, acolhedora e desmitificada, aproximando-a da Universidade e propondo uma formação diferenciada, na quebra de paradigmas institucionais.

Condição de sermos objetos curriculantes parte dessa disponibilização ontológica e política, à medida que saberes e pontos de vistas formativos, construídos no seio das experiências singulares de cada ator social e seus segmentos sociais, não podem ser considerados da perspectiva de políticas e práticas curriculares epifenômenos, quer dizer existem, mas não fazem qualquer diferenciação. (MACEDO; SA 2015, p. 12).



¹²Orixá feminino africana relacionada aos ventos, ao fogo e a tempestade. Esposa do orixá Xangô. Deusa do Rio Niger.



EIXO 2 – Primeiro Trecho das rodas de saberes e formação

Nesse primeiro excerto, trata-se da fala da docente do CECULT-UFRB, na mesa intitulada *Cultura, Identidades e Formação*, realizada no dia 09 de maio de 2018.

Destaco aqui os enfoques que estão em consonância com os objetivos do estudo: identidade, alteridade, diferença.

A importância de pensar a identidade não como um conceito aristotélico, universalizante, mas um conceito de identidade que vai se constituindo continuamente numa relação dialógica com o outro, evidentemente que não estou falando de uma relação de dominação, estou falando de uma relação dialógica que implica justamente essa perspectiva de você se voltar para o outro, de reconhecer que há todo um campo justaposto que eu não consigo alcançar, mas que pode ser importante para eu parar para pensar enquanto identidade e aí uma identidade que está sendo sempre construída na relação com o outro, não é uma relação de subserviência, mas de alteridade, que mais do que nunca para mim é um questão fundamental nos dias de hoje que é justamente a capacidade que nós temos visto em geral das pessoas não se abrirem para a alteridade e que tem construído a meu ver grande parte dos mitos fascismos na contemporaneidade e para mim já encaminhando meu fechamento, uma fala muito pontual, para mim é pensar que a isotopia é um conceito fundamental não só para pensar o conceito de identidade que se constrói numa relação dialógica e de conflitos, sem sombra de dúvida, que é muito bem vindo por ele implica alteridade, diferença". (Professora 3).

EIXO 2 – Segundo Trecho das rodas de saberes e formação

Transcrição de trecho da fala do docente do CECULT na RSF: *Conhecimentos, ciências e realidades*: abordagens sobre a identidade no BICULT/CECULT, realizada no dia 09 de maio de 2018.

Destaco aqui os enfoques que estão em consonância com os objetivos do estudo: formação, a UFRB/CECULT e suas relações com o território.

A educação tem um papel a cumprir no Recôncavo e por nós que estamos fazendo de alguma forma parte do Recôncavo, elevar o nível de educação do Recôncavo e voltando a ideia que a educação não é neutra, ela tem objetivo, de fazer uma sociedade melhor, essa perspectiva se coloca e como vejo uma identidade da UFRB e particularmente do CECULT. (Professor 4)

Observa-se que a temática da identidade pairava sob conotações e significados distintos, inclusos diretamente no tema da negritude ou não, durante muitas RSF's. A complexidade do assunto, pela sua própria natureza, não pode se perder na sua importância enquanto disputa de poder e espaço nas instituições e, primordialmente, na cultura, entendida essa identidade cultural não como biológica, mas pertencente ao contexto social, político, religioso, lingüístico, étnico que alteram-se no transcurso temporal. (HALL, 2017).

As identidades culturais construídas pelos países colonizadores, no jugo da dominação e poder, era e é de solapar ou assimilar as pré-existentes num contexto de inferiorização. O diferente e a garantia de seus direitos quase nunca foram respeitados ou resguardados. Na tentativa frustrada de homogeneização de culturas.

No Brasil, essa lógica tão bem constituída nos países ocidentais, não se deu de forma diferente, mas esbarrou-se na heterogeneidade sem limites de índios, negros em diáspora, brancos e imigrantes, num vasto território. Com isto não se quer dizer que houve um respeito às práticas culturais distintas.

No Séc. XX, o país movido por uma geração de inconformados com o fosso social e político de severas desigualdades e por pressões e acordos externos, despertou-se para a garantia de direitos individuais e coletivos que infimamente têm alterado a situação das chamadas minorias.

A educação também está entrelaçada nessa disputa de poder, refletida no currículo e na formação que por muito tempo rejeitou a presença do outro. Como diz Macedo; Sá (2015, p.11-12): a “educação historicamente autocentrada e excludente, tomando como problemática a distribuição social dos conhecimentos eleitos como formativos”.

A UFRB como já dito e, em especial, o CECULT, revela-se, no primeiro momento, por meio de um projeto político pedagógico que rompe essas barreiras formativas, ao experienciar por meio da inteligibilidade do Cultura e Negritude, percursos da constituição do

centro em Santo Amaro, currículos multirreferenciais e com plurinarrativas que formam indivíduos para a diversidade cultural existente.

Nesse contexto, chama-se atenção para o resguardo e institucionalização dessas práticas tão novas e já repulsadas aos poucos nas atividades dessa magnitude. Que paira um novo olhar sobre o movimento de fragilização das políticas afirmativas.

O Cultura e Negritude, como encabecei no título deste capítulo, configura-se como um grito de resistência às pressões contínuas de desencorajamento de reconhecimento de identidades e de seu formato pedagógico multicultural.

A extensão nesse contexto é uma porta valiosa, principalmente no seu processo de curricularização, de resguardo de práticas afirmativas que realmente cheguem à comunidade, com o uso da palavra que toquem seus ouvidos e corações, na construção de uma cultura em que a igualdade e a diferença não se oponham, mas alicerces a democracia. (MUNANGA, 2018, p. 14).

EIXO 3 – Primeiro trecho das rodas de saberes e formação

Excerto da RSF: *Saberes tradicionais e Cultura: uma pauta para a educação e saúde*, realizada no dia 10 de maio de 2018, no Colégio Polivalente- CEEP.

Destaco aqui os enfoques que estão em consonância com os objetivos do estudo: conexão de saberes, religiões de matriz africana como elemento formativo, saberes populares.

O candomblé tem relação profunda com a natureza e cuidado tradicional dos saberes das plantas e proibições do uso desses saberes nas comunidades (...) perseguição policial, estratégia de sobrevivência. Júlio Braga fala sobre isso, tentaram fugir dessa perseguição do Estado. Candomblé, para disfarçar, colocava-se como centro espírita e buscava organizações que pudessem proteger os terreiros, criando relações com artistas, intelectuais. Os terreiros de uma forma geral tinha que ter registro na delegacia de jogos e costumes, só vai deixar de acontecer em 1996. A constituição da Bahia não fala da regularização fundiária dos terreiros de candomblé, apesar de menção na CF/88. (...) Esses conhecimentos populares como não são comprovados cientificamente, são diminuídos e colocados como inferior. Reconhecimento desses conhecimentos populares. (Professora 4)

EIXO 3 – segundo trecho das rodas de saberes e formação

Transcrição de trecho da RSF acima

Destaco aqui os enfoques que estão em consonância com os objetivos do estudo: religião de matriz africana, experiências formativas, saberes populares.

Sou filha de santo de Pai Pote e ano passado estive aqui falando da cor negra e que seria aceita na UFRB, aos 43 anos tomei a decisão de estudar, fazer Enem e agora estou na UFRB, vou falar sobre as Iyá-mi (ya – mãe) (mi - minha) e o ará (corpo). Com licença aos homens vou falar da questão da mulher, a mulher tem que valorizar seu corpo como todo, seu ara, a importância de não violar o corpo, manter o corpo limpo, a tradição das Iyamis que são levados a ela a apresentar os aparelhos reprodutores femininos, cobrir o útero sempre, pano da costa se a pessoa não fecunda, comparando. Olho as pessoas como mãe, orientadora espiritual há trinta anos e falo com propriedade a questão das folhas que as mulheres podem usar no banho, arrozinho, para se banhar, receitas das yamis, barba branca, banho de assento, males

do fígado, as trompas. Folhas das rezas: aroeira, tira do pé, pede licença a Ossaim. Na resistência na luta, Omolu patrono das doenças. Que momento rezar, que palavras falar, o segredo das folhas. Está na resistência na luta para curar quem me procura. Omolu patrono da doença, ele que cuida na vida e na morte. (Participante da mesa 1)

EIXO 3 – Terceiro trecho das rodas de saberes e formação

Transcrição de trecho da fala na RSF acima

Destaco aqui os enfoques que estão em consonância com os objetivos do estudo: saberes tradicionais, ancestralidade.

Cultive a sua herança, a sua genética, nos vamos para uma unidade de saúde procurar medicamento, procurar que o médico traga pra gente um analgésico, antitérmico, mas sem saber que antes de tudo isso, podemos saber de nossas raízes, de nossas folhas, de nossos banhos de assentos. Estamos numa terra de raiz, essência, temos três quilombos: um no Trapiche, um em São Bráz e um em Acupe. E que essa comunidade para chegar até a mim tem dificuldade, eu que preciso chegar até eles para tentar melhorar uma situação de saúde que é um pouco complicado. Que não esqueça as partes ribeirinhas que eles têm saberes. Nós possamos cultivar e fazer florescer a nossa cultura e ancestralidade, confiar mais nas palavras dos avós. Porque eles trazem o saber de antiguidade e com a modernidade esquecemos esses saberes. (Participante da mesa 2).

EIXO 3 – Quarto trecho das rodas de saberes e formação

Excerto da RSF: *História, Memória e Negritude: Cidadania e Emancipação*, realizada no dia 11 de maio de 2018.

Destaco aqui os enfoques que estão em consonância com os objetivos do estudo: fortalecimento de políticas afirmativas, promoção de pautas construídas pelos movimentos sociais, robustecimento da lei 11.645/2008.

E há 130 anos esse modelo é reafirmado. Agora, se alguém duvida disso basta ver nos últimos dois anos o que o estado brasileiro tem procurado em proporcionar na revitalização de uma estruturação desse estado. E isso está sendo feito porque uma parte da elite branca desse país entende que o projeto de poder deles podem ter sofrido algum retrocesso por conta da enorme pressão que o movimento social negro conseguiu fazer sobre o governo petista nos 13 anos e aí eu faço um parêntese para reafirmar isso: não foi dádiva de nenhum governo, foi a capacidade do movimento, dele de fazer uma pressão capaz de transformar, a agenda de governo, capaz de imprimir na agenda de governo um sem-número de encontros de uma agenda (...). Essa elite ainda se ressentida disso e nos últimos dois anos foi feita uma ação sistemática para desestruturar o menor que tenha sido avanço que tenhamos conseguido. Digo isso, pois precisamos politizar todos os debates, e acredito nisso, em torno da agenda da população negra. Toda a política pública que foi feita nesse país foi resultado da pressão e da organização e não resultado da pura inércia e insensibilidade deste ou daquele grupo político. É importante e vale ressaltar que muita gente tentou despolitizar o 13 de maio e essa data não pode ser esquecida ou diminuída no seu sentido político. (Professor 3).

EIXO 3 – Quinto trecho das rodas de saberes e formação

Excerto da RSF: *História, Memória e Negritude: Cidadania e Emancipação*, realizada no dia 11 de maio de 2018.

Destaco aqui os enfoques que estão em consonância com os objetivos do estudo: ancestralidade, território, racismo.

Santo Amaro é uma cidade que as pessoas perguntam: de onde, como é o nome de sua família, onde você mora? Isso é à toa? Não. Porque aqui existia duas territorialidades: a territorialidade do povo da rua e a territorialidade do povo do Pilar, do povo do Sacramento, do povo da Ilha do Dendê (?). Então esse 13/05 que eu me atrevo, peço licença a essa ancestralidade que tanto lutou para mudar, é a ancestralidade que o tempo todo foi escondido. (Professora 4).

As RSF's sobre saberes tradicionais no colégio Polivalente e a no mercado do Bembé têm um condão de cruzar aspectos do candomblé de forma multidisciplinar com os campos da saúde, história, identidade, geografia, políticas públicas, não reduzindo a cultura africana a aspectos puramente fundamentalistas, mas da real importância das religiões de matriz africana com seus conhecimentos e saberes ancestrais.

O candomblé, como uma das palestrantes afirma, só em 1996 teve permissão para realizar seus cultos sem a perseguição do poder público, permaneceu durante todo o tempo procurando formas de não sucumbir como uma importante ferramenta de manutenção da cultura africana no Brasil e que ainda assim, adaptou-se as condições de extraterritorialidade, sem com isso perder a sua essência.

Podemos mencionar como alguns de muitos exemplos de sabedoria para preservação da cultura, os obás de Xangô¹³, a aproximação com artistas renomados, o samba com referências de caboclos, a capoeira, as iguarias do asé, as curas do corpo e da alma, como os saberes ancestrais e da botânica.

A agenda de preservação do candomblé é contínua porque a todo tempo tentam desqualificar sua forma de culto, suas tradições, o que se pode caracterizar com o que Munanga (2017) chama de novas formas de racismo, construída com base nas diferenças culturais e identitárias.

Neste diapasão, o Cultura e Negritude reafirma seu compromisso com o combate as práticas de racismo por meio da formação. Em tempo, remete as conexões de saberes, importantes, inclusive no auxílio de políticas públicas como no caso, a saúde e a preservação do corpo, a exemplo das parteiras, curadeiras, rezadeiras, com a tradição de gerações de conhecimento de ervas e de folhas que vem de épocas remotas como retrata Clóvis Moura nessa passagem:

Negras que ensinaram a rezar o mau olhado, a "espinhela caída", o "quebranto".
Negras que saíam pelas casas afugentando os maus espíritos com raminhos de "arruda" ou de "vassourinha de relógio". Nos engenhos havia negros conhecendo rezas fortes, capazes de fazerem cair o bicho das bicheiras ou livrar os canaviais das lagartas. A princípio, talvez se risse a escassa população branca. Depois, com o tempo,

¹³Título honorífico do Candomblé criado no Axé Opó Afonjá por Mãe Aninha em 1936, esses títulos honoríficos de doze Obás de Xangô, reis ou ministros da região de Oyo, concedidos aos amigos e protetores do Terreiro (https://pt.wikipedia.org/wiki/Ob%C3%A1_de_Xang%C3%B4)

inconscientemente, acabaram quase todos como aquele servente da Faculdade de Medicina da Bahia que declarava a Nina Rodrigues ser católico convicto, descrente dos santos africanos, mas respeitador das feitiçarias.(AMORIM, 1967).

A conexão de saberes tem contribuído para as duas partes envolvidas: comunidade e universidade, sem uma sobreposição de conhecimentos intitulados como válidos ou de maior valia, mas em um processo de complementação e troca de conhecimentos, com valorização das práticas cotidianas que contribuem para uma formação humanizada.

EIXO 4 – Primeiro trecho das rodas de saberes e formação

Excerto das falas dos estudantes pertencentes ao grupo de pesquisa PET (Programa de Educação Tutorial) que são originários de escolas públicas e de comunidades populares do Recôncavo da Bahia, na RSF *Universidade, Identidade e Formação: Nós podemos, PET acesso, permanência e pós-permanência na UFRB e PET Afirmação*, realizada no dia 11 de maio de 2018, no Colégio Polivalente – CEEP.

Faço um adendo, antes do tema, de que muitos áudios tornaram-se inaudíveis, em virtude das atividades serem, em sua maioria, em locais abertos, de grande fluxo, o que dificultou muito a audição completa das falas, como é o caso dessa atividade, com estudantes do segundo grau.

Destaco aqui os enfoques que estão em consonância com os objetivos do estudo: políticas afirmativas, cotas universitárias, Lei 11.645/08, identidade, exclusão social e racial, formação étnico-racial.

Sou mãe, avó, oriunda da escola pública, 25 anos sem estudar, parei na 7ª série, por conta do histórico de negação e, em 2009, fiz o EJA, passei no Enem, mas não pude ficar na universidade, não tinha computador, transporte; em 2013 passei novamente no Enem e consegui ingressar na UFRB - Agroecologia. Eu sou a representação das cotas, moro em local periférico, estudei em colégio público, sou negra, me negava, alisando o cabelo, tenho uma filha de 28 anos que passou também no Enem e eu dizia não volte não que está tendo tiroteio quando saia tarde da Universidade (estudante1).

Trabalho na feira livre e tirei um tempo para estudar, fui motivado por colegas, que eu tinha uma boa oratória, não sabia nem o que era isso. Gosto de participar de rodas porque é uma reciprocidade. Estou no segundo semestre BICULT, tenho 47 anos e me desejem boa sorte. (estudante2).

A inserção de negros e pardos nas universidades públicas por meio das cotas, não é colocando negros e pardos em subalternidade. É uma política de reparação (estudante3).

A política de cotas usa a categoria do IBGE, a importância da autodeclaração, reconhecer-se como negro, fenótipos, cabelo, ancestralidade são elementos para pensar as políticas de cotas. Ocupar espaços que são nossos de fatos, precisamos de médicos, advogados negros e negras. Encontrar mais professores negros. Os nossos políticos a maioria são brancos. Temos que trabalhar com nossos estudantes que a gente pode e muito mais. Eu sou a segunda pessoa na família a acessar a universidade. Minha mãe, minha avó não puderam ingressar. Ela não fez porque não conseguiu e não porque não quis (estudante 4).

O rendimento entre cotistas e não cotistas na universidade é igual. O argumento é racista de quem entra com cota é inferior. Ideologia colonizadora que colocaram na nossa mente e a gente reproduz. (estudante5).

Pensei que não poderia entrar na universidade, a sorte que teve um quilombo educacional na Ilha de Itaparica, que são cursos pré-vestibulares voltados para negros. Sou a primeira a entrar na universidade pública, faço Direito e ingressei no mestrado. Minha mãe é servente, meu pai é professor de ensino básico. Pensar nesse lugar como nosso e que deve ocupar (Estudante 6).

EIXO 4 – Segundo trecho das rodas de saberes e formação

Excerto da RSF: *História, Memória e Negritude: Cidadania e Emancipação*, realizada no dia 11 de maio de 2018, no Mercado do Bembé.

Destaco aqui os enfoques que estão em consonância com os objetivos do estudo: Lei 11.645/08, formação antirracista, pertencimento, identidade.

Por que os nossos estudantes são os meninos que veio da periferia e que têm uma dificuldade muito grande de chegar ali, então eu precisava ter um discurso daquelas pessoas iguais a mim, que estavam ali para estudar e fiz a minha carreira uma luta política, porque alguns pegam a faca, o facão e a arma, mas eu pego a palavra, eu pego a palavra, porque é a palavra que me constitui. Quando meu avô, um homem que tinha 10 filhos e não era de Santo Amaro, que capinava, ele ofereceu um dia de trabalho, imagine o que é um homem com 10 filhos oferecer um dia de trabalho para que seu filho mais velho, que era meu pai, pudesse estudar. Aí ele vai oferecer isso ao homem da fazenda, dessas fazendas importantes aí, que deve ser Senador, Deputado. Aí o senhor falou assim: mas, Isidorio, para que preto quer estudar? Então aquilo foi uma marca, eu e meus irmãos estudamos, em uma família tão grande porque esse homem branco que disse ao meu avô Isidorio, para que preto quer estudar? Por que preto precisa estudar? foi isso que moveu meu pai e que me trouxe aqui (Professora 4)

Esse eixo reflete a situação da grande parte da população brasileira constituída de negros e brancos pobres que não conseguem acesso a universidade pública e são excluídos, no caso dos negros, duplamente pela cor e pelas condições sociais, de espaços onde possam galgar melhores condições de vida.

As dificuldades impostas começam com a escassez de todos os bens essenciais à vida digna, em conjunto com os olhares reprovadores e o rebaixamento do ser. É muito difícil, ultrapassar essas barreiras e, ainda assim, sem marcas. É árduo, extenuante, ter que dar o triplo de si, por simplesmente ter nascido negro (a), pobre, mulher. Por que tanto fardo em nascer sob essas condições e pior ainda a negação e a dificuldade de mudar, a quem interessa?

Essas falas do eixo 4 refletem a vida de jovens periféricos, nesse caso, a exceção àqueles que conseguiram atravessar as barreiras raciais e sociais impostas, na tentativa de fazer jorrar a esperança nos olhos de jovens do mesmo contexto sócio-racial, na luta pelos direitos básicos garantidos somente no corpo da lei.

Acredito que essas vidas vividas e que encorajam a Universidade, na sua missão social, em especial, o Cultura e Negritude que contribui com a transformação do indivíduo por meio da formação que não desvincula daquilo que o ser humano é, da sua bacia semântica, da sua raça, da sua cultura e do seu espaço físico, ao contrário fortalece sua essência, a sua identidade, e abre a percepção da multiplicação de práticas diárias de

emancipação social e racial, de combate ao racismo, em busca de um mundo de oportunidades equivalentes.



Esta foto mostra os discentes do colégio, após o acanhamento inicial e o atravessamento do medo, participando ativamente mais que em outras atividades do Cultura e Negritude, com falas, palmas, solicitação de explicação e narração das suas próprias vidas e muitos começaram a dizer que queriam ter acesso ao ensino superior, compreendendo o contexto das políticas afirmativas e da busca incansável e difícil da sua própria identidade.

Este eixo é o último e o considero importante, por ser o resultado que o projeto e a universidade trazem à baila: a inserção de jovens de classes populares no ensino superior, superando as expectativas relativas à sua capacidade intelectual, sem perder de vista a formação implicada, multifacetada e comprometida socialmente, cumprindo a sua função com o coletivo, como canta Roberto Mendes, na letra da música *Massembe*: *vou aprender a ler para ensinar aos meus camaradas*.

E no entremeio das atividades, não se passa despercebido o encantamento dos presentes com a ludicidade, a sabedoria e a forma jocosa, com que as múltiplas experiências da Profa. Dra. Vanda Machado, desmistificando a formação somente pelos meios tradicionais, ao revelar mitos e histórias populares que trazem sentidos e significados, tratadas nas rodas de saberes em que ela participou nesta edição, em conjunto com as narrativas da sua própria história de vida que se aproximam da comunidade e chamam a atenção dos ouvintes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As universidades criadas nos governos populares, por meio de políticas de expansão do ensino superior, conquistaram avanços significativos no âmbito das políticas afirmativas, no que tange ao acesso, à permanência e às políticas e práticas de currículo e formação. Nesse bojo destaca-se o debate da formação multicultural, descolonizada, compromissada com as causas sociais, raciais de inclusão e da diversidade.

A UFRB faz parte das universidades que têm no seu arcabouço posicionamento emancipatório, ações afirmativas e projetos pedagógicos inovadores. O CECULT é um dos projetos da UFRB, que apresenta Cursos inovadores no campo da cultura, das linguagens e das tecnologias aplicadas, o que implica em conceber currículos e formações em conexão com o território, com a cultura local, com os saberes e fazeres sóciorreferenciados.

O Projeto de Extensão Cultura e Negritude do CECULT traz no seu escopo uma proposta que dialoga com essas referências, em atendimento, também às leis a Lei 10.639/03, de 09/01/2003 e Lei 11.645, de 10/03/2008, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. O Projeto tem o condão de negar o mito civilizatório a que fomos levados a crer pela própria educação formal, cujos currículos obedecem às regras do poder institucionalizado.

Nesse veio, a Pesquisa buscou compreender as contribuições do Projeto de Extensão Cultura e Negritude da UFRB/CECULT para a formação multicultural, aliando extensão, pesquisa e políticas afirmativas, em conexão de saberes com a Cidade de Santo Amaro (BA), as religiões de matriz africana e a comunidade acadêmica, por meio dos objetivos instituídos: descrever sobre o Projeto de Extensão Cultura e Negritude, no âmbito do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; compreender as conexões de saberes e as implicações formativas do projeto para o CECULT e a comunidade local; elencar as temáticas abordadas no decorrer do Projeto Cultura e Negritude, dando densidade a essas noções; abordar a cultura das religiões de matriz africana como elemento formativo no âmbito do CECULT.

Para cumprir o intento do estudo sobre o Cultura e Negritude, foram integradas ações metodológicas de observação participante, de análise documental, de entrevistas semi-estruturadas, além dos registros etnográficos, conforme as concepções da multirreferencialidade e da etnopesquisa aplicada à educação.

O Cultura e Negritude apresenta aspectos significativos concernentes à relação comunidade/universidade, com reflexos diretos no projeto pedagógico CECULT, em relação à implicação das políticas afirmativas como forma de reparação histórica e cultural local/institucional. O Projeto cresceu exponencialmente a cada realização, propiciando conexões com as pautas locais, ampliando o processo formativo conforme as itinerâncias e as temáticas que reverberam a emergência das questões raciais, do racismo e das formas de superação, corroborando assim para valorização e afirmação da identidade negra.

Os outros objetivos que imbricam-se entre si e que foram analisados *in loco* na quinta edição do projeto realizada entre os dias 09 e 13 de maio de 2018, referem-se ao reconhecimento, a valorização da escuta, da vivência, do sensível, das trocas conforme as experiências do povo de religião de matriz africana com o corpo acadêmico do CECULT, enriquecendo o estudo da cultura e contribuindo para a valorização e preservação dos saberes ancestrais, trasladando esses conhecimentos ora no espaço acadêmico, ora nos locais onde essas atividades são desenvolvidas, potencializando as ações, em sintonia completa com a ecologia de saberes.

As itinerâncias do projeto quando estão conformadas em Rodas de Saberes e Formação, principalmente, se subsidiadas por pessoas que a realidade passada ou futura seja similar aos ouvintes, aproximam mais o público, conectando saberes e reafirmando as discussões sobre identidade, com uma linguagem que seja audível e toque no coração do povo esquecido pelas políticas públicas.

A idéia de pertencimento foi reforçada e reavivada diuturnamente nas ações nas quais as pessoas das comunidades pediam que a Universidade transpusesse seus muros ou que reconhecessem que ela é para todos, oportunizando o acesso.

O projeto também demonstra resistência e um trabalho contínuo de formação frente às práticas racistas e de intolerância religiosa que persistem no recôncavo e que sobressaíram na V edição do projeto e nas falas dos participantes de entrevistas que aparecem durante a pesquisa.

As temáticas estabelecidas dialogam com as concepções do Projeto, entretanto, em algumas mesas temáticas, desenvolvidas por convidados, percebe-se a tentativa de mudança de foco, trazendo assuntos que não eram quiçá transversais ou que traziam concepções desconectadas com os estudos de políticas afirmativas. As discussões travadas nesse lapso foram importantes para o processo formativo que acolhe as diferenças conceituais e para fortalecer a necessidade de projetos como o Cultura e Negritude, um dos poucos no CECULT, que se debruça completamente sobre a matéria.

A problemática encontrada revela também que as atividades de extensão do CECULT que teve um exponencial crescimento desde a constituição do centro, em sua maioria, não estão situadas por completo no quadripé do ensino-pesquisa-extensão-políticas afirmativas. Reduzidas ações são desenvolvidas sobre esse prisma o que enfraquece a institucionalização das políticas afirmativas dentro da própria UFRB.

Prova disto é que a recente curricularização da extensão discutida na UFRB e de implantação obrigatória em todas as universidades, em obediência as metas do Plano Nacional de Educação que assegura no mínimo 10% “de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. (BRASIL, 2001, p. 31), não traz na instrução normativa da UFRB, a reserva mínima para integralização de projetos de extensão que se debruçam inteiramente sobre políticas afirmativas.

Diante do exposto, o projeto mostrou-se relevante pela riqueza das atividades apresentadas nas edições, cujas ações foram sendo ampliadas e incluídas nas pautas locais, em especial, a do Bembé do Mercado. A comunidade acadêmica compreende a potência do Bembé, e vislumbra a possibilidade de realizar ações integradas, por meio da conexão de saberes com o Cultura e Negritude, com o propósito de assumir essa experiência cultural como política de formação étnico-racial.

As temáticas desenvolvidas nas escolas, associações e espaços abertos na cidade têm fomentado o fortalecimento da identidade e do combate as práticas racistas; a valorização da cultura afro-brasileira e, em conjunto com órgãos municipais, estaduais, na busca pela tradição do território e da ancestralidade.

Reitero que esses projetos não buscam instituir um novo apartheid, inventado por aqueles que querem se perpetuar nos espaços de poder, que sentem repulsa de ver jovens negros e pobres em universidades públicas, galgando posições que futuramente venham a diminuir as distâncias sócio-econômicas. Aliás o apartheid está posto na nossa sociedade, basta olhar os índices sociais, refletidos nesse trabalho e acessando-os nos veículos de informação, e para uma comunidade, favela ou bairro periférico ao lado; quem ocupa os melhores postos de trabalhos, quem estão nas melhores universidades. Com certeza não se trata da maioria da população brasileira.

A tarefa de ter e manter projetos multirreferenciais como este nas universidades que abraçam uma diversidade de saberes e culturas, e, simultaneamente, trabalham na perspectiva da equidade social e racial é árdua e complexa, e se constitui como modelo de resistência e

persistência perante o movimento contrário às políticas de avanços sociais que se instalou no País, descortinando a multiculturalidade.

Por fim, destaco como tem sido acertada a proposta de enraizar, de institucionalizar o Projeto de Extensão Cultura e Negritude no CECULT, antes que sucumba em meio as investidas contrárias ao movimento da educação descolonizadora, assim como de reforçar ações que combatam as novas roupagens das práticas racistas que operam nas diferenças culturais, na identidade e no aumento de itinerâncias na cidade, exercitando a escuta sensível e trazendo estratégias de abordagens para esse novo momento que vivemos no país de recrudescimento de políticas de combate as desigualdades raciais e sociais.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Clóvis. **Santo Amaro Nação da Cana**. Brasília: UNB, 1967. (Conferência pronunciada na Universidade de Brasília durante o V Festival de Folclore).

BUHMAN, Teresinha Fróes. **Complexidade, Multirreferencialidade, Subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar**. Em aberto, Brasília, ano 12. n.58. abr./jun. 1993.

BASTIDE, Roger. **O candomblé na Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BERNADINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e Perspectiva Negra**: Revista Sociedade e Estado, Brasil, v.31, n. 1, Jan/abr.2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Resolução N° 01/2013 do CONSEPE**. Salvador, BA, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB). Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT). **Registro de atividades de extensão**. Cruz das Almas, BA, 2017.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - BICULT**. Cruz das Almas, BA, 2013.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014**. Cruz das Almas, BA, 2009.

_____. **Estatuto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB**. Cruz das Almas, BA, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação. Lei 10172-2001 - 09-01-01**.

_____. Lei nº 11.645, de 10 Março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 11 Mar.2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 11 Nov.2018.

FARIA, Dóris Santos de (org). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

HALL, Gwendolyn Midlo. **Escravidão e etnias africanas nas américas: restaurando os elos**. Petrópolis: Vozes, 2017.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Lander, Edgard (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, AR: 2005. (Colección SurSur, CLACSO).

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa Crítica, Etnopesquisa-formação**. 2. Ed. Brasília: Liber livro, 2010.

MACEDO, Roberto Sidnei; SÁ, Silvia Michele Macedo de Sá. **Etnocurrículo, etnoaprendizagens: a educação referenciada na cultura**. São Paulo: Loyola, 2015.

MACEDO et al (orgs). **Saberes implicados, saberes que formam: a diferença em perspectiva**. Salvador: EDUFBA, 2014.

MACHADO, Ana Rita de Araujo. **Bembé do Largo do Mercado: Memórias do 13 de maio**. RI UFBA, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/8665>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Discurso de agradecimento para outorga de título do prêmio de Direitos Humanos /USP-2017**. São Paulo: 2018.

_____, Kabengele. **Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos**. REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.

_____, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. identidade Nacional versus identidade Negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1988.

NAKAGAWA, Regiane Miranda de Oliveira [et.al] (orgs). **Diálogos Interdisciplinares: intercâmbios e tensionamentos nos estudos de cultura e linguagem**. Salvador: EDUFBA, 2018.

NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do; ALVES, Rita de Cássia Dias Pereira. **Cultura e Negritude: linguagens do contemporâneo**. (Org.). Cruz das Almas: EDUFRB, 2017. (Coleção UNIAFRO).

NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do; JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. **Currículo e Formação: diversidade e educação das relações étnico-raciais**. Curitiba: Progressiva, 2010.

NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do; ALVES, Rita de Cássia Dias Pereira (org). **Formação cultural: sentidos epistemológicos e políticos**. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

OLIVEIRA, Eduardo David de. **Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. 3. ed. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006. v. 500. 188p .

_____, Eduardo David de. **A ancestralidade na encruzilhada**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

_____, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: educação e cultura afro-brasileira: **Revista Sul-americana de Filosofia e Educação** (RESAFE). n. 18, p. 28-47, [S.I]: maio-out. 2012.

PAIM, Zilda. **Isto é Santo Amaro**. 3. ed. Salvador: Academia de Letras, 2005.

PINHO, José Wanderley de Araújo Pinho. Testamento de Mem de Sá. In: Congresso de História Nacional, 3., 1941, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

PORTUGUAL, Jorge. Discurso proferido na Câmara de Vereadores de Santo Amaro (BA). Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. p. 1-2, Salvador: 2015. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/noticias/makepdf.php?storyid=10152>>. Acesso em: 03 nov.2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 73-118.

PARES, Luis Nicolau. **História e Ritual da Nação Jeje na Bahia**. 2. Ed . Campinas:Unicamp, 2007.

PINHO, José Wanderley de Araújo Pinho. Testamento de Mem de Sá. In: Congresso de História Nacional, 3., 1941, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

PORTUGUAL, Jorge. Discurso proferido na Câmara de Vereadores de Santo Amaro (BA). Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. p. 1-2, Salvador: 2015. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/noticias/makepdf.php?storyid=10152>>. Acesso em: 03 nov.2017.

RAMOS, Jorginho. **14 de junho de 1822: Santo Amaro inicia rebelião das vilas do recôncavo**. [S.I]: blogspot, 2011. Disponível em: <<http://vapordecachoeira.blogspot.com.br/2011/06/14-de-junho-de-1822-santo-amaro-inicia.html>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

ROCHA, João Augusto de Lima Rocha. **Anísio Teixeira e a Cultura: subsídios para o conhecimento da atuação de Anísio Teixeira no campo da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2014.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v.50, n.111, p.21-82. Brasília: jul-set. 1968.

SACRISTÁN, José Gimeno (org). **Saberes e Incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO Naomar. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** [S.I]: Novos Estudos, 2007, p.71-94.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 4. ed, 1997, 348p.

_____, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI-para um reforma democrática e emancipatória da universidade.** São Paulo: Cortez, 2008.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** 1. Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O Currículo como Fetiche: a poética e a política do texto escolar.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo.** 3º Edição. Editora Autêntica. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro, RJ, 2017.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagó.** Petropólis: Vozes, 2017.

ANEXO



V CULTURA E NEGRITUDE

9 a 13 de maio de 2018 ✦ Santo Amaro - Ba

Dia 09/05, quarta-feira

MUSEU DOS HUMILDES

8h30 - Credenciamento

9h - Roda Institucional de Abertura
Prof. Danilo Barata - Direção do CECULT
Profa. Govetti Fonseca - PV-Área PROPAAE
Babalobá Pai Poté - Comissão Organizadora do Bembê do Mercado/Terreno ILE AXE OJU ONRE

10h - Roda Artística I

Danças negras: memória, performance e expressão.
Performers: Paulo Fonseca e Guago Anunciação (Bulé Teatro Centro Negro)
Mediação: Profs. Carol Diniz e Maítek Rosalck.
Interface musical: Profs. Rodrigo Herlinger, Jorge Lampa, Fabiano Della Vecchia, acadêmicos/as do CECULT/UFRB.
Produção: Agrinaldo Fonseca

CECULT (Pedro Lago)

13h - Credenciamento

14h - Roda de Saberes e Formação II

Cultura, Identidades e formação
Profas: Regiane Oliveira, Sarah Carneiro, Mariela Pizorbo, Leiza Barreira (CECULT/UFRB)
Coordenação: Profa. Tatiana Lima (CECULT/UFRB)

16h - Roda de Saberes e Formação III

A identidade negra: tradução no arte em verso e prosa
Profas: Ana Lúcia, Wilsêda Martins (UFRB), Luciana Reis (UFBA)
Coordenação: Prof. Rubens da Cunha (UFRB)

18h - Roda de Saberes e Formação IV

Cultura e Negritude: política e gestão institucional para a formação da diversidade, uma agenda propositiva
Profas: Rita de Cássia Dias e Cláudio Orlando Nascimento (Área de Conhecimento Formação Geral, Interculturalidade e Interculturalidade - BICULT/CECULT/UFRB)
Apresentação: Lorena Ferraz (UFRB)

19h - Roda de Saberes e Formação V

Características, Criação e Realidades: abordagens sobre a identidade no BICULT/CECULT
Profas: Lúcio Aguiar, Paula Fonseca, Vitor Valentin, Augusto de Sá (UFRB)
Coordenação: Prof. Sérgio Martins

Dia 10/05, quinta-feira

CEEP - Santo Amaro / Colégio Polivalente

8h30 - Credenciamento

Roda de Abertura Institucional - Prof. Cristiano Vitorio Diretor-CEEP

9h - Roda de Saberes e Formação VI

Saberes tradicionais e cultura: uma ponte para a educação e saúde
Profas: Sílvia Michelle Macedo de Sá, Elga Lessa, Jackson Santos (PPGAMPH), Isão Milão (Secretaria de Saúde de Santo Amaro), Marcela Pereira (BICULT/CECULT/PECT)
Coordenação: Profa. Francisca Rossi (UFRB)

11h - Mostra de Produção acadêmica:

Componente curricular do BICULT - Narrativas, Documentação Biográfica e Cultural: Resumos, resenhas e portais de Santo Amaro e Saudade: Histórias de vida.

Mostra de Reportagem: Revôlvos e Retornos: um lugar onde as histórias populares e oficiais se encontram. (Banda de Itha e Cultura e Negritude)

Realização: Kithi e Caetano Seabra

14h - Roda de Saberes e Formação VII

Universidade, identidade e formação: Nós podemos! PET, Acesso, permanência e pós-permanência na UFRB e PET AFRIMAÇÃO
Coordenações: Profs. Ivete Gonçalves, Natane Neri, Natanael Conceição, Rosalmei Arjo e Maurício Pereira

16h - Cine-Clube Guião Araújo

Profas: Leiza Barreira e Mober Andriana
Filmes: Pontes Negras

Dia 11/05, sexta-feira

ACUPE - Sede da Filarmônica 19 de março

9h - Roda de Saberes e Formação VIII

Cultura e Negritude: arte, tradição e formação
Profas: Vanda Machado (PPGAMPH/UFRB), Daniele Canedo (UFRB), Rêdson do Rêdson (PPGAMPH/UFRB)
Coordenação: Prof. Luciano Simões (UFRB)

MERCADO

18h - Roda de Saberes e Formação IX

Histórias, memórias e negritude: cotidiano e emancipação
Profas: Regiane Oliveira, Sarah Carneiro, Maítek Rosalck, Luiza Bezerra (CECULT/UFRB)
Coordenação: Profa. Kelly Barros (UFRB)

Dia 12/05, sábado

MERCADO

19h - Participação na Programação oficial do Bembê do Mercado

Dia 13/05, domingo

ITAPEMA- Sede da Associação de Moradores

10h - Roda de Saberes e Formação X

Ancestralidade e negritude: como a fé se movimenta
Profas: Denise Ribeiro (UFRB), Eduarda Oliveira (UFBA), Mônica Miron Calabry
Coordenação: Hélio Viana Ramos Filho (Acadêmico BICULT/CECULT - Comunidade de Acupel)

14h - Entrega do Presente para Iemanjá - Praia de Itapeema

REALIZAÇÃO

CECULT/UFRB

PET Acesso, permanência e pós-permanência na UFRB

Área de Conhecimento Formação Geral, Interculturalidade e Interculturalidade

AFOIO

FORCCULT - NEAB

Foto: Murilo Pereira

Design Gráfico: Prof. Welter Mariano (CECULT/UFRB)

REALIZAÇÃO: CECULT UFRB

APOIO: UFBA Prograd

APÊNDICE

APÊNDICE A – I Roteiro de entrevista aplicada aos participantes da V Edição do Projeto Cultura e Negritude

Eu sou Lorena Penna Silva, mestranda do programa de pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade – EISU - e minha pesquisa é sobre o Projeto de Extensão Cultura e Negritude.

Meu intuito é compreender as ações extensionistas do Cultura e Negritude e a conexão de saberes populares e acadêmico, em consonância com as políticas afirmativas e a lei 10.639/2003 alterada pela Lei 11.645/2008 que “inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”

Fique à vontade para se identificar ou não durante o processo.

Se o Senhor ou Senhora se identificar, sua identidade será resguardada, se assim preferir.

Qual o seu Nome? Cidade natal? É estudante, professor ou técnico administrativo da UFRB/ Cecult? Se não, pertence a alguma associação, comunidade, entidade etc?

Tem vinculação com religião de matriz africana?

- **O que você observou aqui é uma mistura de saberes do seu cotidiano com os saberes que a Universidade traz? Por quê?**
- **Você considera que contribui para a formação acadêmica, pessoal e sua própria formação?**
- **O que você acha da experiência formativa vinculada às questões religiosas? E as vivências e histórias da religião como ato de formação?**
- **O Cultura e Negritude está institucionalmente como ação do CECULT/Bicult, o que você considera sobre a participação de docentes e estudantes como atividade letiva de formação?**
- **Tem contribuição da herança ancestral para a constituição da cultura? O que você sabe, entende ou acredita que seja a ancestralidade e seu significado para o candomblé, para a comunidade e a cultura?**
- **Conhece a Lei 10.639/2003 alterada pela Lei 11.645/2008 que “inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena””? encontrou alguma similaridade aqui no cultura e negritude?**
- **Pode me contar um pouco da história de Santo Amaro (BA), do Bembé do Mercado?**

APÊNDICE B – II Roteiro de entrevista aplicada aos participantes da V Edição do Projeto Cultura e Negritude

Eu sou Lorena Penna Silva, mestranda do programa de pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade – EISU - e minha pesquisa é sobre o Projeto de Extensão Cultura e Negritude.

Meu intuito é compreender as ações extensionistas do Cultura e Negritude e a conexão de saberes populares e acadêmico, em consonância com as políticas afirmativas e a lei 10.639/2003 alterada pela Lei 11.645/2008 que “inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”

Fique à vontade para se identificar ou não durante o processo.

Se o Senhor ou Senhora se identificar, sua identidade será resguardada, se assim preferir.

Qual o seu Nome? Cidade natal? É estudante, professor ou técnico administrativo da UFRB/ Cecult? Se não, pertence a alguma associação, comunidade, entidade etc?

Tem vinculação com religião de matriz africana?

- **Histórico político institucional do Cultura e Negritude cruzando com políticas afirmativas e CECULT**
 - a. **Qual a importância do projeto Cultura e Negritude para a formação acadêmica?**
 - b. **O Cultura e Negritude está institucionalmente como ação do CECULT/Bicult, o que você considera sobre a participação de docentes e estudantes como atividade letiva de formação?**
 - c. **Poderia ter mais ações dessa no Cecult ou o projeto poderia ser ampliado na UFRB, tendo em vista a sua vinculação as políticas de ações afirmativas ?**
 - d. **O que o /a Sr/Sra acha dessa conexão de saberes popular e acadêmico, contribui para a formação acadêmica, pessoal ou com a sua formação?**
 - e. **Faz quatro anos que o Cultura e Negritude acontece em agenda conjunta com o Bembé do Mercado, o que o Sr/Sra acha disso?**

APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Eu _____,

CPF _____, RG _____,

AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Cláudio Orlando Costa do Nascimento, Rita de Cássia Dias Pereira e Lorena Penna Silva do projeto de pesquisa intitulado **ESTUDO SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO CULTURA E NEGRITUDE: suas implicações no âmbito da cultura e da formação com ênfase nas religiões de matriz africana**, a realizar fotos, vídeos e entrevistas que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos, vídeos, entrevistas e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, dissertações, relatórios, vídeos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Salvador (BA), _____ de _____ de _____

Participante da pesquisa

Pesquisador responsável pelo projeto

Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar.

